

RELATÓRIO

APRESENTADO AO EXCE-
LENTÍSSIMO SENHOR PRESI-
DENTE DA REPÚBLICA, PELO
MAJOR JOÃO PUNARO BLEY,
INTERVENTOR FEDERAL NO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.



IMPRENSA OFICIAL
VITÓRIA
1943

ES
353.98152
E77n
1943
lx - 1.

Exmo. Sr. Presidente da República:

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelencia o relatório dos negócios públicos do Estado do Espírito Santo durante os períodos em que, como Interventor e Governador, estive á frente de seus destinos.

Procurando corresponder á honrosa confiança de Vossa Excelencia, dediquei, á solução dos problemas desta unidade brasileira, o melhor dos meus esforços, como a Vossa Excelencia será dado verificar através das paginas em que, de modo sumario, reuní elementos demonstradores dos trabalhos desenvolvidos em doze anos de administração.

Durante esse período de tempo, de respeitosa cordialidade foram sempre as relações mantidas com o Poder Judiciario, bem como de eficaz cooperação as que ligaram o Governo ao antigo Conselho Consultivo, mais tarde á Assembléa Legislativa, e, por fim, ao Departamento Administrativo do Estado. Com as autoridades federais, procurei e conseguí estabelecer um regime de perfeito entendimento, com o que reais beneficios foram alcançados pelo Estado. E, se me permitisse V. Exa., expressaria aquí os meus sinceros elogios ás Forças do Exercito, aquí sediadas, as quais, em todas as horas, demonstraram o mais alto espirito de colaboração com o Governo do Espírito Santo. Aos representantes consulares foram sempre dispensadas as devidas considerações, dêles havendo o Governo recebido expressivas demonstrações de elevada atenção.

E' de sentir que — e cumpro o dever de ressaltar o fato — do que me foi possível realizar, em grande parte só o alcancei graças ao apoio constante e decidido do Governo de Vossa Excelencia e ao espirito ordeiro e laborioso dos brasileiros do Espirito Santo, fatores que sobremodo me auxiliaram e sempre me animaram no desempenho de minha missão.

Valendo-me da oportunidade, renovo a Vossa Excelencia, com a certeza de meu reconhecimento, o testemunho de meu profundo respeito.

Vitória, 31 de dezembro de 1942.

JOÃO PUNARO BLEY
Interventor Federal.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

INTERVENTOR FEDERAL

MAJOR JOÃO PUNARO BLEY

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE APELAÇÃO

DR. WALDEMAR PEREIRA

VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE APELAÇÃO

DR. JOSÉ VICENTE DE SA

PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO
ADMINISTRATIVO

DR. AMÉRICO RIBEIRO COELHO

VICE-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO
ADMINISTRATIVO

OLINTO COUTO DE AGUIRRE

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA

DR. CELSO CALMON NOGUEIRA DA GAMA

SECRETÁRIO DO GOVERNADOR

DR. NELSON GOULART MONTEIRO

SECRETÁRIO DA FAZENDA

GENTIL DESSAUNE DE ALMEIDA

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE

DR. MOACYR UBIRAJARA

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO
BIBLIOTECA

N.º

5594

DATA
7.12.89

PROCURADOR GERAL DO ESTADO

DR. JOSÉ PEDRO ABOUDIB

PREFEITO DA CAPITAL

DR. AMÉRICO POLI MONJARDIM

DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE
AGRICULTURA, TERRAS E OBRAS

ENRICO AURELIO RUSCHI

DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
IMPrensa E PROPAGANDA

DR. CIRO VIEIRA DA CUNHA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE

DR. JAYME DOS SANTOS NEVES

PREFEITOS MUNICIPAIS

AFONSO CLAUDIO Adherbal Galvão

ALFREDO CHAVES Jamil Sad

ALEGRE Dr. Messias Lins de Oliveira
Chaves

ANCHIETA Agostinho Ferreira dos San-
tos

BAIXO GUANDÚ Alvaro Rodrigues da Matta

C. DE ITAPEMIRIM Fernando de Abreu

COLATINA Major Anisio Pereira de
Souza

CALÇADO Ataulfo Lobo

CARIACICA Alvaro Gimenes

CASTELO Dr. Mario Corrêa Lima

CONCEIÇÃO DA BARRA Vindilino de Mattos Lima

DOMINGOS MARTINS .. Octaviano Santos

ESPIRITO SANTO Eugenio Pacheco Queiroz

FUNDÃO Dr. Cezar Agostini

GUARAPARÍ Edisio Cirne

ICONHA Dr. Synval Vieira

ITAGUASSÚ Antonio Martinho Barbosa

ITAPEMIRIM	João Rodrigues M. Soares
JOÃO PESSÔA	Pedro José Vieira
MUNIZ FREIRE	Dr. Evandro Pires Domin- gues
PAU GIGANTE	Aryton Bonesi
RIO NOVO	José Braz de Mendonça
RIO PARDO	Alfredo Antonio
SANTA CRUZ	Dr. Antonio Costa
SANTA LEOPOLDINA ..	Cezar Muller
SANTA TERÊSA	José da Silva Rosa Bomfim
S. JOÃO DO MUQUÍ	Avides Fraga
SÃO MATEUS	Otto de Oliveira Neves
SERRA	Jonas Farias
SIQUEIRA CAMPOS	Manoel Alves de Siqueira
VIANA	Luiz Lyrio

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nenhum problema regional, mas de fundo nacional, deixou, nestes doze anos de administração pública, de ser atendido pelo Governo Federal no Espírito Santo. E essa obra de cooperação, que mais ainda se acentuou com o Regime de 37, bem sentida pelas classes dirigentes e bem compreendida pelo povo, levou o nosso Estado, pelas mãos de sua infância, numa prova de reconhecimento aos benefícios recebidos, a inaugurar, numa das avenidas da Capital, o busto de Vossa Excelencia, cerimonia realizada em 18 de abril de 1942 e que teve a comparencia, não só do mundo oficial, mas, ainda, de todos os escolares vitorienses e grande massa popular, desejosos todos de reiterarem sua gratidão ao eminente Chefe da Nação.

Em vários setores, fez-se sentir a ação do Governo Federal, nessa obra de colaboração com o Governo do Estado: assistência social, educação, agricultura, obras do porto, transportes e comunicações, edifícios públicos, finanças. E ela ficou expressa na publicação feita pelo Estado, quando da comemoração do decimo aniversario do Governo de Vossa Excelencia.

F u n c i o n a l i s m o

Tivemos, durante todo o tempo de nosso Governo, de par com o melhor entusiasmo, a maior dedicação do funcionalismo do Estado. Certo que, se assim não fôra, difícil nos teria sido levar a termo as iniciativas que alcançamos fazer realizações, pelo que cumprimos o dever de, aqui, deixar assinalada a valiosa cooperação que pudemos encontrar de parte dos servidores do Estado no trabalho de bem atender aos legítimos interesses do Espírito Santo e do Brasil.

O Brasil na Guerra

Os torpedeamentos covardes de navios brasileiros provocaram, no Espírito Santo, uma reação pronta de protesto,

partida de todas as classes sociais. E, aceito o estado de beligerância, transformou-se aquela reação inicial em trabalho constante no ainda melhor preparo de nossa defesa. Assim é que, desde logo, começaram a processar-se movimentos de caráter cívico em prol da nossa Aviação, com o consequente desenvolvimento do Aéro-Clube do Espírito Santo e a entrega ao sr. Ministro da Aeronautica da importância de CR\$ 250.000,00 para aquisição de aparelhos de treinamento. Fundada, pela Exma. Sra. Darcy Vargas, a Legião Brasileira de Assistência, e aqui instalada a Comissão Estadual, de todos os espíritos e de todos os entusiasmos encontrou ela o mais decidido e valioso apoio. Os diversos cursos instituídos por essa organização tiveram a frequência de inúmeras senhoras e senhorinhas de nossa sociedade, já havendo sido entregues certificados a turmas de Voluntárias da Alimentação, Samaritanas Socorristas e Legionárias da Defesa Passiva Anti-Aérea. Em todo o interior do Estado, encontram-se em atividade os Centros Municipais, que veem cooperando eficazmente no esforço de guerra em que nos achamos todos empenhados.

Situação

O Estado do Espírito Santo, antiga capitania de Vasco Fernandes Coutinho, possuindo 400 kms. de costa, estende-se por 44.684 km²; é o 18.º em extensão territorial e confina com os Estados de Minas Gerais, a oeste, Rio de Janeiro, ao sul, e Baía, ao norte.

Considerando o aspecto geológico, 73% do seu território está classificado como arqueano, da era arqueozóica. Segundo o revestimento florístico, a área do Estado possui 76% de matas, 16 % de vegetação litorânea, 5% de campos inundáveis ou terras baixas e 3 % de campos.

Relativamente à classificação das bacias hidrográficas, a área do Estado está localizada na bacia leste, enquanto nesta bacia a energia hidráulica é calculada em 99.300 H P.

Três são as suas zonas fisiográficas: Norte, Litoral-Sul e Montanha.

A zona Norte, com 24.265 kms.2, ou sejam 54% do to-

tal, compreende apenas 4 municípios: Baixo Guandú, Conceição da Barra, Colatina e São Mateus.

A Litoral-Sul, possuindo 5.427 kms.2, isto é, 12% do total, compreende 9 municípios: Anchieta, Espírito Santo, Fundão, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Santa Cruz, Serra e Vitória.

Finalmente, na zona montanhosa, com 14.992 kms.2, correspondentes a 34% do território do Estado, localizam-se 19 municípios: Afonso Cláudio, Alegre, Alfredo Chaves, Cachoeiro de Itapemirim, Cachoeiro de Santa Leopoldina, Carriacica, Castelo, Domingos Martins, Itaguassú, João Pessoa, Muniz Freire, Pau Gigante, Rio Novo, Rio Pardo, Santa Terêsa, São João do Muqui, São José do Calçado, Siqueira Campos e Viana.

Segundo a divisão territorial, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovada pelo senhor Presidente da República, o Estado pertence à região Leste Meridional.

Economicamente, faz parte da 3.ª Região Geo-Econômica, em companhia dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Pelo decreto-lei estadual n. 9.941, de 11 de novembro de 1938, que fixou a divisão territorial para o período de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, modificado posteriormente pelo decreto-lei n. 12.644, de 16 de abril de 1941, foi o Espírito Santo dividido em 21 circunscrições judiciárias (comarcas e termos), 32 municípios e 130 circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias (distritos).

Conforme a categoria das circunscrições, há 32 cidades, que são as sedes municipais, e 98 vilas, ou sejam as sedes dos distritos existentes.

Colonização

O início da colonização estrangeira do território data de 1847, com a fundação da colônia de Santa Isabel, no Município de Domingos Martins.

Em 1855, foi fundada a colônia de Rio Novo, hoje Município do mesmo nome. Mais tarde, em 1875, a de Santa

de Santa Terêsa. Entre 1880 e 1891, como que esteve quasi paralisado o movimento migratório, vindo a recommençar em 1892 para ativar-se em 1906 com a abertura do núcleo Afonso Pena, Município de Baixo Guandú. Em 1929, foi recebida uma leva de polonêses, que foram localizados em "Águia Branca" e "Monte Claro", no Município de Colatina.

Segundo as nacionalidades, as principais correntes emigratórias foram as seguintes: italianos, alemães, portugueses, sírios-libanêses, polonêses, austriacos.

P o p u l a ç ã o

O crescimento da população do Espírito Santo pôde ser acompanhado pelos seguintes dados: em 1872, 82.137 habitantes; 1890, 135.997; 1900, 209.783; 1920, 457.328 e, finalmente, segundo o último recenseamento realizado em 1940, 758.425, não computados 67.103 habitantes recenseados na região da Serra dos Aimorés, objeto de litígio entre o Estado e Minas Gerais. O aumento absoluto da população, verificado no último censo, foi de 301.097 comparadamente com a população de 1920, ou sejam 66%. Segundo o aumento verificado, o Espírito Santo ocupa o quarto lugar, entre os Estados da Federação de maior crescimento da população, ficando situado no segundo posto, se computada a população da região litigiosa.

Vias férreas

A extensão das vias férreas existentes no Estado é de 661 quilômetros e 985 metros, das quais, 52.740 pertencem ao Estado. Segundo a classificação das Empresas, essa quilometragem assim se distribue: de 1.^a categoria, 402.728; de 2.^a categoria, 205.580 e de terceira categoria, 52.740. Segundo a bitola dos trilhos, a extensão da rede em tráfego é toda de 1 metro.

Estradas de rodagem

Em 1930 existiam, no Estado, 3.127 quilômetros de estradas de rodagem; desse ano até 1941, o Governo do Esta-

do fez construir 2.485 quilômetros de novas rodovias, elevando-se a rede, em fins de 1941, a 5.612 kms.

P r é d i o s

O número de prédios existentes no Estado, em 1940, era de 150.477, contra 66.143 em 1920, havendo, portanto, um aumento de 84.334 habitações em pouco mais de 20 anos. Na cidade de Vitória existiam, em 1920, 3.227 prédios e, em 1940, 8.776.

Estabelecimentos existentes

Segundo o censo de 1940, existiam no Espírito Santo 43.633 estabelecimentos agrícolas, 3.271 comerciais, 866 industriais (excluída a pequena indústria), 1.967 de prestação de serviços e 96 de transportes e comunicações.

Valor da produção

A produção agrícola foi avaliada em CR.\$ 150.425.000,00 (1939); a de açúcar, álcool e aguardente, em CR.\$ 12.315.000,00; a das indústrias sujeitas ao imposto de consumo, em CR.\$ 14.635.000,00 (1938); a da indústria da eletricidade, em CR.\$ 5.399.000,00; a da indústria da carne, em CR.\$ 6.183.000,00. O valor das transações comerciais foi de CR.\$ 728.167.000,00, em 1941 e o valor dos rebanhos atingiu a CR.\$ 148.775.000,00 (1939).

Indústria elétrica

Existiam no Estado, em 1940, 47 empresas elétricas, com o capital aplicado de CR.\$ 33.549.452,00. Dessas empresas, 16 eram oficiais. O pessoal empregado na indústria elétrica atingia a 276 pessoas. 12.230 prédios em todo o Estado eram servidos por energia elétrica. O consumo de energia atingiu a 15.071.072 quilowatts, dos quais 8.781.302 de força.

Veículos existentes

O número de veículos existentes no Estado, em 1941, atingia a 2.961, dos quais 1.700 de tração mecânica. Na Capital existiam 510 veículos a tração mecânica e 193 a tração animada, perfazendo um total de 703.

Movimento marítimo

No período compreendido entre 1931 e 1941, entraram, no porto de Vitória, 15.678 embarcações diversas, com a tonelagem de 16.260.506.

Vias de comunicação

Existiam, em 1939, 103 agências postais, postais-telegráficas e postais-telefônicas, sendo de 2.200 quilômetros a extensão das linhas postais e de 1.271 km. a da rede telegráfica. O número de peças de correspondência postada foi de 10.990.158 por via postal e 191.455 por via telegráfica.

Movimento bancário

Em 1931, o movimento de depósitos e empréstimos estava limitado a CR.\$ 24.254.000,00 e 20.977.000,00, respectivamente. Em 1941, esse movimento se elevava a CR\$ 70.136.000,00 e 96.060.000,00. O aumento verificado correspondeu a 189% e 358% respectivamente.

Produção agro-pecuária

A produção agro-pecuária do Estado elevou-se a CR.\$ 262.731.151,00, assim discriminada:

Produção agrícola	149.206.797,00
Produtos agrícolas transformados:	
Fubá de milho	2.137.570,00
Farinha de mandioca	2.997.890,00
Açúcar	2.866.050,00

Aguardente	3.873.210,00	
Outros produtos ...	516.220,00	12.390.940,00

Produção extrativa vegetal:

Madeiras (inclusive lenha)	14.135.048,00	
Outros produtos ...	2.939.265,00	17.074.413,00

Produção extrativa mineral	9.904.709,00
----------------------------------	--------------

Produção animal:

Leite fresco	8.937.522,00
Ovos	10.503.212,00
Manteiga, queijo e creme	3.023.941,00
Mel e cera	99.158,00
Couros, sebos e resíduos	972.472,00
Carne (fresca e conservada)	6.877.778,00
Banha de porco	2.203.196,00
Toucinho	3.346.108,00

Animais produzidos:

Bovinos	17.524.980,00	
Equinos	3.274.360,00	
Asininos	298.400,00	
Muare	2.890.100,00	
Laníferos	99.690,00	
Caprinos	130.135,00	
Suínos	9.944.030,00	
Aves domésticas ...	4.029.210,00	74.154.292,00

TOTAL	CR.\$	262.731.151,00
-----------------	-------	----------------

A produção agrícola vem se desenvolvendo da seguinte maneira:

Produtos	Unidade	1932	1938	1940
<i>Cereais</i>				
Arroz em casca	Sc. 50 k	105.500	142.000	231.835
Milho	Sc. 60 k	791.300	2.800.000 ⁽¹⁾	1.047.292
Trigo	Quilo	—	—	102.400
<i>Raízes e tubérculos</i>				
Batata inglesa	Quilo	351.000	1.000.000	2.661.000
Mandioca	Tonelada	73.500	104.500	648.145
<i>Leguminosas</i>				
Feijão	Sc. 60 k	51.650	395.000 ⁽¹⁾	158.050
<i>Matérias primas</i>				
Algodão em caroço	Quilo	—	400.000	1.262.750
Cacáu em favas	Sc. 60 k	3.750	19.000	21.577
Cana de açúcar	Tonelada	184.860	157.000	852.870
Fumo em folha	Quilo	70.000	327.000 ⁽¹⁾	191.140
Mamona em bagas	Quilo	—	650.000	1.539.777
<i>Frutas e Frutos</i>				
Abacaxi	Fruto	326.600	330.000	695.500
Banana	Cacho	330.700	440.000	2.906.874
Café beneficiado	Sc. 60 k	1.802.509	1.786.622	1.577.245

(1) — Estimativa exagerada.



Produção industrial

Não possui ainda o Estado, infelizmente, um parque industrial á altura do seu desenvolvimento e das suas necessidades. Contudo, segundo dados colhidos no Relatório de 1941, do Banco do Brasil, a produção industrial do Estado cresceu do seguinte modo:

1907	CR\$ 578.000,00
1920	23.549.000,00
1938	48.191.000,00

Até fins de 1941, existiam, no Espírito Santo, 2.381 estabelecimentos industriais, computada a pequena indústria, assim distribuídos:

Indústria extrativa e de beneficiamento de produtos de origem vegetal	75
Indústria extrativa e de beneficiamento de produtos de origem mineral	35
Indústria extrativa e de beneficiamento de produtos de origem animal	18
Indústria de minerais não metálicos	70
Indústria de minerais metálicos	8
Indústria mecânica, de material de transporte e eléctrico	187
Indústria de madeira e de mobiliário	59
Indústria de papel	1
Indústria de borracha	3
Indústria de couros e peles	58
Indústria química	13
Indústria têxtil	5
Indústria de vestuário e toucador	332
Indústria de produtos alimentícios e estimulantes	1.318
Indústria gráfica e conexas	49
Indústria de construção	15

Indústria de produção e distribuição de eletricidade, gás, frio e água	89
Indústrias diversas	46
	2.381

Dos estabelecimentos existentes, 1.650, ou sejam 69%, representam as indústrias de vestuário, toucador e produtos alimentícios e estimulantes.

Entre as principais organizações industriais existentes no Estado, merecem destaque:

1) — Fábrica de tecidos de algodão. Situada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, explorada pela firma S. A. Ferreira Guimarães Ltda. Possui 3.840 fusos ativos e 161 teares, com a capacidade média de produção, por semana, de 32.640 metros quadrados de tecidos. Em 1941, consumiu 293.992 quilos de algodão, de produção do Estado, transformados em 275.129 quilos de fios que produziram 2.711.075 metros de tecidos de algodão.

2) — Fábrica de Cimento "Barbará". Localizada em "Monte Líbano", Município de Cachoeiro de Itapemirim. É de propriedade do Estado, sendo explorada pela firma Barbará e Cia. Ltda. Tem a capacidade de produção de 1.000 sacos diários de ótimo cimento. Produziu, em 1941, 310.261 sacos de 42 quilos de cimento; mantinha em serviço, até maio desse ano, 150 operários; de maio a dezembro, 180, número que se elevou a 207 em 1942.

3) — Usina Paineiras. Está situada no Município de Itapemirim, tendo capacidade para produzir 150.000 sacas de açúcar por safra. Pertencia ao Estado, que a vendeu à firma M. T. de Carvalho Brito. Foram introduzidos grandes melhoramentos nas instalações, passando a Usina a produzir, além do açúcar, álcool anidro. Em 1941, a sua produção foi de 3.600.180 quilogramas de açúcar cristal, ou sejam 60.003 sacos; de álcool anidro produziu 535.842 litros.

4) — Fábrica de balas "Garoto". Situada no Município do Espírito Santo, de propriedade de H. Meyerfreund & Cia. Emprega cerca de 80 operários e, de 1937 a 1941, produziu 1.040.043 quilogramas de balas doces e bombons.

5) — Fábrica de tecidos de fibra e sacaria. Localizada na cidade de Vitória. Pertence à firma Jucutuquara Industrial Ltda., com o capital realizado de CR\$ 1.800.000,00. Possui 1.296 fusos ativos; produz, em média, 12.000 quilos de fios fabricados por semana; dispõe de 70 teares simples, com a média de produção semanal de 35 a 40 mil metros corridos de tecidos. Iniciou sua produção em 1941, ano em que produziu 752.836 metros de tecidos de aniação e 513.408 sacos de diversos tipos. Foram empregados, nesse ano, 189.100 quilos de fibras de guaxima, no valor de CR.\$ 459.666,00, toda de produção deste Estado.

6) — Cooperativa de Lactínios. Situada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. A usina é de propriedade do Estado que nela investiu cerca de CR.\$ 600.000,00, confiando a sua exploração aos produtores de leite do Município de Cachoeiro de Itapemirim e Municípios vizinhos, com o propósito de estimular o cooperativismo e intensificar a produção de lactínios. Possui as mais modernas instalações, inclusive frigoríficos e maquinária completa para o fabrico de queijos e manteiga. A sua capacidade de produção é de ... 1.800.000 litros de leite por ano, ou sejam 5.000 litros diários. Tem ainda capacidade para produzir 80.000 quilos de queijos diversos, por ano, e 50.000 quilos de creme. A sua produção em 1941 foi de 640.262 litros de leite pasteurizado e entregues ao consumo da população da cidade, 55.367 quilogramas de manteiga, 2.185 de queijo, 21.350 de creme e 4.497 de requeijão. No corrente ano está fornecendo leite pasteurizado para o abastecimento da cidade de Vitória, situada a 200 quilômetros da Usina. Consumiu, em 1941, 1.067.383 litros de leite e 82.913 quilogramas de creme.

7) — Serraria e fábrica de tacos, da Companhia Industrial de Madeiras da Barra de S. Mateus. Situada na cidade de Conceição da Barra. Possui completa instalação mecânica. A sua produção, em 1941, atingiu a CR.\$ 1.700.000,00.

8) — Serraria Santo André, de Martins e Filhos, situada em Santo André, Município de Castelo, com uma produção de CR.\$ 430.000,00.

9) — Serraria Barbados, de Baião e Cia., situada em Barbados, Município de Colatina, com uma produção de CR.\$ 535.000,00 em 1941.

10) — Serrarias Industrial e M. Grande, de Vivacqua e Cia., situadas no Município de Cachoeiro de Itapemirim, com uma produção de CR\$ 7.200.000,00 em 1941.

11) — Serraria e fábrica de tacos "S. João da Mata", de Antero Soares e Cia., situada em Pacotuba, Município de Cachoeiro de Itapemirim, com uma produção de CR. 300.000,00.

12) — Olaria a vapor, de Germano Krueger e Cia., situada em Baixo Guandú, com uma produção de CR.\$ 55.500,00 em 1941.

13) — Cerâmica S. Bento, de Ataíde e Cia., em Cachoeiro de Itapemirim, com uma produção de CR.\$ 90.000,00.

14) — Fábrica de tecidos de seda da Estação Sericícola de Vargem Alta, anexa à moderna estação experimental de sericicultura que o Estado mantém no Município de Cachoeiro de Itapemirim, aparelhada com modernas máquinas adquiridas na Europa pelo Governo. Em 1941, produziu 2.572 metros de tecidos de seda.

15) — Fábrica de sabão "Iori", de Heitor Iori, situada na cidade de Vitória. Em 1941, produziu 685.513 quilogramas de sabão bruto.

16) — Fábrica de fécula de mandioca. Situada em Cariacica, construída e equipada pelo Governo do Estado, que cedeu a sua exploração industrial à Cooperativa Agrária de Cariacica. Em 1931, produziu 99.264 quilogramas de fécula de mandioca.

Propriedades rurais recensadas

O número de estabelecimentos rurais devidamente registrados eleva-se a 43.633, no valor aproximado de CR.\$... 800.000.000,00.

Intercambio comercial

O intercambio comercial do Estado com o país e o exterior, no período de 1931 a 1942, atingiu a 3.097.934.000 quilogramas, representados por CR.\$ 3.619.431.000,00, assim discriminados:

	Quilogramas	Valor (Cruz.)
Exportação geral	2.093.848.000	2.215.656.000
Importação geral	1.004.086.000	1.403.775.000
TOTAL	3.097.934.000	3.619.431.000

O saldo verificado em favor da exportação, durante aquele período, foi, portanto, de CR.\$ 811.881.000,00.

Exportação geral

Durante o período acima referido, a exportação geral, segundo o destino, apresentou as seguintes características:

	Quilogramas	Valor (Cruz.)
Exterior	951.466.000	1.525.373.000
Brasil	1.142.382.000	690.283.000
TOTAL	2.093.848.000	2.215.656.000

A exportação geral, durante o período de 1921 a 1930, atingiu a 1.229.722.231 quilogramas, correspondentes a CR.\$ 1.884.141.769,00, verificando-se, dessa forma, um saldo favorável ao período 1931-1942 de 864.126 quilogramas e CR.\$ 331.142.000,00.

As principais mercadorias de exportação foram:

PRODUTOS	PERIODO 1921-1930		PERIODO 1931-1941	
	Peso (quilogramos)	Valor (Cruzeiros)	Peso (quilogramos)	Valor (Cruzeiros)
Aves domésticas .	492.138	817.182	6.102.808	10.244.898
Tecidos de algodão	3.038.402	6.932.300	2.936.380	27.825.799
Mamona	—	—	4.884.626	3.391.598
Madeiras	301.528.633	54.340.789	681.255.800	126.137.388
Peles e Couros .	1.441.754	1.964.789	4.617.026	7.069.997
Cimento	—	—	30.529.288	10.942.292
Plantas medicinais	—	—	201.774	621.110
Aguardente	739.430	546.368	697.731	875.368
Arroz	288.600	231.873	1.619.009	1.429.476
Farinha mandioca	1.612.130	537.353	15.031.072	6.697.195
Farinhas e féculas	—	—	1.480.278	1.035.545
Feijão	6.918.401	4.042.606	11.532.509	6.351.539
Milho	4.592.790	1.503.770	51.918.696	16.201.456
Açúcar	7.202.339	4.224.322	8.085.644	7.477.490
Cacau em grão .	335.729	310.164	4.090.272	7.170.232
Café em grão . .	832.036.920	1.781.229.733	969.484.560	1.801.087.831
Ovos	349.779	480.538	3.818.347	8.709.516
Outros produtos	69.145.186	26.979.983	290.161.188	172.388.665
Total	1.229.722.231	1.884.141.769	2.093.847.008	2.215.857.395

Exportação para o Estrangeiro

O Espírito Santo manteve relações comerciais com 41 países, dos quais comprou apenas a 7. Dos 41 países, 27 foram exclusivos compradores de café. Além de café, só compraram outros produtos os seguintes: Estados Unidos, Argentina, Uruguai, União Sul Africana, Grã Bretanha, Alemanha, França, Holanda, Itália, Polônia, União Belgo-Luxemburguesa, Portugal, Chile e Suécia.

Os principais produtos exportados para o estrangeiro, foram:

Periodo 1931-1941

Produtos	Peso em Quilogramas	Valor em Cruzeiros
Café	744.522.600	1.461.255.235
Madeiras	37.703.827	12.021.257
Minério de ferro	118.608.540	11.261.327
Mamona em baga	3.492.922	2.553.528
Cacáu em favas	3.435.781	6.356.004
Peles e couros	2.324.269	2.719.348
Milho	13.515.435	4.894.172
Mica	291.456	3.787.166

O nosso principal comprador continua sendo os Estados Unidos da América do Norte.

Exportação para Estados Brasileiros

A exportação para os diferentes Estados da Federação atingiu, de 1931 a 1941, a 1.142.382.000 quilogramas, correspondentes a CR\$ 690.283.000,00. O Espírito Santo manteve relações comerciais com a totalidade dos Estados, exceção dos de Mato Grosso e Goiás. Os principais produtos exportados, durante aquele periodo, foram os seguintes:

Produtos	Peso em Quilogramas	Valor em Cruzeiros
Café	224.961.960	339.832.596
Madeiras	643.551.973	112.830.037
Mamona em bagas	1.391.704	838.070
Cacáu em favas	654.491	814.228
Peles e couros	1.692.757	4.350.649
Aves domésticas	6.102.808	10.244.898
Ovos	3.818.347	8.709.416
Tecidos de algodão	2.936.380	27.825.799
Cimento	36.529.288	10.942.292
Feijão	11.532.209	6.351.539
Milho	38.403.261	11.307.284
Mica	236.529	1.713.021
Farinha de mandioca	15.030.822	6.697.045
Arroz beneficiado	1.619.009	1.429.476

Importação geral

Durante o período de 1931 a 1941, a importação geral, segundo o destino, assim se distribuiu:

	Quilogramas	Valor em Cruz.º
Exterior	37.810.000	33.224.000
Brasil	966.276.000	1.370.551.000
TOTAL	1.004.086.000	1.403.775.000

As principais mercadorias de importação do exterior e de Estados brasileiros, foram as seguintes, no período 1931-1941:

Produtos	Peso em Quilogramas	Valor em Cruzeiros
Tecidos diversos	11.151.776	168.041.118
Máquinas, aparelhos e acess.	4.991.481	44.517.180
Manufaturas de ferro e aço	23.807.181	60.267.093
Drogas e produtos químicos	8.058.429	43.822.647
Fumo e seus preparados	4.890.231	50.974.338
Querosene	29.622.322	26.347.697
Calçados	1.849.689	25.467.710
Papel e suas manufaturas	7.659.821	19.137.793
Bebidas	28.018.244	34.516.804
Gasolina	30.997.687	43.569.414
Sacos vãos (de juta)	9.969.393	44.762.247
Automóveis	1.655.652	15.242.722
Artigos de armarinho	1.145.419	18.213.579
Sabão e saponáceos	10.742.263	13.036.023
Arroz beneficiado	29.779.614	24.354.227
Fósforos	1.121.305	11.751.113

Café

Nosso principal produto de exportação, corre à sua conta o grau de desenvolvimento econômico que alcançou o Estado, situado como está entre os oito mais progressistas Estados da Federação. E' ele também, como em épocas anteriores, o responsável pelas crises periódicas que tem sacudido a economia espírito-santense, dentre as quais força é destacar a de outubro de 1929, cujos reflexos, agravados pela atual guerra européa, ela está sentindo em intensidade e extensão. Ensaíada timidamente em 1811, na comarca de São Mateus, sua cultura, ainda por volta de 1817, era, na Capitania, por assim dizer, inexistente. De 1839 a 1842, já o café aparece nas nossas pautas de exportação, porém com reduzida quantidade. Em 1851, o relatório da Província acusa a existen-

cia de 252 propriedades cafeeiras, localizadas em Vitória, Barra de S. Mateus, Itapemirim, S. Mateus, Serra e Linhares. Nos exercícios de 1871-1872 a posição das Províncias ditas cafeeiras era a seguinte:

Rio de Janeiro	6.988.412 arrobas
São Paulo	2.508.163 "
Minas Gerais	2.392.922 "
Espírito Santo	588.864 "

Ao tempo da proclamação da República, a produção do Estado já andava pela casa das 250.000 sacas. Em 1907, época do convênio de Taubaté, a produção espírito-santense era de 708.000 sacas. Esse convênio, realizado para evitar uma debacle no mercado desse produto, em face da superprodução, já então existente, era uma advertência sobre os perigos da monocultura. Contudo, o café prosseguiu a marcha já agora em ritmo mais acelerado, conforme se verifica dos dados abaixo:

1914	968.000 sacas
1920	1.104.000 "
1926	1.639.000 "
1931	1.800.000 "
1933	1.859.000 "
1936	1.813.000 "
1941	1.817.000 "

Em 40 anos a produção espírito-santense aumentou de mais de 540% sobre a de 1889.

Líder incontestado, dominador quasi absoluto das atividades agrícolas do Estado, o café, com a sua posição assegurada pela existencia de 175.000.000 de pés, não poderia deixar de influir, como de fato influuiu, na situação economica e financeira do Estado, do que nos dá conta o aumento sucessivo das suas arrecadações no periodo 1919-1929, quando elas passaram a CR\$ 10.026.664,00 para 39.241.000,00, criando uma concepção falsa sobre os recursos financeiros do Estado, como salientou um dos seus presidentes.

A confiança exagerada na sua posição internacional, concorrendo, até 1930, com mais de 95% para o orçamento estadual, prendeu-o à sua sorte, infelizmente nem sempre brilhante, e permitiu o abuso imoderado do crédito externo, como aconteceu em 1894, 1908, 1927 e 1930.

Daí também as variações bruscas notadas nos orçamentos de 1929 para o de 1930, bem como nos de 1937 para 1938, quando foi suprimida pelo Governo Federal a taxa de 45\$000 por saca de café exportado.

Criador inconciente de uma prosperidade moveidica, inconstante e caprichosa, causador do "angustioso presente de inquietação", pedra angular do nosso sistema tributário, as vicissitudes por que tem passado indicava claramente a necessidade de novas rôtas.

Defendendo seu patrimonio, enriquecendo-o pela racionalização de sua cultura e pela oferta aos mercados consumidores dos seus produtos, selecionados e isentos de impurezas, conservando-lhe a posição estatística, esforçamo-nos para diversificar, por todos os meios ao nosso alcance, a produção agrícola do Estado, atentos à vantajosa posição que ele occupa, à ilharga do maior centro consumidor do País, tendo a servir-lhe um porto de mar, devidamente aparelhado, com possibilidades magníficas de distribuição, não somente do seu hinterland, mas, também, de vastas zonas do Norte de Minas Gerais e Sul da Baía.

Tarefa ingente, imperiosa, paciente, lenta nos seus efeitos, exigirá esforços prolongados e energias redobradas, terá que ser continuada sob pena de continuar o Estado numa instabilidade economica e financeira sumamente prejudicial à coletividade espírito-santense.

Os efeitos da guerra atual

Como vimos anteriormente, constitúe a exportação do café a base economica do Estado.

Estado essencialmente agrícola, com um parque industrial incipiente, a-pesar-dos nossos esforços, com sua agricultura ainda voltada para a exploração intensiva desse produto, a guerra atual não poderia deixar de influir, como está

influiu, nas relações economicas e financeiras do organismo do Estado.

Em 1939, vendemos para o exterior 1.143.841 sacos de café, repartidos entre Estados Unidos, Argentina, Possesões Africanas e 16 países da Europa. Em 1940, essa exportação ficou reduzida unicamente ao importante mercado Norte Americano, baixando para 730.605 sacas. Em 1941, ela foi ainda de 717.698 sacas. Porém, no ano corrente, até novembro, não ultrapassou de 340.000 sacas, o que representa um terço da exportação de 1939.

Só o "deficit" da exportação desse ano, comparada com a do ano de 1941, representa uma diminuição de arrecadação de impostos de cerca de CR\$ 7.000.000,00. O movimento de cabotagem, que se apresentava promissor, vem decrescendo de ano para ano, em virtude das dificuldades de navegação, conforme se pode verificar pelos dados seguintes:

1939	256.032 sacas
1940	216.628 "
1941	159.948 "
1942 (até novembro)	48.753 "

OBRAS DO PORTO DE VITÓRIA

Trabalhos da 1.ª Seção

As obras da 1.ª Seção do cais do Porto de Vitória foram iniciadas em janeiro de 1911, no Governo Jeronimo Monteiro.

Em agosto de 1914, foram paralisadas, em virtude da situação economica criada pela guerra européa.

Em 1920, o Governo Federal suspendeu a garantia de juros a que se obrigara, após haver indenizado a companhia concessionária, do que lhe devia.

Em dezembro de 1924, transferiu ao Estado a concessão do porto.

Em setembro de 1925, foi assinado o termo de entrega das obras ao Governo Estadual que assumiu o encargo de custeá-las.

Em março de 1926, foram reiniciados os serviços, já agora tendo como construtora a Société du Port de Baía.

Em outubro de 1930, foram os serviços novamente paralisados, em virtude de dificuldades financeiras, por parte do Governo de então.

Pela lei n. 36, de 26 de dezembro de 1935, aberto o crédito de CR\$ 3.500.000,00 destinado a ocorrer às despesas provenientes da rescisão do contrato da Société de Construction du Port de Baía e aquisição do seu material fixo e fluante, pôde o Governo retomar os serviços, executando-os diretamente, pela antiga Diretoria de Obras Hidraulicas, da Secretaria de Agricultura.

Terminadas que foram as obras em fins de 1939, foram elas inauguradas em janeiro de 1940.

Fizeram-se assim, necessários 28 anos de trabalhos e interrupções para terminá-las, com um dispendio de CR\$.. 26.436.000,00, inclusive a construção da ponte "Florentino Avidos".

Suas instalações são constituídas de 630 metros de cais, distribuídos em seções de 360 e 260 metros, para pequenas embarcações e outras de calado até 22 pés; três armazens, compreendendo 5.400 metros quadrados de área coberta, inclusive uma sub-estação transformadora de força, pequena oficina de reparação e um salão para escritório; um guindaste a vapor de 10 toneladas, um de 5 toneladas e uma cabrea de 100 toneladas; seis guindastes elétricos de 1 1/2 toneladas, 2 elétricos de 3 toneladas e um de 3 toneladas.

Os armazens estão ligados por uma linha-ferrea e servidos por pontes rolantes de 3 toneladas.

As despesas realizadas a partir de 1931 com os serviços da 1.ª seção do Cais do Porto montaram em CR\$ 8.620.170,30 (oito milhões, seiscentos e vinte mil e cento e setenta cruzeiros e trinta centavos), com a seguinte discriminação:

- a) Aquisição de aparelhagem e rescisão do contrato de construção com a Société du Port de Baía conf. escritura lavrada no ofício privativo de Notas e Registros Marítimos, no Rio de Janeiro em 4-9-35 CR\$ 3.500.000,00

- b) Restituição da caução, respectivos juros, em virtude de sentença judiciária CR\$ 270.046,40
- c) Conservação do material flutuante CR\$ 321.000,00
- d) Despesas com os trabalhos da 1.^a seção CR\$ 4.529.123,90

Construção da 2.^a seção

Ao tempo que providenciamos a conclusão das obras da 1.^a seção, outrora empreitadas pela Societé, solicitámos, da antiga Assembléa Legislativa, autorização para abertura de uma concorrência para prosseguimento das obras do Porto de Vitória.

Em 23 de julho de 1937, o Governo do Estado contrataba com a Empresa Construtora Brasileira Gruenbilf Limitada, vencedora da concorrência pública, a construção de 300 metros lineares de cais, em continuação ao existente, para uma profundidade mínima de 8,50 e dos trabalhos acessórios.

As obras foram contratadas pelo preço fixo de CR\$ 10.124.355,70 ressalvada a hipótese de o Governo, no decorrer da construção, ordenar, mediante aditamento do contrato, maior volume ou número de obras.

As obras contratadas foram as seguintes:

- a) construção de 300 metros de cais para profundidade de 8,50;
- b) aterro com areia da área compreendida entre o litoral, o cais de saneamento e o cais principal;
- c) construção da linha férrea no cais, colocação de bolards;
- d) calçamento da área aterrada e passeios correspondentes;
- e) instalações complementares de água e de força;
- f) construção do armazem 5;
- g) derrocamento de 2.500 toneladas de rocha na baía de evolução;

- h) trabalho de dragagem para limpeza da bacia de evolução com provavel aproveitamento no aterro dos mangais marginaes da baía;
- i) construção de 226 metros lineares de cais de saneamento com uma parte acostavel para o serviço de lanchas e serviços de trafego marítimo;
- f) fechamento da área alfandegada com gradis.

Aditamento de 1940

Tendo surgido, no decorrer da execução da obra, serviços imprevistos, com a necessidade de serem fixados os novos direitos e as obrigações novas de ambas as partes — Estado e Empresa Construtora Brasileira Gruenbilf Limitada — reajustaram, estas, em aditamento ao contrato de 23 de julho de 1937, preços, obras, serviços, direitos e obrigações, por escritura pública assinada em 31 de julho de 1940.

As obras da 2.^a Seção do Cais do Porto de Vitória tiveram início em maio de 1938 e prosseguiram normalmente até sua conclusão.

Sua inauguração teve lugar em 19 de abril de 1942.

Pelo relatório da comissão de Tomadas de Contas dos trabalhos executados pela Empresa, verifica-se que os serviços executados até 28 de fevereiro do corrente ano montaram a CR\$ 17.080.382,90.

Os pagamentos efetuados pelo Estado até março de 1942 somaram a importância de CR\$ 12.343.198,97.

De março até 4 de dezembro do corrente ano, foram pagos à Empresa — CR\$ 5.087.000,00.

Resta pagar ainda, em virtude do término de algumas obras e do rebaixamento da rua 1.^o de Março, a quantia de cerca de CR\$ 1.500.000,00.

Ligação férrea

No dia 11 de junho de 1941, realizou-se a solenidade inaugural da linha férrea ligando as Estações da Leopoldina Railway e da antiga Vitória a Minas ao cais do Porto de Vitória, uma das maiores aspirações do povo espírito-santense.

O Ramal tem a extensão de 1.905 ml., inclusive pontes. Custou ao Estado a quantia de CR\$ 566.112,03.

Desapropriações

A construção do cais do Porto exigiu a desapropriação de varios terrenos e predios existentes na área que as obras ocuparam, cujo serviço se elevou à apreciavel soma de CR\$ 5.691.664,20.

As desapropriações foram feitas nos precisos termos do contrato de concessão do Porto e da legislação que rege o assunto.

De 1931 a 1942, foram desapropriados bens pertencentes às seguintes pessoas, nos valores abaixo indicados:

Anisio Fernandes Coelho	CR\$	120.000,00
Joana Coelho Ferreira	"	115.000,00
Terésa Fernandes Coelho e Elvira Coelho Teixeira	"	172.800,00
Maria José Fernandes Coelho	"	97.200,00
Jesuina Coelho Agostini	"	68.070,40
José Ribeiro Braga	"	328.836,40
Manoel Ribeiro Braga	"	183.566,30
José Neffa & Irmão	"	218.992,70
Santos & Cia.	"	360.000,00
Manoel da Costa Morgado Horta (Herdeiros)	"	560.000,00
Julietta Avancini Reisen	"	77.575,00
José Melhem Bumachar	"	480.000,00
Ana Cruz Guimarães	"	180.323,90
Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo	"	105.000,00
Prefeitura Municipal de Vitória	"	200.000,00
Eugênio Pinto Neto (Herdeiros)	"	190.835,60
João Miguel Jogaib	"	66.000,00
Emilia Tech Mascarenhas	"	88.000,00
Calixto Ribeiro Coelho (Herdeiros)	"	76.496,80
Alexandre Buaiz	"	75.870,00

Augusto José da Cruz Sobrinho, Arnaldo Monteiro, Manoel Maria Ramos Valente e suas mulheres	"	301.070,70
Francisco Santos Lima	"	215.250,00
Ana Nunes Pereira	"	90.397,40
Emílio Azevedo Sarmento (Herdeiros)	"	81.920,00
José Pereira Barbosa	"	75.600,00
Elvira Coelho Teixeira	"	173.250,00
Terésa Fernandes Coelho e Jesuina Coelho Agostini	"	315.000,00
Joana Coelho Ferreira	"	173.250,00
José Neffa & Irmão	"	99.269,00
Juvencio Pereira de Moraes (Herdeiros)	"	315.000,00
Maria Aguiar de Oliveira	"	14.466,00
Lizandro Nicoletti (Herdeiros)	"	72.622,00

CR\$ 5.691.664,20

Custo das obras

Pela exposição acima, verifica-se que, no período — 1931-1942 —, foi dispendida, com as obras do Porto de Vitória, a elevada quantia de CR\$ 32.302.146,50, contra a de CR\$ 17.430.198,97, no período — 1911-1930.

O custo total das obras e respectivo aparelhamento eleva-se, pois, à cifra de CR\$ 49.743.345,47, da qual o Governo Federal já reconheceu, através do Departamento Nacional de Portos e Navegação, do Ministério da Viação e Obras Públicas, a quantia de CR\$ 23.904.565,50 em virtude das tomadas de contas realizadas até o ano de 1940, inclusive.

Resta, portanto, a ser reconhecida, pelo Governo Federal, a importancia de CR. 25.838.779,97.

Como vimos, por força do Decreto Federal n. 16.437, de 31-12-24, foram rescindidos os contratos existentes entre o Governo Federal e a Companhia do Porto de Vitória, relativos à construção e exploração do Porto de Vitória, encampando, o Governo Federal, todas as obras, materiais, terrenos, edificios e instalações da citada Companhia.

Ainda por força do mesmo decreto, ficou autorizada a celebração do contrato com o Governo deste Estado, para conclusão das obras e exploração do Porto de Vitória.

Em 26-6-1925, foi registrado, pelo Tribunal de Contas, o contrato de concessão para a construção e exploração do Porto de Vitória, ajustado entre o Governo Federal e o Estado do Espírito Santo.

Esse contrato, em vista da paralisação das obras e da nova Legislação Portuária decretada pelo Governo Federal, tornou-se caduco.

Foi necessário ajustar a sua novação, o que se fez em 24-8-41, com cujo ato ficaram definitivamente estabelecidas as obrigações e direitos do Governo deste Estado, como concessionário do Porto de Vitória, para o fim de promover a conclusão das obras delineadas e a sua exploração comercial.

A exploração do Porto

O Governo Federal, pelo decreto-lei n. 1.645, de 2-10-39, autorizou a exploração do Porto de Vitória.

As vantagens decorrentes da exploração do Porto por parte do Governo do Estado dispensam argumentação.

Sobre permitir ao Estado um perfeito equilíbrio da sua balança comercial, proporciona-lhe índices seguros de orientação da sua economia interna, seja fornecendo-lhe os elementos estatísticos necessários a um perfeito estudo sobre a produção de produtos exportáveis com vantagem, seja fornecendo-lhe os elementos indispensáveis a uma perfeita e segura orientação do movimento de importação e exportação do Estado.

Alem dessas, outras vantagens veem surgindo, destacando-se:

o sensível barateamento do custo dos serviços necessários à importação e exportação; o interesse que esse barateamento está trazendo às classes produtoras, animando-as na exportação de novos produtos; o franco desenvolvimento da exportação do minério de ferro.

O estudo das possibilidades de toda vasta região, a que o Porto de Vitória obrigatoriamente servirá, nos conduz a

antever, para o mesmo, um desenvolvimento muito acima de qualquer previsão que se possa fazer.

Concedida a concessão e, posteriormente, autorizada a exploração do Porto de Vitória, a sua administração foi organizada integrando o quadro de serviços a cargo do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras, sob a denominação de "Serviço de Fiscalização e Exploração do Porto de Vitória".

Ficou, dessa maneira, a administração do Porto não só com o encargo de promover a sua exploração comercial, como, também, fiscalizar as obras do cáis do minério e outras, até há pouco contratadas, pelo Estado, com a Empresa Construtora Brasileira Gruenbif Limitada.

A Administração do Porto controla e promove a execução de todos os serviços relativos ao tráfego, contabilidade, obras e a administração econômica e financeira dos serviços, bem assim a parte técnica necessária à fiscalização das obras em execução sob contrato.

Apesar da depressão econômica resultante do estado de guerra, os negócios da administração do Porto veem se conduzindo normalmente.

A renda da exploração comercial do Porto de Vitória, desde seu início é a seguinte:

1940	CR\$ 1.327.777,50
1941	CR\$ 2.708.405,30
1942 até outubro	CR\$ 2.085.295,70

Vê-se, portanto, que a renda do Porto tende a crescer sempre, consequência lógica do seu crescente desenvolvimento.

Organizado o serviço de exportação do minério de ferro no limite previsto de 1.500.000 toneladas por ano, a renda do Porto subirá, logo, a quantia superior a CR\$ 7.000.000,00, por ano, sem contar a renda produzida pelo serviço de importação, tendo-se em vista que os navios destinados a tal transporte, por certo, conduzirão mercadorias para este Porto.

CÁIS DE MINERIO

Graças ao patriotismo e visão política de V. Excia., o problema siderurgico nacional tem, hoje, solução feliz e adequada, baseada de um lado na construção da grande usina de Volta Redonda e, doutro, na permissão para exportação do minério de ferro, trazendo como consequencia a fundação da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A. A grandiosidade patriótica desse empreendimento levou o Espírito Santo a colaboração de seu entusiasmo eficiente, aparelhando o porto de Vitória com instalações especiais para embarque seguro e rapido de minérios.

Início das obras

Em 21 de dezembro de 1940, tendo em vista a urgencia de se resolver o problema da exportação de minério de ferro pelo porto de Vitória, o Governo do Estado, pelo officio n. 4.521, autorizou a Empresa Construtora Brasileira Gruenliff Limitada, não só a elaborar o projeto definitivo de um cais de embarque de minério em Vitória, de acôrdo com a orientação firmada pelo Serviço de Fiscalização e Exploração do Porto de Vitória e a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A., como também, a tomar todas as providencias necessarias a respeito de novas instalações e aparelhagem, excluida a aquisição de novas maquinas e pessoal técnico, de maneira que os serviços de construção pudessem ter início efetivo a 2 de janeiro de 1941 e estivessem terminados em maio do mesmo ano, na sua parte essencial, devendo permitir a silajem de aproximadamente 47.000 toneladas de minério de ferro.

Em 17 de junho de 1941, o Governo Estadual, concessionario do porto de Vitória, devidamente autorizado pelo Departamento Administrativo do Estado, firmou contrato com a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A para construção, financiamento e uso das instalações especiais para transporte, armazenagem e carga do minério a granel que lhe interessasse desde suas linhas ferreas até o navio.

Pelo referido contrato ficou assentado que as obras do embarcadouro de minério seriam construidas pelo Estado, de acôrdo com as plantas, especificações e orçamentos apresentados pelos seus empreiteiros, aprovados pelos Governos Federal e Estadual.

Nesta ocasião, tendo em vista as modificações introduzidas no plano original das obras, foi fixada a data de 31 de dezembro de 1941 para a conclusão dos serviços essenciais ao embarque intensivo de minérios.

A ligação férrea do referido embarcadouro ficou a cargo da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A, construção que seria feita por ela, diretamente, ou por empreiteiro de sua confiança.

Em 23 de junho de 1941, como segundo aditamento ao contrato de empreitada, datado de 23 de julho de 1937, o Governo contratou as obras do embarcadouro especial com a primeira daquelas Empresas.

Aprovação do orçamento das obras

Pelo decreto-lei n. 8.169, de 3 de novembro de 1941, o Governo Federal aprovou o orçamento das obras e instalações para o embarque de minério. O orçamento total prevê uma despesa de CR\$ 21.388.050,89, que assim se distribue:

Orçamento provavel das instalações portuarias, conforme discriminação	CR\$ 5.465.590,00
Dragagem da bacia de manobras	CR\$ 2.400.000,00
Preço de 4 transportadoras mecânicas (tapis-roulants)	CR\$ 2.400.000,00
Custo da construção do ramal ferroviario para o cais de minério	CR\$ 5.832.715,13
Desapropriações	CR\$ 2.500.000,00
Eventuais	CR\$ 2.789.745,76

As obras acima orçadas constam essencialmente de:

- Instalações especiais para armazenagem e embarque de minério compreendendo:

- 1) Viaduto de acesso, com comprimento de 155,00 ms. e altura máxima de 22,00 ms.;
- 2) Viaduto interno dos silos — em vigas isoladas, de forma a permitir o emprego de qualquer tipo de carros de minérios, numa extensão de 100,00 ms.;
- 3) Viaduto de regresso semelhante ao de acesso e com um desenvolvimento de 30,00 ms. Todas estas obras de arte foram construídas em concreto armado e calculadas para um trem-tipo de 20 toneladas por eixo e mais um coeficiente de 25% para impacto;
- 4) Silos, com 100 ms. de comprimento, constando de 3 paredes verticais, em concreto armado, formando com a rocha da encosta do morro um reservatório com capacidade para armazenar cerca de 47.000 toneladas de minério. Na parede frontal dos silos e em altura conveniente, abrem-se 19 portinholas, afastadas entre si de 5,00 ms., pelas quais, facilmente, se escoará o minério por intermédio das transportadoras moveis. Cada uma destas portinholas será dotada de aparelhamento próprio, para abri-las e regular o escoamento do minério;
- 5) Transportadoras mecânicas — Primitivamente previstas 4, com capacidade de 300 toneladas por hora e por máquina, foi posteriormente resolvido empregar 3, porém aptas a carregar 600 toneladas por hora cada uma. Trata-se de "tapis-roulants", montados sobre 2 torres metálicas, que retirarão o minério de dentro dos silos e o colocarão nos porões dos navios, atravessando toda a largura do cais propriamente dito. Para permitir um carregamento racional e comodo, estas transportadoras são dotadas de movimento no sentido longitudinal do cais e poderão retirar o minério de qualquer das portinholas dos silos acima descritos. Cada transportadora dispõe de uma balança especial

- para pesagem e registro automatico do minério embarcado;
- 6) Cais de acostagem — Para a atracação dos navios e manobras de descarga de mercadorias é prevista a construção de um cais com 110 ms. de comprimento e 21,15 ms. de largura. Este cais, construído sobre pilares fundados na rocha do fundo da baía, todo em concreto armado, será servido por 4 vias ferreas de 1,00 de bitola, uma linha para guindastes elétricos e permitirá a atracação de navios calando até 10,50 ms. em aguas mínimas. Será ainda dotado de todas as instalações necessarias, tais como bolards, arganeis, luz, energia elétrica, agua potavel, etc.;
 - 7) Dragagem da baía de Vitória, de forma a permitir a entrada e evoluções dos grandes navios-transportes. Para este fim e tendo em vista a situação atual dos serviços marítimos, foi necessario improvisar um estaleiro naval em Vitória, no qual está sendo inteiramente reparada, com os recursos locais, a draga Rio Branco, de propriedade do Estado.
- b) Construção de um ramal de estrada de ferro, bitola de 1,00, que, partindo das linhas da Estrada de Ferro Vitória a Minas, à cota de 4,00 metros, transporta o minério até os silos, atingindo a altura de 34,00 ms. no seu ponto culminante. Este ramal, numa extensão de 1.740 ms. em via dupla e 1.660 em linha singela, portanto com um desenvolvimento total de 5.100 metros de linhas simples, é de trafego num só sentido e compreende a construção de mais três grandes viadutos em concreto armado, em via dupla e projetados para o trem tipo de 20 toneladas por eixo;
- c) Para permitir a execução das obras descritas, tornou-se necessário desapropriar terrenos e benfeitorias ao longo de toda a linha e local dos silos, conse-

guindo-se de uma maneira geral, fazê-lo de forma amistosa.

O contrato de Washington

Em 3 de março de 1942, o Senhor Ministro da Fazenda, Dr. Artur de Souza Costa, firmou, em Washington, um contrato entre o Governo do Brasil, o Governo do Reino Unido da Gran Bretanha e Irlanda Setentrional, o Export-Import Bank of Washington e a Metals Reserve Company no sentido de melhorar os meios de transporte do Vale do Rio Doce e promover o desenvolvimento permanente dos minérios e outros recursos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no Brasil.

Por esse contrato, o Governo Brasileiro obrigou-se, não só a encampar incontinenti a Estrada de Ferro Vitória-Minas, como, também, a fazer o seu prolongamento até Itabira, restaurar e melhorar toda a Estrada de Ferro, afim de ficar com capacidade para transportar no mínimo 1.500.000 de toneladas de minério de ferro das minas até o porto de Vitória.

Pelo referido contrato, ficou também o Governo Brasileiro obrigado a melhorar ou mandar melhorar as instalações do porto de Vitória, a completar, ou mandar completar ou melhorar os meios de carregar o minério, no intuito de dar saída, com eficiência a 1.500.000 toneladas no mínimo, de minério por ano.

Dando cumprimento ao contrato de 3 de março de 1942, o Governo Brasileiro, pelo decreto-lei n. 4.352, de 1.º de junho de 1942, encampou as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S/A e Itabira de Mineração S/A, criando a Companhia Vale do Rio Doce.

Pelo mesmo decreto-lei, foram transferidas à nova Companhia as vantagens e obrigações decorrentes do contrato celebrado em 17 de junho de 1941, entre o Governo do Estado e a Companhia Brasileira de Mineração, para utilização do embarcadouro especial de minério, no porto de Vitória.

Rescisão de contrato

Em 31 de outubro do corrente ano, como uma consequência da situação de guerra, foi o Governo do Estado levado a

rescindir o contrato assinado com a Empresa Construtora Brasileira Gruenbilf Limitada para a construção do cais especial para embarque de minérios e serviços complementares, encarregando-se do prosseguimento dos trabalhos o próprio Estado, por intermédio da Comissão de Obras do Porto de Vitória, imediatamente criada para este fim.

Verifica-se, pois, que a construção do cais especializado para embarque de minérios, em larga escala, no porto de Vitória, passou, sucessivamente, do âmbito estadual, para o federal, daí para o internacional, vinculado como ficou a importantes acórdos assinados em Washington, muito embora continuasse o Espírito Santo como seu concessionário.

Sua construção interessa vivamente não só ao nosso esforço de guerra, como ao das Nações Unidas.

Apesar dessas transformações sucessivas, as obras, iniciadas em 2 de janeiro de 1941, não sofreram solução de continuidade e prosseguem normalmente até o presente momento.

O financiamento das obras

Outro ponto, que vale ser focalizado, embora em rápidos traços, é o referente ao financiamento das obras do cais especial para embarque de minérios, que foi objeto de cuidadosos estudos, de forma a não onerar as rendas normais do Estado, que não comportariam mais este vultoso encargo.

Graças ao elevado espírito de colaboração que presidiu ao estudo desta momentosa questão, ficou assentado que a execução das obras projetadas seria financiada pelas próprias companhias interessadas na exportação, mediante reembolso por meio de encontro futuro de contas referentes a armazenagem, capatasias e outras taxas portuárias que viessem a incidir direta e exclusivamente sobre os volumes de minérios exportados pelas novas instalações.

Desta forma, não sofreu o Tesouro Estadual qualquer gravame nas suas obrigações atuais, nem os sofrerá futuramente senão nas rendas oriundas do próprio cais para minérios.

Com a Cia. Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A, conforme cláusulas 5.ª, 6.ª e 12.ª, do seu contrato assinado

com o Governo do Estado, o assunto era resolvido por meio de notas promissórias de aceite daquela Companhia e endossadas pelo Estado para pagamento aos seus empreiteiros. Com a sua sucessora, Cia. Vale do Rio Doce, já o financiamento é feito em dinheiro, por meio de adiantamentos líquidos, mensalmente, pelas medições da obra.

Em ambos os casos e durante o prazo de dez anos, a Cia. alugará os silos pela quantia de SR\$ 60.000,00 mensais e pagará, na integra, todas as taxas portuárias normais e as de transporte ferroviário pelo ramal de acesso aos silos, sendo o produto de todas estas rendas creditado ao Estado em contas correntes especiais, onde já terão sido lançadas, em debito, todas as despesas feitas com a construção das instalações projetadas.

Pelas taxas previstas no contrato ora encampado pela Cia. do Vale do Rio Doce, na hipótese muito provável de se atingir logo à exportação de 1.500.000 toneladas anuais, as taxas a serem creditadas ao Estado ascenderão a cerca de CR\$ 7.000.000,00 anuais, o que faz prever uma rápida liquidação do debito do Governo, que assim entrará logo no gozo de uma renda larga e solida.

SECRETARIA DO GOVERNADOR

Extinta em 1930 a Secretaria da Presidencia, transformada em Gabinete da Interventoria, foi ela, em 1938, pelo decreto n. 8.908, novamente equiparada a Secretaria de Estado, com a atual denominação de Secretaria do Governador.

Seus serviços e atribuições foram, então, grandemente aumentados, ficando-lhe subordinados: o Gabinete do Governador, a Consultoria Jurídica do Estado, o Departamento Estadual de Estatística, o Departamento das Municipalidades, o Serviço Radiotelegráfico do Estado, o arquivo e pessoal da extinta Assembléa Legislativa. Ainda, ao Secretário de Estado, por força de dispositivo legal, cabe a Presidencia da Junta Executiva Regional de Estatística, órgão filiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tendo a seu cargo um programa complexo de atividades e atribuições, cabe-lhe receber, protocolar e responder a correspondencia do Chefe do Estado; informar e preparar os processos encaminhados á decisão da Interventoria; orientar e supervisionar os trabalhos de Estatística geral, a assistência técnica e financeira aos municípios e a distribuição dos assuntos sujeitos ao estudo da Consultoria Jurídica, além da orientação dos serviços de divulgação estatística e propaganda do Estado — através do “Boletim Estatístico do Espírito Santo”.

Os encargos da Secretaria do Governador, com a reforma dos serviços de Protocolo e Arquivo, constituindo o Expediente, tal como nas demais Secretarias, uma Diretoria, veem sendo plenamente executados, para o que concorre a excelente organização dos trabalhos, perfeita distribuição de atividades e dedicação de todos os funcionários.

Graças á perfeição de seu mecanismo e execução integral das vultosas responsabilidades a seu cargo, a Secretaria do Governador preenche as suas finalidades de Secretaria de Estado, constituindo um aparelho indispensável para a boa marcha e eficiencia da administração estadual.

4.º Centenário da Colonização Espírito-Santense

Em maio de 1935, celebrou-se neste Estado o transcurso do 4.º Centenário da Colonização do sólo espírito-santense. Empolgantes solenidades, promovidas pelo Governo do Estado, sob o calor da mais viva cooperação e o mais acendrado entusiasmo por parte de todo o povo, numa tocante unanimidade de consagração aos grandes vultos do passado e a certeza de nosso futuro, realizaram-se nesta Capital e nos municípios.

Não faltaram às homenagens do Espírito Santo de nossos dias aos primeiros povoadores da terra capichaba, iniciadores da obra imensa de sua civilização, dia a dia maior, a palavra empolgante, o fervor patriótico, a cooperação para o seu brilhantismo, de todas as classes sociais do Estado — homens de letras, juristas, corpos docentes e discentes dos estabelecimentos de ensino, autoridades e funcionários, imprensa, clero, comércio, indústria, associações desportivas e operariado. Filhos do Estado, ou aqui radicados, todos vibraram nos mesmos sadios sentimentos, cultuando a terra dadivosa e boa, prometedora e fecunda, que a todos recebe e a todos acolhe, na larga generosidade que é seu patrimônio e seu principal característico.

As festas cívicas, iniciadas antes de 23 de maio — data da Colonização, prolongaram-se por varios dias, dando oportunidade á inauguração oficial de diversos melhoramentos e obras públicas, estaduais e municipais, o que concorreu para imprimir ás mesmas o sentido construtivo e progressista que orientou a intrepidez e bravura do colonizador, ao deixar o Velho Mundo, na alvorada de nossa História, em busca das terras virgens de Santa Cruz.

Dentre as solenidades então realizadas merece destaque especial a do lançamento da pedra fundamental do monumento oferecido á cidade pela família Oliveira Santos, aqui radicada ha longos anos e que conta em seu seio varios espírito-santenses, ligados ao Estado, como os seus maiores, pela constante solicitude e contribuições diversas ao progresso local.

O monumento consiste em um obelisco de granito, gravadas em suas faces o nome do 1.º donatário da primitiva

Capitania — Vasco Fernandes Coutinho e as datas da Colonização e de seu 4.º centenário (1535-1935). Primitivamente, foi o monumento colocado á Praça 8 de Setembro, transferido depois para o cruzamento da Avenida Capichaba com a rua Barão de Monjardim, num dos pontos de maior movimentação da Capital.

A esses festejos, que constituíram empolgante manifestação dos sentimentos de brasilidade de nossas populações, pode-se afirmar que não faltaram a solidariedade, o júbilo e o aplauso de um só espírito-santense, de um só habitante do Estado. Como que á porfia, todos os corações pulsavam no mesmo elevado e puro sentimento de reverencia aos obreiros dos alicerces de nossa civilização, unânimes no proposito de dar ao transcurso do 4.º Centenario da Colonização do Estado o esplendor de verdadeira consagração aos grandes vultos de nosso passado historico.

Fizeram-se representar nas comemorações patrióticas de maio de 1935 — o exmo. sr. Presidente Getulio Vargas, os Ministros de Estado, os Chefes dos Governos Estaduais e figuras de relevo nas letras, finanças, classes conservadoras, imprensa e sociedade de cultura de todo o País.

Honrosas visitas

Ilustres personalidades da alta administração do País e dos Estados, das Forças Armadas, dos circulos intellectuais e científicos, da diplomacia e das classes conservadoras, visitaram nos últimos doze anos o Espírito Santo, em ocasiões diversas.

Certo de interpretar os sentimentos do povo espírito-santense, que, aliás, tomou parte ativa em todas as manifestações de apreço aos visitantes, o Governo do Estado prestou aos mesmos as homenagens a que tinham direito pela soma de seus serviços á Nação.

Dentre as individualidades da mais viva projecção no cenário nacional que honraram este Estado com a sua visita, nenhuma falou tão alto ao nosso entusiasmo e ao nosso júbilo cívico como a que nos fez o egrégio sr. Presidente Getulio Vargas.

S. exa. aqui chegou, pelo "Almirante Jaceguay", a 23 de agosto de 1933. Acompanhavam-no os srs. Ministros José Americo de Almeida e Juarez Tavora, das pastas da Viação e Agricultura, respectivamente; o sr. General de Divisão Pedro Aurelio de Goes Monteiro; o sub-chefe de sua Casa Militar, oficial de gabinete e ajudante de ordens da Presidencia, secretarios dos srs. Ministros e jornalistas.

Cumprimentados a bordo pelo Interventor Federal, Secretarios de Estado, Bispo Diocesano, Presidente do Tribunal de Apelação, Comandante do 3.º Batalhão de Caçadores, altas autoridades federais, estaduais e municipais, o sr. Presidente da República e sua comitiva receberam, ao desembarcar, empolgante manifestação de todas as nossas classes sociais, desejosas de testemunhar ao primeiro magistrado da Nação a sua admiração e o seu apreço.

Depois de percorrer a cidade e as obras realizadas pelo Governo local, visitou S. Exa. o Convento da Penha, recebendo, em seguida, no Palacio, os cumprimentos das altas autoridades, corpo consular, classes conservadoras e delegações das associações de trabalho.

À noite, no Clube Vitória, ofereceu o Governo do Estado ao sr. Presidente da República um banquete, sendo, nessa ocasião, prestadas, a S. Exa. e aos membros de sua comitiva, novas e mais expressivas homenagens.

De Vitória, prosseguiu o Presidente Getulio Vargas a sua viagem até o extremo norte do País.

Também deu ao nosso Estado a honra de sua visita a primeira dama do País — a exma. sra. d. Darcy Vargas, esposa do sr. Presidente da República.

A empolgante projecção da obra altruística com que, pela sua bondade sem limites, procura amparar os necessitados e distribuir recursos e benefícios, onde quer sejam eles necessários, gravou o nome de d. Darcy Vargas nos corações de todos os brasileiros.

Sua presença nesta Capital facultou a oportunidade de lhe serem prestadas, pelo Governo e pela alta sociedade local, as mais vivas e sinceras homenagens.

Ministros de Estado, em diversas ocasiões, visitaram o Espírito Santo, aqui percorrendo os serviços das respectivas

pastas, com o superior propósito de imprimir aos mesmos maior eficiencia.

Cumpre-nos registrar os seus nomes, com a significativa gratidão do Governo e do povo espírito-santenses, pelas atenções que os mesmos dispensaram, sempre, à solução dos nossos problemas: Sr. Salgado Filho, ex-Ministro do Trabalho e atual Ministro da Aeronautica; Sr. Waldemar Falcão, ex-Ministro do Trabalho; Sr. José Americo de Almeida, ex-Ministro da Viação; Tte. Cel. Juarez Tavora, ex-Ministro da Agricultura; Sr. General Mendonça Lima, Ministro da Viação; Sr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e sr. Apolônio Sales, Ministro da Agricultura.

Aqui recebemos, ainda, a visita de Chefes de Governos Estaduais — os srs. Governador Benedito Valadares Ribeiro e Interventores Agamenon Magalhães, Magalhães Barata, Menezes Pimentel, Leonidas de Melo, Ismar Goes Monteiro, Paulo Ramos, Argemiro Figueiredo, Fernando Costa e Rafael Fernandes.

Queremos, outro tanto, inserir os nomes dos oficiais generais de nosso Exército que, mais de uma vez, estiveram neste Estado: General Eurico Gaspar Dutra, atual Ministro da Guerra, então comandante da 1.ª Região Militar; General João Gomes, ex-Ministro da Guerra e ex-Comandante da 1.ª Região Militar; General Heitor Augusto Borges, Comandante da Infantaria Divisionária da 1.ª Região Militar; General Pedro Aurelio de Goes Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército; General Silva Junior, Comandante da 1.ª Região Militar; General Cristovão Barcelos, Inspetor do 1.º Grupo de Regiões; General Pedro Cavalcanti, Comandante da 4.ª Região Militar; General Franco Ferreira, ex-Comandante da 1.ª Região Militar; General Valentim Benicio da Silva, Comandante da 3.ª Região Militar; General Firmino Freire do Nascimento, Chefe da Casa Militar da Presidencia da República; General João Mascarenhas de Moraes, Comandante da 7.ª Região Militar; General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Inspetor da Arma de Cavalaria Geral; General Izauro Regueira, ex-Comandante da Aviação do Exército; General Meira de Vasconcelos, ex-Comandante da 1.ª Região Militar.

Ainda aqui estiveram, em visita coletiva, diversos oficiais da Escola do Estado Maior do Exército. E os srs. Major Lincoln de Carvalho Caldas, Capitães Benjamin Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e José Fortes Castelo Branco, do Serviço Geográfico do Exército, em estudos para a solução da questão de limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais.

Missão Económica Norte-Americana

O Espírito Santo hospedou, em setembro de 1941, ilustres membros de uma comissão técnico-económica norte-americana, chefiada pelo sr. Warren Lee Pearson, Presidente do Export and Import Bank of U. S. A., vinda ao Brasil para estudar e resolver com as nossas autoridades varios assuntos de comum interesse das duas maiores Repúblicas do continente, entre eles o magno problema da exploração e exportação do minério de ferro brasileiro.

Constituíam a comitiva visitante, além de seu chefe, os srs. Hubert Merryweather, técnico de minas, Robert K. West, engenheiro construtor, Ch. Kuster, representante da Bethlen Steel Company e Franklin Pardee, técnico de minas adido á Embaixada Norte-americana no Rio de Janeiro, acompanhados dos Diretores e engenheiros da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. — srs. Mario W. Tibiriçá, Francisco Pereira, Amintas Jaques de Moraes e Antonio Ribeiro.

O Governo recebeu-os como hospedes oficiais do Estado, visitando a Missão Económica, em companhia do Interventor Federal, as Obras do Porto de Vitória e os trabalhos do embarcadouro especial para minério, no Morro do Atalaia.

Foi magnífica, expressa no conciso e lapidar discurso com que o sr. Warren Lee Pearson respondeu á saudação do Interventor Federal durante o almoço que o Governo do Estado ofereceu á Missão visitante, a impressão dos financistas e técnicos da grande República irmã, diante da obra aqui realizada pela administração estadual no proposito de ampliar e aparelhar o porto da Capital, adaptando-o para os vultosos movimentos de embarque marítimo. O cais de minério, fronteiro á parte central da cidade, percorrido minuciosa-

mente pelos abalisados técnicos, mereceu de todos eles francos elogios e as mais lisongeiras referencias pelo espírito de previsão que ditou a construção daquele melhoramento portuario, indispensavel para a facilidade, rapidez e economia na exportação de nossas imensas reservas minerais para o estrangeiro.

Cercados das considerações e homenagens do povo e do Governo espírito-santenses, os visitantes regressaram, finda a visita, ao Rio de Janeiro, em aviões especiais postos á sua disposição pelo sr. Ministro da Aeronáutica.

Pela importancia dos seus conceitos, achamos oportuno transcrever, a seguir, o discurso acima referido, do sr. Warren Lee Pearson:

“Excelencia:

E’ um grande prazer para mim responder resumidamente ás suas boas vinda e agradecer-lhe em nome de meus colegas e no meu próprio pela hospitalidade que v. exa. tão generosamente nos ofereceu.

Fizemos longas viagens nestes últimos dias e tivemos uma excelente oportunidade de testemunhar de perto alguns dos opulentos recursos do seu grande país.

E’ motivo de imenso orgulho e genuína satisfação para mim que o Banco de Exportação e Importação tenha estado habilitado nestes últimos anos a contribuir de qualquer forma para o sólido desenvolvimento do Brasil. Não somente temos nos interessado por tais vultosos empreendimentos como a usina siderúrgica em construção em Volta Redonda, como também foi-nos possível cooperar para o melhoramento de varias das vossas maiores ferrovias, na expansão da marinha mercante brasileira — e o que é provavelmente mais importante — na manutenção de uma firme exportação e importação de créditos por intermédio do Banco do Brasil.

Peço venia para chamar a atenção de V. Exa. sobre o facto de que todas essas operações são parte de uma política fixa para beneficiar a economia domestica do Brasil. Não visamos vantagens políticas nessas atividades. Não desejamos fazer nada que não seja para fortalecer o Brasil e torná-lo mais habilitado a defender a liberdade que ainda existe, graças a Deus, nas terras do Hemisfério Ocidental. Ao

contrário da atitude dos Países Totalitários, nossa política não é a de enfraquecer porém de fortalecer nossos vizinhos; não a de destruí-los mas a de edificá-los; não a de tratar com nações politicamente inferiores, mas, ao contrário, com nações politicamente iguais e, esperamos também, economicamente iguais no futuro.

Meus companheiros e eu próprio temos estado vivamente interessados em visitar as grandes jazidas de minério em Minas Gerais, assim como as facilidades agora em processo de construção, para a exploração dessas gigantescas reservas. Cada um de nós formou uma favorável impressão.

Deve-se reconhecer, contudo, que, nesse sentido, muitos anos tem decorrido durante os quais notou-se apenas um insignificante progresso no desenvolvimento proveitoso desses negócios de minério.

Esse fato exige que seja feito um cuidadoso estudo sobre as dificuldades até agora encontradas. Talvez que todo o problema deva ser re-examinado e os velhos métodos, pouco satisfatórios, abandonados.

Meu desejo pessoal é que todo desenvolvimento futuro seja baseado em considerações de prazos remotos. Nenhum programa que se apoia sobre circunstâncias anormais de guerra, poderá ser de benefícios duradouros quer para os interesses da mineração, quer para os do Porto de Vitória.

O objetivo, portanto, de todos nós, deve ser o de procurar uma solução que torne Vitória um dos grandes portos do Atlântico, não somente para minérios mas igualmente para numerosos outros produtos existentes em tamanha abundância; e não somente para hoje e amanhã, mas para todo o futuro!

Mais uma vez, excelencia, desejo agradecer-lhe pela sua hospitalidade e a do povo do Espírito Santo, e, terminando, permita-me levantar um brinde ao Presidente Vargas, que está caldeando grandes Estados em u'a Maior União Federal. Presidente Vargas!"

Cientistas em visita ao Estado

Traçando o retrospecto das atividades do Estado no seu plano sócio-cultural, digna de particular destaque é a menção

das visitas feitas ao Espírito Santo, em mais de uma oportunidade, pelas figuras brilhantes e do maior renome nos círculos científicos do País.

Vindos até nós para um conhecimento acurado, estudos e observações do que temos feito no campo da especialidade de cada um deles, aqui tiveram os cientistas — brasileiros ou estrangeiros, oportunidade de tomar contacto direto com a obra de amparo social realizada pela administração do Estado em benefício dos que sofrem.

Dentre os que nos visitaram, cumpre-nos dar relêvo aos nomes do Professor Antonio Cardoso Fontes, uma das glórias mais legítimas da medicina nacional; do Dr. João de Barros Barreto, Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública; do Professor Antonio Austregésilo, neurologista e escritor de nomeada; do Dr. Ernani Agrícola, Chefe do Serviço Nacional da Lepra; do Dr. Heraclides de Souza Araujo, grande leprólogo patricio; do Professor Antonio Aleixo, Chefe do Serviço da Lepra em Minas Gerais; do Dr. Samuel Libânio, Chefe do Serviço Nacional de Tuberculose; dos Drs. Alvimar de Carvalho e Carlos Pinheiro Valente, assistentes do Serviço Nacional de Tuberculose; do Dr. Reginado Fernandes, Presidente da Sociedade Brasileira de Tuberculose; do Dr. Glynne Rocha, do Serviço Nacional da Lepra.

Comissionado pelo Governo local, percorreu o Estado, em estudos de sua especialidade, o ilustre botânico Professor Gregorio Bondar, consultor técnico do Instituto de Fomento Economico da Baía.

Médicos estrangeiros, de passagem pelo Brasil, quizeram também conhecer as obras de assistência realizadas pela administração do Estado. Vários sanitaristas americanos percorreram o Vale do Rio Doce, em minuciosos estudos das molestias tropicais; leprólogos colombianos e cubanos até aqui vieram, expressamente para conhecer Itanhenga. Em ocasiões diversas nos visitaram personalidades eminentes de varias nacionalidades, alguns deles, outros brasileiros, como a Dra. Cecília Pimentel, Chefe do Serviço de Lepra do Ministério de Saúde e Assistência Social da Venezuela; o Dr. Manoel Gimenez, venezuelano e o Dr. Hugo Pesce, peruano, ambos leprólogos de renome em seus países; os Professores

Giensa e Nauk, do Instituto de Moléstias Tropicais de Hamburgo; o Professor Schneider, do Museu de Berlim; o Professor Felipe Silvestre, da Universidade de Napoles, que aqui esteve acompanhado do Dr. J. P. da Fonseca, entomologista do Instituto Biológico de S. Paulo; o Professor Mulford Foster, naturalista norte-americano; o Dr. Vital Brasil, chefiando uma comitiva de cientistas constituída de dois médicos, um naturalista e um botânico, para estudos e pesquisas na zona norte do Rio Dôce; o Dr. Oliverio Mario de Oliveira Pinto, Diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo, acompanhado dos cientistas Dr. Alfredo Maria Ollala e Sra., especialistas em aves, e Dr. Benedito A. Monteiro, em estudos de aracnídeos; o Dr. George Sprague Myers, doutor em fitosofia, Professor de Biologia da Stanfaord University, da Califórnia, acompanhado do Dr. Antenor Leitão de Carvalho, naturalista do Museu Nacional e Professor Candido de Melo Leitão, naturalista do Museu Nacional e Professor da Escola Nacional de Agronomia e da Faculdade de Filosofia e Ciências.

Na inauguração oficial da nova Escola Técnica de Vitória, veio a esta Capital, representando o Ministro Gustavo Capanema, o Dr. Francisco Montojos, Diretor da Divisão de Ensino Industrial do Ministério da Educação.

Não só o Governo do Estado, mas os círculos científicos do Espírito Santo, cercaram sempre tão ilustres individualidades de todas as distinções, proporcionando-lhes todos os meios e facilidades para as observações e estudos que aqui os trouxeram.

Leprosário de Itanhenga

Dando cumprimento a um programa a que se impôs, desde o início de sua administração neste Estado, o Governo instalou solenemente, em 11 de abril de 1937, a Colonia de Itanhenga, destinada a recolher e proporcionar tratamento a todos os portadores do mal de Hansen, existentes em nosso território.

No Presidente Getulio Vargas e em seu grande espírito humanitário teve sempre a campanha contra a lepra o seu

mais decidido patrono e bemfeitor no Brasil. Itanhenga deve ao egrégio estadista muito de sua realização e dos imensos benefícios já prestados, não só aos enfermos, mas também às populações sadias, pelo rigoroso isolamento, estabelecido desde sua inauguração entre estas e aquelas, no propósito de evitar a propagação do mal.

Situada no município de Cariacica, a um quilometro da cidade, a Colonia de Itanhenga foi edificada em uma península, cercada pelos rios Cariacica e Sta. Maria e pelo estuário de Vitória. O seu acesso pode ser feito pela via férrea, por estrada de automóvel e por mar, facilitando sobremodo o transporte de enfermos e proporcionando, por outro lado, graças à sua posição geográfica, um reduto independente e inteiramente isolado.

Compreende a Colonia uma superfície de 1.000 hectares de terrenos, divididos em três áreas: a livre, a intermediária e a dos enfermos. Na primeira, habitam os médicos, o administrador, enfermeiros e outros funcionários; na segunda, acham-se as residências do Diretor Geral, de enfermeiros, dos guardas, do técnico agrícola, o pavilhão administrativo, as dependências destinadas à portaria, centro de luz, telefones e correio; e na terceira foram localizadas as instalações para os internados.

No seu admirável conjunto conta o Leprosário pavilhões de tratamento e expurgo, escola, farmácia e laboratório, pavilhão dos suspeitos, residências para solteiros, residências para casados, dormitórios para meninos, refeitório e cozinha, lavandaria, pavilhões para hansenianos inválidos, para portadores de outras moléstias, para tuberculosos, manicômio, igreja, prédios para biblioteca, oficinas, diversões, campos de desportos e respectivos banheiros coletivos, cemitério, forno crematório para incineração de lixo, pomar, delegacia de policia e posto policial — tudo, enfim, que preencha os requisitos de um estabelecimento modelar como é o de Itanhenga.

Completando a Colonia-Leprosário, em toda a sua imensa utilidade como obra de amparo social, o Governo do Estado levou a efeito a construção do Preventório "Alzira Bley" e da Granja "Eunice Weaver", obra esta realizada

com o auxílio do povo, através da "Campanha da Solidariedade".

—x—

Às solenidades da instalação da Colônia e da inauguração de mais 52 edifícios, compareceram o Ministro da Educação — Dr. Gustavo Capanema, por si e como representante do sr. Presidente Getúlio Vargas; o Dr. João Carlos Vital, representante do sr. Ministro do Trabalho; o Dr. Jaime Fernandes Guedes, Presidente do Departamento Nacional de Café; o Comandante Graça Aranha, Presidente do Lloyd Brasileiro; o Dr. Barros Barreto, Diretor de Saúde Pública; o Deputado Pedro Aleixo, Presidente da Câmara dos Deputados, e senhora; o Deputado Pereira Lira, representando o Governo da Paraíba; o Deputado Diniz Junior, representando o Governo de Sta. Catarina; os Deputados Teotônio Monteiro de Barros e Jairo Franco, representando o Governo de S. Paulo; o Deputado Vitor Russomano, representando o Governo do Rio Grande do Sul; o Deputado Magalhães Neto, representando o Governo da Baía; os Deputados Freire de Andrade e Pires Gaioso, representando o Governo do Piauí; o Deputado Lauro Lopes, representando o Governo do Paraná; o Deputado Claro Godoi, representando o Governo de Goiás; o Deputado classista Múrias Paiva, representante do funcionalismo público; o Deputado Ribeiro Junior, representando o Governo do Amazonas; o Deputado Bento Costa, representando o Governo do Estado do Rio de Janeiro; os Deputados Fernandes Tavora e Xavier de Oliveira, representando o Governo do Ceará; o Deputado Teixeira Leite, representando o Governo de Pernambuco; Dr. Lutero Vargas, oficial de gabinete da Presidência da República; Dr. Samuel Libânio, Dr. Ernani Agrícola, Sra. Eunice Weaver, os jornalistas Gildar de Oliveira Lobo, Plínio Melo, Teófilo de Andrade, Nelson E. Douat e muitíssimas outras figuras de destaque nos círculos científicos, financeiros e sociais do País.

Ao Ministro Gustavo Capanema, pela sua invulgar personalidade, pela sua alta projeção de detentor de uma das pastas de maior responsabilidade na administração federal e como representante do Chefe da Nação, foram prestadas

aqui excepcionais homenagens em que tomaram parte as autoridades e o povo.

—x—

O ato solene da instalação teve lugar no edifício principal da Colônia de Itanhenga, presidido pelo sr. Ministro da Educação, falando, nessa oportunidade, o Interventor Federal. Historiou a marcha dos trabalhos, concretizados naquela soberba realidade, os sacrifícios e as energias empregadas para dotar o Espírito Santo de um estabelecimento modelar, como o que então se inaugurava. Relacionou os auxílios recebidos para a execução do grandioso empreendimento, quer do Governo Federal, quer do Departamento Nacional de Café, quer da Prefeitura da Capital e das contribuições de particulares. Destacou a cooperação e abnegados esforços com que contribuíram para a magnífica realidade de hoje, os srs. Drs. Pedro Fontes, Barros Barreto, Décio Parreiras, Heráclides de Souza Araújo, Ernani Agrícola, do ex-Ministro da Educação, Dr. Washington Pires, a Diretoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas, concedendo transporte gratuito de parte do material da construção, o Dr. Jones Santos Neves, Presidente da "Campanha da Solidariedade", o Dr. Eduardo Rabelo, Presidente do Centro Internacional de Leprologia, os Drs. Miguel Mota e Oscar Silva Araújo, respectivamente Assistente e Inspetor do Serviço Federal da Lepra, os Drs. Sales Gomes e Antonio Aleixo, Chefes, respectivamente, dos Serviços de Lepra em S. Paulo e Minas Geraes, que forneceram plantas e detalhes das construções dos modelares leprosários existentes naqueles Estados, e, finalmente, à Sra. Eunice Weaver, patrocinadora das grandes iniciativas nacionais pelo combate ao mal de Hansen.

Respondendo, o Ministro Gustavo Capanema salientou o constante interesse do Governo Federal e, pessoalmente, do sr. Presidente Getúlio Vargas, em resolver o problema da lepra no Brasil; elogiou o Governo do Espírito Santo pelo "auspicioso exemplo de trabalho e patriotismo, expressos na construção do Leprosário". Fez ainda uma brilhante análise do problema nacional da lepra, sendo o seu discurso, no final, calorosamente aplaudido.

Antes do regresso ao Rio de Janeiro do Ministro Gustavo Capanema e sua comitiva, ofereceu-lhes o Governo do Estado um almoço-banquete, no Clube de Regatas Saldanha da Gama. Foram trocadas então varias saudações, encerradas pelo brinde de honra, feito pelo Interventor Federal, ao eminente sr. Presidente Getulio Vargas.

Sagração do Bispo de Caratinga

Vaga a Diocese de Caratinga, em Minas Gerais, pelo passamento do antigo titular, nomeou o Santo Padre para aquele alto posto S. Exa. Revdma. D. João Batista Cavatti.

Prestando tocante homenagem ao seu Estado natal e ao de sua Diocese, escolheu o novo Bispo paraninfos de sua sagração, a ser realizada nesta Capital, o Interventor Federal no Espírito Santo e o Governador de Minas Gerais — sr. Dr. Benedito Valadares Ribeiro.

A 30 de outubro de 1938 teve lugar na Catedral de Vitória o ato solene da sagração, sendo officiantes S. Exas. Revdmas. D. Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo de Mariana, D. Fernando Taddei, Bispo de Jacarezinho (Estado do Paraná) e D. Luiz Scortegagna, Bispo do Espírito Santo.

Presentes os paraninfos, representantes do cléro desta Diocese e da de Caratinga, figuras representativas de nossa sociedade e a população da Capital, em sua totalidade, as cerimônias religiosas e as manifestações de apreço ao novo Bispo revestiram-se de pompa litúrgica e do máximo brilho.

— x —

Ao Governador Benedito Valadares, que aqui compareceu acompanhado de brilhante comitiva — Secretários de Estado, representantes das classes conservadoras, intelectuais e jornalistas do vizinho Estado, prestou o Governo do Espírito Santo as mais expressivas homenagens.

Romaria a Anchieta

De 19 a 22 de setembro de 1940, recebeu o Espírito Santo a visita, promovida pelo Touring Clube do Brasil e sob o

patrocínio de Ss. Exas. Revdmas. D. Helvécio Gomes de Oliveira e D. Emanuel Gomes de Oliveira, de um grupo de excursionistas. Teve a excursão por finalidade uma visita á cela onde passou os seus últimos dias e viveu parte de sua vida o Venerável Padre José de Anchieta, S. J., na cidade que hoje tem o nome do Apóstolo do Brasil.

Chegados os visitantes nesta Capital a 19, a 20 partiam para Anchieta, onde os esperavam os representantes do Governo do Estado, os srs. Arcebispos D. Helvécio e D. Emanuel, os Bispos D. Luiz, D. Cavatti e D. Otávio e outros membros do clero da Diocese. Após a manifestação popular de todas as classes sociais de Anchieta e a celebração da Missa solene, passaram os romeiros e povo á cela do Venerável, tendo ocasião de ser exposta á veneração pública uma sagrada relíquia do Apóstolo — uma tibia trazida pelo Superior dos Jesuitas. Em seguida, foram inauguradas na própria cela uma rica placa de bronze, oferta da Colonia Espanhola do Rio de Janeiro e um artístico escudo de bronze, oferecido pelo Liceu Literário Português, falando, nessa oportunidade, varios oradores.

Procedeu-se, ainda, á benção do edificio do Seminário Venerável Anchieta e do novo prédio do Colégio Maria Matos, sendo ainda inaugurados os retratos de D. Emanuel, no Paço Municipal e de D. Maria Matos, veneranda progenitora dos dois Arcebispos, no Colégio a que dá o nome.

Da comitiva que veio ao Espírito Santo para a piedosa romaria a Anchieta, faziam parte individualidades da maior projeção nos círculos catolicos e espirituais do Brasil, a todos os quais dispensou o Governo do Estado cordial acolhida.

Relações entre o Governo do Estado e a Igreja

Constituida de catolicos a maioria de nossa população, foi decisiva, desde os primórdios de nossa civilização, a influencia da Igreja nos destinos do Estado, cooperando, em todos os tempos, na tarefa ingente de seu progresso espiritual e material e na afirmação crescente do Espírito Santo no soberbo panorama da vida brasileira.

Aos jesuitas deve o Brasil (e particularmente o Espírito Santo) as paginas mais fulgurantes da fundação da na-

cionalidade e dos rumos que a Providencia nos concedeu para a marcha ascensional em busca de nosso grandioso futuro. Sob o signo da Cruz nasceu, cresceu e se impõe hoje ao mundo o Brasil.

Cordiais e amistosas foram sempre as relações entre o Governo do Estado e as autoridades eclesiásticas, renovadas e acrescidas, em todas as oportunidades, de provas de mútuo apreço, distinção e respeito.

Conta o Espírito Santo varios de seus ilustres filhos no Principado da Igreja Catolica, honrando-a e proporcionando motivos de enaltecendor orgulho aos seus coestaduanos. Citar aqui os seus nomes constitúe um preito de nossa amizade e admiração, a que não queremos fugir.

No periodo de 9 de março de 1902 a 23 de março de 1916, data de seu desaparecimento dentre os vivos, exerceu a alta dignidade de Bispo da Diocese do Espírito Santo — S. Exa. Revdma. D. Fernando de Souza Monteiro, filho de Cachoeiro do Itapemirim e membro de ilustre e tradicional familia espirito-santense. Sua permanencia na Chefia da Igreja em nosso Estado marcou uma fase de grandes trabalhos na prática do bem e na assistencia espiritual de nosso povo. Possuidor das mais altas virtudes, soube transformá-las em energias para o bom combate em prol da Religião e da Patria.

Sucedeu-lhe D. Benedito Alves de Souza, portador de uma cultura privilegiada, orador renomado, com uma larga folha de serviços prestados á Igreja Catolica e ao Espírito Santo. Por motivos de saúde resignou em 1933, sendo substituido em 15 de outubro desse ano, por D. Luiz Scortegagna. Pelas excelsas e altas virtudes cristãs que lhe exornam a personalidade, D. Luiz vem guiando a vida espiritual da Diocese cercado do carinho e respeito de todos os seus Diocesanos.

Fôra do Espírito Santo, três de seus mais dignos filhos exercem o principado da Igreja no governo de importantes e adiantadas Dioceses: D. Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo de Mariana (Minas Gerais), sempre com o espirito e o coração voltados para seu Estado e sua cidade natal — a legendária Anchieta, onde viveu, pregou o Evangelho e morreu o Apóstolo do Brasil; ao seu grande filho muito deve

aquela cidade para a efetivação da obra de seu progresso atual — a construção do Hospital, a fundação de um Seminário, a manutenção de um excelente colégio para moças, melhoramentos urbanos varios, a instalação de um ótimo hotel para hospedagem e conforto de veranistas e visitantes, além de outras iniciativas de real utilidade pública, para a execução das quais contribuiu sempre com o seu apoio o Governo do Estado; D. Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goiaz, tambem natural de Anchieta, nobre exemplo das mais puras virtudes; e D. João Batista Cavatti, filho do município de Guarapari e atual Bispo de Caratinga, na zona da mata de Minas Gerais, cuja cultura representa perfeita segurança de caminhada util em favor da Religião.

—x—

O Governo do Estado, conscio de interpretar os desejos da população, jamais negou auxilios materiais e apoio moral ás obras pias, na Capital e no interior.

E prestando significativa homenagem á memória de Anchieta, tão viva na história patria e tão presente ainda no culto e no fervor dos brasileiros, fez erigir num dos salões do Palácio do Governo o seu túmulo — monumento simbólico que relembra a passagem luminosa do Apóstolo pelo Espírito Santo e atesta a gratidão do Brasil pela sua imensa obra cristã de evangelização e incorporação do gentio á civilização.

—x—

Cumpriu ao Governo do Estado receber, ainda, as visitas feitas ao Estado pelo eminente D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, ha pouco falecido, e por S. Exa. Revdma. D. Aloisio Masetta, Nuncio no Brasil de S. S. o Papa.

Conferencia Nacional de Legislação Tributária

De 20 a 23 de janeiro de 1941 realizou-se nesta Capital a reunião das delegações dos Estados de S. Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Espírito Santo,

componentes da 3.^a Região Geo-econômica, em trabalhos preparatórios da Conferência Nacional de Legislação Tributária. Compareceram ao conclave os técnicos fazendários das unidades federadas que compõem esta Região, desdobrando-se as atividades dos convencionais num ambiente de superior compreensão, no sentido da aplicação de métodos e processos de aperfeiçoamento da tributação e arrecadação dos impostos.

As delegações vindas ao Espírito Santo estavam assim constituídas:

Do Conselho Técnico de Economia e Finanças — Valentim Bouças, Chefe, Benjamin Soares Cabelo e Olímpio Flores, assistentes.

De S. Paulo — Américo Portugal Gouvêa, Prof. Francisco d'Auria, Mario Beni, Herman Junior, Fernando Camargo Prestes, Evaristo J. Garcia e C. A. Carvalho Pinto.

De Minas Gerais — Francisco Noronha, Secretário das Finanças, Mauricio Chagas Bicalho, Heráclito Mourão de Miranda, Paulo Rehfeld, Edison Alvares da Silva, Argemiro Peixoto e Atos Moreira da Silva.

Do Rio de Janeiro — Temístocles Jardim Vilaça, Salo Brand, Edison F. Martins, Reginaldo Matoso.

Do Distrito Federal — Antenor Gomes Fagundes e Mário Lourenzo Fernandez.

Chefiou a Delegação do Espírito Santo o sr. Gentil Des-saune de Almeida, Secretário da Fazenda.

Orientados os trabalhos pelo sr. Valentim Bouças, acadêmico técnico em assuntos econômicos e financeiros e Secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, órgão encarregado, pelo sr. Presidente da República, de organizar e preparar a reunião, seus resultados foram os mais expressivos. Nas reuniões havidas fizeram-se ouvir os delegados de todos os Estados representados no conclave, sendo discutidos temas e assuntos de real importância para a futura orientação econômico-financeira dos negócios estaduais.

O Governo do Espírito Santo cercou os visitantes das homenagens a que faziam jús, individualmente e pelos altos postos que exercem, na alta administração do País e nas unidades federadas da Região.

Reunião dos Prefeitos Municipais

A Constituição de 10 de novembro de 1937 e o decreto-lei 1.202, de 8 de abril de 1939, admitiram caber ao Estado fixar as diretrizes da colaboração entre o poder local — o Município — e o regional — o Estado — de modo a dar aos problemas que antes se afiguravam meramente locais soluções não somente regionais senão também mais amplas, isto é, nacionais. Daí a melhor caracterização dada à importância do Município: o de ser ouvido no encaminhamento e solução dos assuntos que, ligados aos seus interesses, são também de interesse mais amplo.

Dentro dessa orientação, do espírito de colaboração que deve existir entre a administração estadual e as administrações municipais, foi que a Interventoria do Espírito Santo reuniu os Prefeitos Municipais para um debate leal e franco, sobre os diversos problemas do Estado, debate esse em que se agitaram e se encaminharam assuntos do mais vivo interesse econômico e cultural, social e administrativo.

Essa reunião, realizada em Vitória, de 15 a 19 de abril de 1940, teve a orientação um sentido elevadamente prático; e com o seu alto espírito cívico os administradores municipais formularam uma série de interessantes indicações e sugestões, muitas delas dizendo respeito a assuntos de âmbito nacional.

Visando esclarecer a situação e as necessidades de cada município, foram submetidos ao estudo prévio dos Prefeitos Municipais vários questionários, elaborados pelas Secretarias de Estado:

1.^o) sobre as obras existentes, as realizações da administração municipal no período 1930-1940, o valor econômico do município e suas possibilidades; 2.^o) relação das necessidades do município, plano de melhoramentos, obras públicas destinadas ao progresso local, conforto e bem estar da população; 3.^o) sugestões e indicação de meios práticos no sentido de tornar realidade as aspirações municipais.

De acordo com as recomendações do sr. Presidente da República, ao encerrar a Conferência dos Interventores, em novembro de 1939, o Governo do Estado solicitou aos Prefeitos Municipais sua especial atenção para os seguintes pon-

tos principais, nas discussões e conclusões da reunião: a) cooperação administrativa e adaptação do Estatuto dos Funcionários Públicos ao município; b) recenseamento nacional de 1940 e colaboração das Municipalidades para o seu completo êxito; c) organização do ensino, em particular do ensino profissional, e da educação física, acolhendo-se, tanto quanto possível, o estabelecimento de colônias-escolas e a instituição do cadastro escolar; d) reajustamento das arrecadações municipais às despesas, de modo a atender mais diretamente aos serviços de utilidade pública.

As indicações aprovadas pelo plenário sintetizam o que foram os debates. Podem ser subdivididas, tendo em vista os seus propositos, em três planos: — umas, de caráter municipal, mas ainda assim de repercussão benéfica para todo o Estado; outras, de caráter regional, referentes a assuntos ligados à administração pública do Estado; outras, finalmente, de caráter nacional, formulando pontos de vista que se não fecham em compartimentos estanques regionais, mas se alargam ao panorama geral do país.

No primeiro plano incluem-se: a que apoia e define a colaboração das Prefeituras às Agências Municipais de Estatística, a que formula sugestão sobre a solução das dívidas municipais, a que pleiteia a inclusão dos funcionários municipais entre os associados da Caixa Beneficente “Jeronimo Monteiro”; no segundo plano, destacam-se: a que formula voto pela reorganização do serviço de estatística policial-criminal e judiciária, a que define a colaboração aos serviços de saúde pública, a que sugere a instituição de colônias-escolas, as que sugerem a criação de uma Escola de Agronomia, medidas para o fomento da indústria animal, a criação de um órgão técnico destinado ao estudo e estabelecimento da padronização dos produtos exportáveis, a inclusão do Espírito Santo no plano rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; por fim, no terceiro plano, encontram-se: a que formula voto em prol da cooperação administrativa entre as três ordens de Governo — a União, o Estado e o Município, a que sugere a revisão do Convenio de Estatísticas Educacionais e Conexas e a que indica a convocação da Convenção Nacional de Educação como caminho ideal para solução do problema educacional brasileiro.

Desta súmula feita, pode-se verificar que os trabalhos da Reunião dos Prefeitos Municipais tiveram, como não poderiam deixar de ter, um cunho essencialmente prático, visando os seus debates assuntos que comportam soluções adequadas à vida nacional e, em particular, à situação do Espírito Santo.

Departamento Estadual de Estatística

Até fins de 1934, não havia no Estado qualquer legislação ou regulamentação sobre os serviços estaduais de estatística: regiam-se os existentes por instruções internas, a cargo de funcionários do quadro geral, destacados para as tarefas estatísticas de certos serviços.

Em 1930, contava a administração estadual os seguintes serviços estatísticos: da Saúde Pública; do Ensino Público; da Fazenda; do Gabinete de Identificação e da Secretaria da Agricultura.

A Estatística Demógrafo-Sanitária foi criada em julho de 1926, quando Diretor de Saúde Pública o grande sanitista capichaba Dr. Osvaldo Goulart Monteiro. Em 1934, foi este Serviço anexado ao D. E. E.

Ao ratificar o Governo, em 26-12-1931, o Convenio das Estatísticas Educacionais, novos rumos foram dados à Estatística do Ensino, transformada depois, pelo dec. n. 13.041, de 25-11-1941, em Diretoria da Estatística Educacional.

A Estatística da Secretaria da Fazenda foi anexada, em 1934, ao Departamento Estadual de Estatística.

Conta apenas um funcionário a Estatística do Gabinete de Identificação.

Criando pelo dec. n. 4.353, de 3-1-1934, o Departamento Geral de Estatística, antecipou-se o Espírito Santo, nesta iniciativa, cerca de dois anos às demais unidades federadas. Suas atividades foram regulamentadas pelo dec. n. 5.632, de 12-1-1935, compreendendo os Serviços de Estatística de Demografia Sanitária, os da Secretaria da Fazenda e os da Secretaria da Agricultura. O primitivo quadro do Departamento constituiu-se de 13 funcionários, sendo 12 aproveitados dos extintos serviços.

Significando o apreço da administração para com a Estatística, basta registrar-se que em 1930 atingiam a menos de CR\$ 100.000,00 as verbas destinadas a todos os serviços, quando em 1942 tais recursos se elevaram a CR\$ 340.000,00, ou sejam, 240% a mais.

Em abril de 1941, foi entregue ao Departamento Estadual de Estatística a sua nova sede — uma das mais modernas e amplas existentes no País. A esse melhoramento seguiu-se a substituição do grupo Holerith por outro, alfa-numérico, de grande capacidade, com maquinismos considerados dos mais perfeitos no Brasil.

O D. E. E., sem favor, é uma das melhores e mais eficientes organizações estatísticas regionais. Possui, ainda, um bom gabinete fotográfico e uma pequena tipografia.

Para resolver o problema da estatística da exportação, instituiu o Governo guias especiais para o despacho de mercadorias e o da importação mediante concessão feita pelo Inspetor da Alfandega de Vitória, para a criação de uma seção do D. E. E. junto àquela Alfândega. Pelo dec. n. 6.679, de 31-8-1935, tornou o Estado obrigatório o visto prévio nos conhecimentos de mercadorias importadas por via terrestre. Ainda, pelo dec. n. 5.632, ficou estabelecida a obrigatoriedade, a todas as pessoas físicas e jurídicas, da prestação de informações estatísticas.

Outros decretos baixou o Governo para a eficiência dos ditos Serviços: n. 5.825, de 8-2-1935, ratificando o acôrdo entre o D. E. E. e a Diretoria de Estatística de Produção do Ministério da Agricultura, para o aperfeiçoamento e uniformização da estatística agro-pecuária; — n. 5.907, de 18-2-1935, criando um corpo de informantes distritais, à base de 2 para cada distrito; — n. 6.043, de 2-4-1935, determinando as declarações anuais para a organização do cadastro e estatística agro-pecuária; — lei n. 95, de 11-9-1936, ratificando a Convenção Nacional de Estatística, realizada em agosto do dito ano; — n. 8.340, de 11-3-1937, criando a Junta Executiva Regional de Estatística; — n. 8.533, de 19-7-1937, fixando data para a Convenção inter-municipal de Estatística; — n. 8.572, de 4-8-1937, ratificando a dita Convenção; — n. 9.001, de 28-1-1938, concedendo sub-

venção aos municípios que criassem as agências municipais de Estatística; — n. 9.222, de 31-3-1938, mandando dar execução ao dec.-lei federal n. 311, de 2-3-1938, que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil; — n. 9.361, de 2-5-1938, criando uma comissão revisora da divisão territorial do Estado; — n. 9.630, de 12-7-1938, aprovando o concurso realizado para preenchimento de 4 vagas de auxiliar de 2.^a no D. E. E.; — n. 9.945, de 11-11-1938, fixando a divisão territorial do Estado para o quinquênio 1939-1943; — n. 10.014, de 27-12-1938, aprovando novo Regulamento para o D. E. E.; — n. 10.207, de 18-2-1938 (Cod. de Impostos e Taxas), contendo dispositivo que torna obrigatório o preenchimento do questionário agro-pecuário adotado pelo D. E. E.; — n. 10.839, de 25-10-1939, criando as agências municipais de Estatística; — n. 11.001, de 3-12-1939, instituindo o registro gratuito e obrigatório dos estabelecimentos industriais, para fins estatísticos; — n. 11.002, de 13-12-1939, estabelecendo normas para o registro de veículos; — n. 12.829, de 17-7-1941, criando o registro na indústria de produtos de origem animal; — n. 12.838, de 23-7-1941, criando no D. E. E. um cargo de inspetor itinerante; — n. 12.986, de 15-10-1941, criando no Departamento de Saúde Pública a Seção de Estatística Demográfica e Sanitária, a seu cargo o serviço de bio-estatística do D. E. E.; — n. 13.041, de 25-11-1941, transformando a Seção de Estatística do Departamento de Educação em Diretoria de Estatística Educacional; — n. 13.283, de 12-2-1942, criando junto ao D. E. E. uma Seção de Estatística Militar e regulamentando-a pelo dec. n. 13.480, de 30-4-1942; — n. 13.527, de 19-5-1942 e n. 13.662, de 9-7-1942, o primeiro determinando a realização e o segundo ratificando e mandando executar o Convenio Nacional de Estatística Municipal, celebrado neste Estado em 28-5-1942.

—x—

Manteve sempre o Governo do Estado as mais cordiais relações com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atendendo com interesse as sugestões e solicitações de seus órgãos deliberativos.

Ao agradecer a manifestação das classes conservadoras, no 10.º aniversário de sua posse no Governo do Estado, assim se expressou o Interventor Federal: "Desse panorama breve sobre a atuação dos serviços estatísticos no Estado, bem se vê que o Espírito Santo está acatando, de acôrdo com as suas possibilidades e armado do melhor entusiasmo, aos compromissos assumidos na Convenção Nacional de Estatística. O Governo tem procurado atender às necessidades estatísticas do Estado e o fará sempre na certeza de estar servindo ao Espírito Santo e ao Brasil".

A parte relacionada com a Estatística, aprovada no Congresso dos Prefeitos do Estado, teve a mais ampla repercussão no País. A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, em sua reunião de 1941, recebeu as sugestões e votos do Congresso com o mais vivo interesse, motivando a aprovação da Resolução n. 207, de 24-7-1941, que manifesta o aplauso daquele Conselho às deliberações tomadas no Congresso de Vitória.

Organização interna do D. E. E.

Pode ser considerada das melhores a organização interna do D. E. E. Vários inquéritos previstos em leis federais, entre eles os "inquéritos economicos para a defesa nacional" e o "registro industrial, exigem atualmente redobrados esforços dos funcionários do Departamento.

A Seção de Estatística Comercial sofreu radical reforma no corrente ano, adaptando-se aos processos mecânicos do novo grupo Holerith. A tabulação das estatísticas de exportação e importação ficou sistematizada em 42 quadros diferentes; todos inteiramente tabulados pelas máquinas Holerith, inclusive os respectivos textos e históricos.

Para aperfeiçoar as campanhas estatísticas anuais, organizou o D. E. E. um ementário de 90 páginas, com as mais circunstanciadas instruções aos agentes municipais para o exato preenchimento dos respectivos cadernos. Esse trabalho mereceu especial elogio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que recomendou fosse o mesmo distribuído aos demais Departamentos Estaduais de Estatística.

Preparou ainda o D. E. E. instruções especiais sobre a organização dos arquivos, cadastros, bibliotéca e expediente das agencias municipais; instituindo, para esse fim, 4 códigos decimais e 4 "croquis" de arquivos.

Agencias municipais de Estatística

Foi o Espírito Santo um dos primeiros Estados a criar as agencias municipais de Estatística. A admissão dos agentes se processou mediante concurso público. Todas as agencias acham-se equipadas com mesa, cadeira, estante envidraçada, fichário e maquina de escrever. O material de expediente, padronizado, é fornecido pelo D. E. E.

Publicidade e propaganda

Mantém o D. E. E. ampla publicidade dos seus trabalhos, proporcionando o melhor conhecimento da vida do Estado e divulgando, dentro e fóra de suas fronteiras, as realizações do Governo.

Além de comunicados avulsos, tem o D. E. E. editado os boletins de exportação de café, do movimento bancário, do intercambio comercial, o cadastro de exportadores e importadores e o *Boletim Estatístico do Espírito Santo*, este último fartamente ilustrado de fotografias e diretamente orientado pelo Secretário do Governador.

Preparou o D. E. E. a contribuição do Estado à 1.ª e 2.ª Exposições Nacionais de Educação e Estatística, aquela realizada no Rio de Janeiro e esta em Goiânia; e, ainda, organizou o material destinado à Exposição das realizações do Estado Novo, inaugurada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro último.

Concursos

Para o provimento de cargos vagos em seu quadro, realizou o D. E. E. dois concursos públicos, sendo desde logo nomeados os candidatos classificados.

Departamento das Municipalidades

Dissolvidas em 1930 as Camaras Municipais, nomeados Prefeitos para todos os municípios, como agentes da imediata confiança do Governo, indispensável seria a existencia de um órgão fiscalizador e orientador da administração dos municípios espírito-santenses.

Pelo dec. n. 983, de 31-3-1931, criou o Governo do Estado a Inspeção dos Municípios, com as seguintes atribuições: a) examinar e opinar sobre os balancetes mensais da receita e despesa das Prefeituras, submetê-los à aprovação da Interventoria Federal e dar-lhes publicidade; b) manter uma escrituração especial quanto a cada município; c) orientar as Prefeituras na elaboração de seus orçamentos; d) fiscalizar diretamente a contabilidade das Prefeituras.

A Inspeção cuidou desde logo, por determinação do Governo e como medida preliminar, da padronização dos orçamentos municipais, medida de real alcance para a execução orçamentária: assim é que de 1932 até o presente, os orçamentos municipais passaram a obedecer a um padrão único, sendo que, de 1940 em diante, tal padronização se fez nos termos do dec.-lei federal n. 1.804.

Por força do § 3.º do art. 13 da Constituição Federal de 1934, a Assembléa Legislativa do Estado transformou a antiga Inspeção dos Municípios em Departamento de Assistência Técnica e Financeira dos Municípios (lei n. 17, de 12-12-1935), regulamentada pelo dec. n. 8.494.

Equiparada a Secretaria do Governador às Secretarias de Estado (dec.-lei n. 8.908, de 7-1-1938), ficou à mesma subordinado o aludido Departamento, o qual passou a denominar-se Departamento das Municipalidades (dec. n. 11.500, de 1940), *ex-vi* da deliberação da Conferência de Técnicos de Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, reunida na Capital do País em novembro de 1939.

Os decretos federais ns. 1.804 e 2.416, que determinaram a padronização dos orçamentos, criaram para o Departamento das Municipalidades varios novos encargos, entre os quais o de organizar, até 30 de junho de cada ano, os balan-

cetes patrimoniais e financeiros de cada município, acompanhados de cerca de 50 anexos demonstrativos.

Em 1940, o Departamento das Municipalidades examinou 232 projetos das Prefeituras e em 1941 — 247 projetos.

Aparelho de fiscalização financeira das administrações municipais — na sua receita e na aplicação de suas rendas, normalizando e racionalizando a contabilidade das Prefeituras e traçando novos rumos à evolução e ao crescente progresso das comunas espírito-santenses, o Departamento das Municipalidades vem concorrendo, em magna parte, para a situação magnífica que hoje desfrutam as edilidades do Estado.

Sua eficiência mereceu do exmo. sr. Presidente do Departamento Administrativo, em entrevista à imprensa, as seguintes palavras de ênfase: “Merece salientada a colaboração eficiente do Departamento das Municipalidades que, em ação conjunta com a Seção Técnica, presta informações em todos os processos que lhe são encaminhados pelo Departamento Administrativo, principalmente a respeito dos projetos de abertura de créditos especiais ou adicionais, elaborados pelas Prefeituras, indicando a situação das verbas sobre que versam as suplementações e dizendo sobre a existencia dos necessários recursos”.

—x—

A análise dos números relativos à vida financeira dos municípios revela, em traços objetivos, o que os mesmos tem realizado em prol da grandeza do Espírito Santo.

R e c e i t a

Em 1930, a arrecadação total dos municípios representou-se pela soma de CR\$ 5.848.000,00, atingindo em 1941 a CR\$ 11.241.000,00, ou seja um aumento, em relação a 1930, de 93%.

Até 30-11-1942 essa arrecadação já se expressava em CR\$ 10.131.877,80, que, adicionada à renda prevista para

o mês de dezembro, dá um total de CR\$ 11.470.371,000, superior em 2% à receita de 1941.

Os saldos de Caixa que em 1930 montavam a CR\$... 76.000,00, atingiram em 30-11-1942 a CR\$ 2.343.083,90.

Despesa

A despesa, por força da expansão da vida municipal, acompanhou o crescimento da receita, como se vê:

Despesa em 1930	CR\$ 6.363.000,00
Despesa em 1941	CR\$ 10.969.000,00
Aumento em 1941	CR\$ 4.606.000,00

O aumento da despesa, em relação à receita, representa 72%, enquanto o aumento da receita, no mesmo período, foi de 93%.

Cabe registrar que o equilíbrio orçamentario vem sendo uma conquista dos municípios. O "superavit" de 1941 se expressou em CR\$ 272.318,00. Em 1942, até 30 de novembro, a situação era a seguinte:

Receita arrecadada	CR\$ 10.131.877,80
Despesa realizada	CR\$ 9.374.914,90
"Superavit"	CR\$ 756.162,90

Quanto à distribuição da despesa pelos diversos títulos de classificação, em 1941 a maior parcela — 51%, foi destinada aos serviços de interesse público; com a administração foram gastos 22,8%. Não se modificou tal situação no presente exercício.

Situação patrimonial

Em 30-11-1942 era a seguinte a situação patrimonial dos municípios:

Ativo	CR\$ 35.079.115,80
Passivo	CR\$ 5.020.002,20
Patrimonio líquido	CR\$ 30.059.113,60

O tombamento dos bens móveis e imóveis e os cadastros da Dívida Ativa foram realizações, de 1930 até os nossos dias, de maior relevancia para a vida administrativa dos municípios. Os balanços patrimoniais de hoje expressam, com fidelidade, o montante dos valores que representam o patrimônio municipal.

Auxílios do Governo Estadual

Além da assistência técnica e decidido apoio moral sempre dispensados às administrações dos municípios, prestou o Governo do Estado valiosos auxílios às comunas espirito-santenses, em dinheiro, para os serviços de luz, água, esgotos, cadastro, calçamento, estradas, pontes, saneamento, etc., no montante de CR\$ 3.113.715,30, assim discriminados:

Afonso Claudio	CR\$ 120.000,00
Alegre	" 52.667,00
Alfredo Chaves	" 38.679,90
Anchieta	" 94.616,30
Baixo Guandú	" 6.865,80
Cachoeiro de Itapemirim	" 300.000,00
Cachoeiro de Santa Leopoldina	" 118.157,00
Cariacica	" 10.000,00
Castelo	" 200.000,00
Colatina	" 28.878,80
Conceição da Barra	" 92.567,40
Domingos Martins	" 64.275,10
Fundão	" 26.138,30
Guarapari	" 157.412,00
Iconha	" 81.366,40
Itaguassú	" 250.000,00
Itapemirim	" 195.659,00
João Pessoa	" 152.543,40
Muniz Freire	" 29.609,60

Pau Gigante	CR\$ 11.737,60
Rio Novo	" 67.807,30
Rio Pardo	" 46.878,60
Santa Cruz	" 70.000,00
Santa Terêsa	" 47.178,20
S. João do Muqui	" 102.980,30
S. José do Calçado	" 100.000,00
S. Mateus	" 79.567,70
Serra	" 11.041,40
Siqueira Campos	" 156.453,50
Viana	" 26.159,20
Vitória	" 374.475,00

Em 1931, cancelou o Governo as dívidas contraídas anteriormente pelos municípios com o Estado, num montante de CR\$ 698.394,00.

—x—

Os quadros que se seguem demonstram as receitas arrecadadas no Espírito Santo pela União, Estado e Municípios e, ainda, a Receita orçada e arrecadada e a Despesa autorizada e realizada pelos municípios nos 11 meses do exercício de 1942:

Receita arrecadada, no Estado do Espírito Santo, pela União, pelo Estado e pelos Municípios, no período de 1930 a 1941

Anos	Arrecadação em mil cruzeiros		
	Pela União	Pelo Estado	Pelos Municípios
1930	6.948	27.375	5.848
1931	6.996	31.744	5.228
1932	6.711	39.616	7.274
1933	8.543	25.961	6.588
1934	6.346	34.864	6.512
1935	7.777	63.346	6.680
1936	6.291	60.435	6.826
1937	7.963	53.832	8.349

1938	7.488	38.229	9.259
1939	7.218	41.280	9.445
1940	8.163	33.455	9.924
1941	7.966	40.661	11.241

R e s u m o

Pela União	CR\$ 88.410.000,00 — 13%
Pelo Estado	CR\$ 490.798.000,00 — 73%
Pelos Municípios	CR\$ 93.174.000,00 — 14%
SOMA	CR\$ 672.382.000,00 — 100%

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

Criado pelo decreto-lei n. 12.666, de 28 de abril de 1941, e reorganizado pelo decreto-lei n. 13.966, de 4 de dezembro de 1942, é o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA diretamente subordinado à Interventoria Federal.

Ao novo órgão, além das atribuições determinadas pelo DIP, no serviço de fiscalização e controle da imprensa, cabem os trabalhos da Agencia Nacional e da Rádio Clube do Espírito Santo, onde é mantido um programa diário com o noticiário oficial do Estado. Em organização, tem o DEIP uma exposição permanente de produtos do Estado e um arquivo fotográfico retrospectivo de todo o Espírito Santo.

SECRETARIA DO INTERIOR E
JUSTIÇA

SEGURANÇA PÚBLICA

Os problemas da segurança e tranquilidade públicas, elementos necessários ao trabalho, constituíram nossa constante preocupação, encarados como foram dentro de moldes precisos, antes de tudo como aparelhamento preventivo.

Nenhum conflito de origem política registraram os nossos cadastros policiais.

Fatos de natureza meramente policial, verificáveis em qualquer parte civilizada do mundo, que ocorreram no Estado, não merecem relevo.

Contudo, grandemente melhorados foram os serviços da segurança pública.

POLICIA CIVIL

Os serviços da Polícia Civil foram reorganizados e ampliados em 1933, com a criação da Chefatura de Polícia, em substituição à antiga Repartição Central de Polícia.

Ocupando a antiga repartição um prédio em péssimas condições de segurança e asseio, além de não atender, em absoluto, ao crescente desenvolvimento dos serviços policiais, fez o Governo construir um prédio apropriado, com o dispendio total de CR\$ 200.000,00.

O gabinete médico e o de identificação foram reorganizados.

A Delegacia de Ordem Social foi restabelecida em 1937.

A Inspetoria de Veículos passou por nova reforma. Seu quadro foi aumentado, de acordo com as necessidades do serviço.

Com a finalidade de fiscalizar a atividade de estrangeiros, assim como as do comércio e fabricação de armas, munições, explosivos, inflamáveis, criamos, em janeiro de 1939, o Serviço de Legalização de Estrangeiros.

Foram construídas novas cadeias nos Municípios seguintes:

	Cr.\$
João Pessoa — custo	47.959,50
Calçado — custo	46.658,80
Santa Terêsa — custo	56.438,20
Domingos Martins — custo	44.390,10
Afonso Claudio — custo	43.862,70
Rio Pardo — custo	56.768,80
Castelo — custo	50.214,00

Sofreram reparos as seguintes:

	Cr.\$
Siqueira Campos — custo	19.189,60
Santa Terêsa — custo	8.705,60
Castelo — custo	4.719,30
Itaguassú — custo	16.398,20
Colatina — custo	11.313,40
Pau Gigante — custo	3.625,90
São Mateus — custo	6.301,40
Alegre — custo	5.000,00
Itapemirim — custo	3.000,00
Santa Leopoldina — custo	7.500,00
Anchieta — custo	4.000,00

PENITENCIÁRIA

O velho estabelecimento penal de Pedra d'Água, antiga hospedaria de imigrantes, encontrado, em 1930, em lastimável estado, foi demolido. Sobre suas ruínas, ergue-se hoje a nova Penitenciária do Estado, dotada dos requisitos exigidos para um estabelecimento de sua natureza.

Além do pavilhão de reclusão, com 138 cubículos, possui, ainda, dois outros destinados à administração, escola, refeitório, biblioteca, oficinas, serviço de saúde, barbearia e lavanderia.

As oficinas dispõem de maquinismos próprios.

Acha-se em construção um pavilhão para reclusão de mulheres, com 3 cubículos, capacidade para seis mulheres. O custo do pavilhão será de CR\$ 12.000,00.

O trabalho penitenciário é repartido entre o campo e a oficina.

Uma turma de sentenciados trabalha, sob vigilância, na construção da rodovia Vitória-a-Campos.

O pecúlio de reserva dos sentenciados, depositado na Caixa Econômica em cadernetas nominativas, somou, em 30 de novembro do corrente ano, CR\$ 11.620,60.

A construção da nova Penitenciária ficou por CR\$ 2.376.895,00.

CONSELHO PENITENCIÁRIO

O Conselho Penitenciário do Estado foi instalado no dia 5 de agosto de 1926.

As atividades do Conselho, no período 1931-1942, podem ser resumidas:

		30
1931 —	Livramentos condicionais	5
1932 —	Idem, idem	8
1933 —	Idem, idem	13
1934 —	Idem, idem	2
	Indultos	1
	Comutações de pena	8
1935 —	Livramentos condicionais	32
	Indultos	10
	Comutações	13
1936 —	Livramentos	7
	Indultos	5
1937 —	Livramentos	16
	Indultos	10
1938 —	Livramentos	20
	Indultos	19
1939 —	Livramentos	11
	Indultos	2
	Comutações	29
1940 —	Livramentos	13
	Indultos	5
	Comutações	54
1941 —	Livramentos	10
	Indultos	16
	Comutações	
1942 —	Até 30-11-942	47
	Livramentos	

Indultos	18
Comutações	9

POLICIA MILITAR

A Força Policial do Estado foi completamente reorganizada e alojada num quartel novo, cuja construção se elevou a CR\$ 1.832.000,00.

Não havia, em 1930, uma legislação específica para essa Corporação. A não ser o regulamento 9.790, nada mais existia.

Logo em 1931, foi baixado novo regulamento — decreto 411, de 6 de fevereiro de 1931 — pelo qual se rege a Força, até hoje.

Um novo regulamento traçou normas para a Caixa Beneficente da Polícia, com o decreto 1.074, de 20 de abril de 1931.

Dois decretos-leis, os de números 4.192 e 4.193, regulam as licenças e reformas de oficiais e praças.

O decreto-lei n. 1.015 regulou a Justiça Militar. Em 1937, foi publicada a lei de promoções em consonância com o disposto na Lei Federal 192, de 16 de janeiro de 1936.

Em 1938, foi publicada a lei do Ensino Militar. Foi também instituída a Assistência Judiciária.

A Assistência Médica foi organizada, não só para os componentes da Força, como para os membros de suas famílias, contando a Corporação com um serviço de saúde bem aparelhado e de real eficiência.

Em 1933, foi criada a Cantina Militar, que supre não só as necessidades da Corporação, como, também, as das famílias de seus integrantes.

As garantias de estabilidade, acesso de oficiais, encontram-se estatuídas no decreto 4.193 e lei de promoções.

Organização — Comando — Aquartelamento

Em 1930, a atual Força Policial tinha a denominação imprópria de Regimento Policial Militar.

Para sanar tal anomalia e atender às disposições de um acordo estabelecido em 1933 entre o Estado e a União, pas-

sou a Corporação a denominar-se Força Pública, depois Polícia Militar e, em virtude de dispositivo constitucional, Força Policial.

A Corporação possui, atualmente, o Serviço de Saúde, o de Intendencia, o de Rádio e o Departamento de Instrução.

Fez-se construir um quartel novo, com todos os requisitos exigidos para um estabelecimento no genero. A construção ficou em CR\$ 1.832.000,00, afóra o terreno e o serviço de canalização de agua.

O armamento de que dispõe a Força, atualmente, é de boa qualidade e está em ótimo estado de conservação.

A tropa sempre recebeu em dia seu fardamento, que é distribuído por uma tabela pré-estabelecida.

O equipamento e o material de campanha são, contudo, insuficientes. Está, porém, bem dotada de veículos.

O patrimonio da Corporação, meticulosamente escriturado, está avaliado em CR.\$ 2.808.205,20.

Com raras exceções, os oficiais possuem cursos inerentes a seus postos e cargos. Cerca de um terço aperfeiçoou-se em Escolas do Exercito ou da Polícia do Distrito Federal. Varios outros instruíram-se em cursos organizados pela propria Corporação.

De 1931 a 1941, o Estado dispendeu com a manutenção da Força Policial a quantia de CR.\$ 31.831.298,90.

IMPrensa OFICIAL

Os serviços da Imprensa Oficial eram, em 1930, confiados a uma empresa particular, em virtude do contrato de arrendamento, para publicação e exploração do "Diario da Manhã".

Em 1930, por decreto n. 24, de 29 de outubro, da então Junta Governativa, foi decretada a caducidade do referido contrato, sob a razão de haver sido expirado o prazo de arrendamento a 1.º de outubro de 1929 e autorizado pelo Governo, de então, por simples officio, sua prorrogação, até 31 de setembro de 1932.

Em dezembro de 1930, os serviços da Imprensa Oficial, após reorganizados, passaram á direção da Secretaria da Fazenda.

Em 1931, foi inaugurada a oficina de Fotogravura.

Em 1933, passou a Imprensa Oficial para a Secretaria do Interior.

Em 1936 e 1937, foram adquiridas cinco máquinas impressoras para a Seção de Obras e remodeladas as suas instalações internas.

Em 1938, foi criado o "Diário Oficial" e extinto o "Diário da Manhã".

Infelizmente, o incendio ocorrido na ala esquerda do Palácio do Governo, em novembro de 1939, destruiu grande parte do seu importante acervo. Para instalá-la novamente, já desapropriamos terreno e casa sítos á rua Pedro Palacios.

ASSISTENCIA A MENORES

O angustioso problema dos menores abandonados, de tão difficil e complexa solução, teve sempre da nossa parte os cuidados que as nossas possibilidades financeiras permitiram.

Não havia em 1930 estabelecimento official destinado ao recolhimento de menores abandonados.

O Estado subvencionava, na Capital, com CR.\$ 6.000,00 cada um, os orfanatos Jesus Cristo Rei, para menores; Coração de Jesus e Santa Luzia, para meninas. No interior, em Cachoeiro de Itapemirim, havia o Asilo Deus, Cristo e Caridade, para recolhimento de menores de ambos os sexos.

O aparelhamento de assistencia a menores abandonados é constituído hoje do seguinte:

Institutos Officiais

1) — *Instituto Agrícola de Maruípe*

Data sua criação de 1933, pelo aproveitamento da velha casa da Fazenda Maruípe.

Demolida que foi, ergue-se, em seu logar, moderna construção, composta de 3 pavilhões, com dois e três pavimentos.

Os menores ali abrigados, mediante guia do Juizado de Menores, são atualmente em número de 205.

Além de receberem a indispensavel educação moral, física e escolar, dedicam-se a pequenos trabalhos de avi-horti-

cultura, aprendizagem dos officios de sapateiro, alfaiate, encadernador e tipografo.

O prédio, que dispõe de todos os requisitos á altura de sua nobilitante missão, custou ao Estado CR.\$ 467.628,70, afóra sua instalação.

2) — *Asilo Cristiano de Andrade*

Este estabelecimento, recentemente construído, no Município de Afonso Claudio, destina-se ao recolhimento de menores, órfãs, do sexo feminino.

Sua construção atingiu a CR.\$ 230.379,90 e comprehende dormitórios, salas de aulas, costura, cozinha, refeitório, etc.

Está atualmente com 12 internas.

3) — *Patronato de Olivania*

Pela lei n. 196, de dezembro de 1936, foi criado o Patronato de Olivania, para menores delinquentes. O terreno, com 40 hectares, fôra cedido, gratuitamente, pelo Senhor Arcebispo de Mariana, Don Helvecio Gomes de Oliveira.

As obras do antigo Colegio S. José, existentes no mesmo, foram adquiridas por CR.\$ 100.000,00.

Infelizmente ainda não conseguimos vê-lo funcionar.

Estabelecimentos particulares subvencionados

1) — *Orfanato Santa Luzia*

Este estabelecimento é mantido pela Santa Casa. Recebe do Estado uma subvenção anual de CR.\$ 18.000,00 e abriga 105 internas.

Dadas as condições precárias de suas atuais instalações, estamos construindo, no bairro da Praia Comprida, novo prédio que poderá abrigar 250 internas e cujas obras foram orçadas em CR.\$ 1.200.000,00, tendo sido já dispendidos Cr.\$ 315.978,90.

2) — *Asilo Coração de Jesus*

E' mantido pelo tradicional Colégio de Nossa Senhora Auxiliadora. Recebe subvenção anual de CR\$ 18.000,00. Acham-se internadas 72 meninas.

3) — *Orfanato Jesus Cristo Rei*

Mantido pelo Bispado do Estado e dirigido pelas irmãs da Congregação Jesus Cristo Rei. Recebe subvenção de CR.\$ 36.000,00 e acolhe 100 internos.

O Estado doou-lhe 150 apolices de CR.\$ 1.000,00 cada uma, juros de 8% ao ano.

Atualmente estão convenientemente atendidos, em todos os estabelecimentos, 494 menores de ambos os sexos, contra 237 em 1930.

A despesa presente do Estado para atender a esse setor da administração pública é de CR\$ 222.120,00.

O orçamento de 1930 consignava apenas CR.\$ 18.000,00 para igual serviço.

BIBLIOTÉCA E ARQUIVO

A Biblioteca Pública possui 13.800 volumes.

No periodo 1931 a 1942, foram consultadas 42.857 obras. Ampliando suas finalidades, acaba de ser baixado o decreto-lei n. 13.852, de 17 de outubro de 1942.

J U S T I Ç A

Tendo em vista a complexidade dos serviços da Justiça e a sua importancia na estrutura politica do Estado, absteve-mo-nos inicialmente de reformas apressadas, aguardando um ambiente de maior serenidade para examinar suas reais necessidades.

O número de comarcas existentes no Estado foi aumentado, tendo sido criadas as de Siqueira Campos, Muniz Freire e Castelo.

O que se ha feito neste setor, na parte legislativa, do ano de 1930 a 1942:

- I — Pelo decreto n. 2.359, de 13 de abril de 1932, foi criado o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Apelação.
- II — Pelo decreto n. 2.567, de 14 de junho de 1932, foi alterada a situação dos aposentados nomeados membros do Tribunal Eleitoral.
- III — Pelo decreto n. 3.705, de 13 de maio de 1933, foram alterados os prazos para decisões estabelecidas pela lei n. 1.743, de 23 de abril de 1930.
- IV — Pelo decreto n. 4.954, de 16 de junho de 1934, foi elevado para 10 o número dos desembargadores do Tribunal de Apelação.
- V — Pela lei n. 38, de 30 de dezembro de 1935, foi criada uma segunda vara na comarca de Cachoeiro de Itapemirim.
- VI — Pela lei n. 49, de 31 de dezembro de 1935, foi arbitrada uma gratificação aos membros do Poder Judiciário.
- VII — Pela lei n. 54, de 31 de dezembro de 1935, foi regulada a situação dos serventuários da Justiça com mais de 10 anos.
- VIII — Pela lei n. 58, de 31 de dezembro de 1935, foi aberto um crédito de dois contos de réis, para as despesas da divisão judiciária do Estado.
- IX — Pelo decreto-lei n. 8.835, de 23 de dezembro de 1937, foi fixado em oito o número de desembargadores do Tribunal de Apelação.
- X — Pelo decreto-lei n. 8.959, de 15 de janeiro de 1938, foi alterada a composição do Tribunal de Apelação.
- XI — Pelo decreto-lei n. 9.463, de 1 de junho de 1938, dispondo sobre a composição do Tribunal de Apelação.
- XII — Pelo decreto n. 9.116, de 15 de fevereiro de 1938, foi criado um cargo de Oficial de Justiça.
- XIII — Pelo decreto-lei n. 9.537, de 20 de junho de 1938, dispondo sobre a substituição do Juiz de Direito.
- XIV — Pelo decreto-lei n. 9.882, de 20 de outubro de

- 1938, que regulou a nomeação de Juiz de Direito de 1.^a entrância.
- XV — Pelo decreto-lei n. 9.866, de 10 de outubro de 1938, que alterou disposições da lei de Organização Judiciária.
- XVI — Pelo decreto-lei n. 9.882, de 20 de outubro de 1938, foi regulada a nomeação para os cargos de juiz de direito de 1.^a entrância.
- XVII — Pelo decreto-lei n. 9.892, de 26 de outubro de 1938, foi criada a comarca de Castelo.
- XVIII — Pelo decreto-lei n. 10.273, de 10 de março de 1939, dispondo sobre o provimento de cargos judiciários do Ministério Público e dando outras providências.
- XIX — Pelo decreto-lei n. 11.666, de 2 de abril de 1940, que dispõe sobre a organização judiciária do Estado.
- XX — Pelo decreto-lei n. 11.773, de 6 de junho de 1940, foi extinta a quarta vara, da comarca da Capital.

PARTE MATERIAL

Reconstrução do Edifício do Tribunal Superior de Justiça	CR.\$ 36.552,60
Reformas do Edifício do Fórum	CR.\$ 14.000,00
Reconstrução do cartório do 2. ^o ofício	CR.\$ 10.946,20
	CR.\$ 61.498,80

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

EDUCAÇÃO

Bem sentindo a justeza das palavras de V. Exa., ao afirmar que “todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade e prepará-la para o futuro”, entregámos à questão do desenvolvimento do aparelho educativo o nosso mais atento cuidado, procurando, entre outras iniciativas, solucionar o problema de prédios para grupos-escolares e o de organização do Ensino Normal para melhor preparo do professorado primário, dando às escolas aparelhagem moderna para o ensino pela imagem e criando um órgão para renovação de métodos dos docentes e verificação do aproveitamento dos discentes.

Ensino primário

Em 1911 o Estado contava, no ensino primário, 6.204 crianças matriculadas em 190 escolas. Em 1921 as inscrições elevaram-se a 13.871, isto é, mais 7.667 ou sejam 123,6%. Em 1931 computaram-se 43.325 alunos que correspondem a 212,3%. No ano de 1941 a matrícula nas 920 escolas atingiu a 67.148, dando a percentagem de 55%. Por onde se vê que, de 1911 a 1941, houve um aumento de 730 escolas e 60.944 matrículas, que correspondem a 982,3%.

Em 1930 existiam apenas 5 grupos escolares: dois na Capital e 3 no interior.

Atualmente o número de grupos é de 68, dos quais 10 na Capital e 58 no interior.

Ministram o ensino primário 1.606 professores pagos pelo Estado, distribuídos por 920 escolas em 1.016 turnos e 3.228 classes. A matrícula é de 67.148 escolares, a frequência de 43.707 alunos e as aprovações em geral atingiram a 21.045.

Os estabelecimentos escolares ocuparam 855 prédios, dos quais 74 pertencem ao Estado, 2 à União, 18 aos municípios e 761 a particulares.

Destes últimos, 496 foram cedidos e 240 alugados. Os restantes, 25, pertenciam às entidades que mantinham escolas particulares.

Aparelhamento

Os estabelecimentos foram equipados com 46 bibliotecas para professores, 45 para alunos, 42 museus, 14 laboratórios, 9 aparelhos para projeção luminosa fixa e 10 animadas; 21 possuíam aparelhamento para agricultura e 31 para educação física.

Instituições

Foram mantidos 31 clubes de leitura, 13 organizações de escotismo, 17 ligas de bondade, 16 clubes agrícolas, 13 cooperativas, 12 associações de pais e professores, 50 caixas escolares, além de muitas outras instituições, tais como conselhos, merenda, correio e imprensa.

Localização

Das 920 escolas estaduais, 134 pertencem à zona urbana e 662 à zona rural.

Ensino Municipal

Foram custeadas pelos municípios, no ano de 1941, escolas primárias em número de 203, com 203 turnos e 585 classes. O ensino foi ministrado por 205 docentes.

Ensino particular

As 75 escolas particulares desdobraram-se em 87 turnos e 228 classes, dirigidas por 168 professores.

Conclusões de curso

Concluíram o curso primário, no ano de 1941, 3.157 escolares.

Ensino pré-primário

Dedicando-se a esse ramo de ensino, funcionaram 8 escolas, sendo 3 estaduais e 5 particulares, totalizando 17 classes.

21 professores regeram essas classes; 12 pertenciam às escolas estaduais e 9 às particulares. A matrícula geral foi de 457 escolares, para uma frequência de 227 alunos.

As conclusões de curso atingiram a 35 alunos.

Serviço de Educação pelo Rádio e Cine Escolar

Em 1934, criamos esse serviço, que veio preencher sensível lacuna em o aparelhamento educacional do Estado.

Possúe 3 aparelhos para filmagem, 3 de projeção escolar e 3 do tipo universal, 3 epidiascópios para projeção fixa, um conjunto rádio-elétrico e um carro equipado com gerador elétrico para cinema em as zonas rurais. É sua filmoteca representada por 151 películas educativas e documentárias, havendo esse serviço, da data de sua criação até hoje, exibido 5.754 filmes.

Núcleos de colonização estrangeira

O problema da educação, no tocante aos núcleos de colonização estrangeira, começou a ser encarado seriamente em 1934.

Em geral, a instrução era ali ministrada por pastores vindos da Alemanha, e, por isso mesmo, desconhecedores do nosso idioma.

Naquele ano foram ali instaladas 18 escolas.

Atualmente existem 131 escolas nas zonas enquistadas, além de providências outras tendentes a selecionar o professorado particular nessas regiões, havendo sido, desde logo, baseado inteiramente o idioma de outros países das escolas primárias e complementares e instituído, com caráter obrigatório.

rio, o culto cívico á Pátria e á Bandeira. Nos núcleos de densa população escolar criou o Governo Grupos Escolares Rurais com o curso de três anos, compreendendo atividades ruralistas do campo e da lavoura.

Ensino normal

O ensino normal é atendido por dois estabelecimentos oficiais: — a Escola Normal "Pedro II", na Capital, e o Liceu "Muniz Freire", em Cachoeiro de Itapemirim. Afim de tornar mais completo e eficiente o preparo de professores primários, promovemos uma reforma do ensino normal (lei n. 74, de 30 de junho de 1936, regulamentada pelo decreto n. 7.921, de 17 de julho de 1936), instituindo um curso de sete anos: cinco de humanidades, de acôrdo com o Fundamental dos cursos ginásiais, mantido o ensino extra-curriculo de trabalhos manuais para as classes femininas, e dois de caráter profissional. Em 1940 (decreto n. 11.625, de 28 de fevereiro de 1940), reservamos o curso fundamental da Escola Normal aos alunos do sexo feminino, transferindo os do sexo masculino para o Ginásio do Espírito Santo, medida que iriamos ver adotada pela Reforma Gustavo Capanema. De 1931 a 1941, diplomaram-se pela Escola Normal "Pedro II", 514 professores, e, pelo "Liceu Muniz Freire", 135, neste a partir de 1936, quando passou para a direção do Governo do Estado. Ambas essas escolas funcionam em edificios próprios, possuindo o Liceu instalações modernas e completas. A biblioteca da Escola Normal possui 1.037 obras e a do Liceu 1.300.

Ensino Secundário

Esse ramo do ensino é atendido por 13 ginásios, entre oficiais e equiparados.

Ensino rural

A necessidade indiscutível de criar-se uma mentalidade francamente voltada para as atividades agrícolas levou-nos a oficializar, no município de Anchieta, o colégio Maria Ma-

tos, destinado á formação de professoras para o ensino em zonas rurais.

Educação Física

Destinado a dar orientação científica á educação física da mocidade escolar, criou o Governo, em 1931, o Departamento de Educação Física e, anexo a esse Departamento, o Curso Especial de Educação Física, com a finalidade de habilitar professores, tornando-os aptos a ministrar esse ensino, especializado, por método científico, de comprovada eficiência.

O Departamento, em função de exigências, pelo desenvolvimento das suas atividades, sofreu varias alterações em sua organização, funcionando hoje como Diretoria de Educação Física. O Curso teve ampliado, paulatinamente, o seu período letivo, em virtude do desenvolvimento dos seus programas baseados nos que adotara a Escola de Educação Física do Exército, que lhe foi padrão e cujas diretrizes sempre seguiu, transformado em 1934, em Escola de Educação Física, com os Cursos então em vigor, foi mais tarde, em 1936, transformado em Escola Superior de Educação Física, regulamentado o seu reconhecimento, nos termos do decreto-lei número 1.212 e aos professores até então diplomados, concedida a vantagem dos licenciados em Educação Física.

Desde sua fundação, até 31/12/41, dispendeu o Estado com esse serviço, inclusive o dispendio de CR\$ 1.081.720,70 (custo do estádio, onde tem sede), a importância de CR\$ 4.307.680,70.

O desenvolvimento do ensino de Educação Física se vem fazendo sentir do seguinte modo: em 1931, praticaram-na 5.135 alunos. Em 1941, esse número elevou-se a 14.830. Em 1932, funcionaram, ministrando o ensino de Educação Física, 32 professores especializados, diplomados no Espírito Santo. Atualmente, o número de professores em exercício é de 104.

Para a prática de educação física já existem, montados nos estabelecimentos oficiais de ensino primário e secundário, 37 gabinetes médico-biométricos, havendo ainda 3 ou-

tros, ambulantes, da D.E.F., para atender ao serviço nas escolas isoladas e nos estabelecimentos particulares, ainda desprovidos desse material. Vinte estabelecimentos oficiais possuem material movel, completo.

A Escola Superior de Educação Física já diplomou, até agora, 149 professores e 10 monitores. Dos diplomados neste Estado, uma professora foi requisitada pelo Governo Federal e é catedrática na Escola Nacional de Educação Física e Desportos e dois professores foram postos à disposição dos Governos de Santa Catarina e Piauí, onde instalaram e dirigem os Departamentos e as Escolas de formação de professores de Educação Física.

Faculdade de Direito

Fundada a 4 de outubro de 1930, foi a Faculdade de Direito do Espírito Santo considerada de utilidade pública pelo decreto estadual 1302, de 9 de junho de 1931, tendo a sua instalação ocorrido a 12 do mesmo mês e ano.

A 7 de outubro de 1933, o decreto estadual n. 4.167 declarou-a mantida pelo Estado.

O decreto n. 4.804, de 3 de maio de 1934, concedeu à Faculdade o auxílio de doze mil cruzeiros. Ainda mantida pelo Estado, foi declarada oficial, pelo decreto estadual n. 5401, em 17 de junho de 1935.

Pelo decreto n. 6403, de 18 de junho de 1935, foram nomeados o Corpo Docente e a Diretoria.

O decreto 6582, de 1.º de agosto de 1935, suprimiu o art. 9.º do decreto n. 6401, de 17 de junho do mesmo ano e fez doação integral de 200 apólices estaduais de mil cruzeiros à Faculdade de Direito do Espírito Santo.

A lei estadual n. 3, de 29 de outubro de 1935, considerou-a instituto estadual e a cargo do Governo todos os seus serviços.

Pelo decreto federal n. 566, de 31 de dezembro de 1935, foi equiparada aos demais estabelecimentos congêneres do país.

Receberam grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1936, com o curso concluído em 1935, 54 alunos. Com o curso concluído em 1936, 13. Em 1937, com o curso

concluído em 1936, 2. Com o curso concluído em 1937, 17. Em 1941, com o curso concluído neste ano, 1. Em 1942, com o curso concluído em 1939, 10. Em 1939, com o curso concluído neste ano, 13. Em 1940, com o curso concluído neste ano, 26. Em 1941, com o curso concluído neste ano, 1. Em 1942, com o curso concluído em 1941, 14. Com o curso concluído em 1942, 8.

Escotismo

Procuramos desenvolver o escotismo em todo o Estado, animando o movimento em todas as horas e auxiliando-o dentro das possibilidades orçamentárias. Atualmente, o efetivo é de 205, nas tropas do interior, e 158 nas tropas da Capital, num total de 363 escoteiros, com 11 chefes.

Outras providencias

Visando a uniformização dos processos e resultados estatísticos, em face do decreto 13.041, de 24 de fevereiro de 1941, extinguiu-se a Seção de Estatística do Departamento de Educação e criamos a Diretoria de Estatística Educacional.

Com o fim de melhorar a qualidade do ensino, foi criado o cargo de assistente técnico da Secretaria de Educação, já tendo sido iniciada a remodelação dos planos didáticos e dos processos de verificação do aproveitamento, com aplicação, pela primeira vez no Estado, de testes individuais de conhecimentos.

Despesas com a educação

De 1931 a 1942, exclusive a construção e reparação de prédios escolares, o Estado dispendeu CR\$ 68.119.596,00, correspondendo a uma média anual de CR\$ 5.676.633,00. Em 1930, a despesa com a educação alcançava a cifra de CR\$ 5.042.370,00.

Construções escolares

Um dos mais importantes e prementes problemas educativos do Estado era a construção de prédios escolares.

Procuramos resolver esse problema, dotando cada sede de município de um grupo escolar. No período 1931-1942, foram dispendidos, só pelo Estado, CR\$ 2.772.652,20 com a construção de 18 grupos escolares, uma escola reunida, 4 escolas isoladas e residência para professores, na zona rural, com a seguinte discriminação:

G. E. "Aristides Freire" — Colatina	CR\$ 323.003,40
G. E. "Monteiro da Silva" — João Pessoa	" 241.363,50
G. E. "Quintiliano de Azevedo" — Cachoeiro do Itapemirim	" 224.669,60
G. E. "Vasco Coutinho" — Vila Velha	" 198.333,00
G. E. "Manoel Franco" — Calçado	" 185.000,00
G. E. "Cel. G. Oliveira" — Anchieta	" 154.202,60
G. E. "Bodart Junior" — Rio Novo	" 153.071,60
G. E. "Cel. Antonio Duarte" — Ico-nha	" 153.000,00
G. E. "João Loyola" — Serra	" 132.762,10
G. E. "Professor Luciano" — Caria-cica	" 132.762,10
G. E. "Padre Anchieta" — Vitória	" 119.352,20
G. E. "Thiers Veloso" — Itaguassú	" 116.306,50
G. E. "Barão de Monjardim" — João Neiva	" 102.957,40
G. E. "Graciano Neves" — Paul	" 98.072,60
G. E. "Teofilo Paulino" — Domingos Martins	" 94.500,00
G. E. "Cel. Xavier" — Sabino Pes-sôa	" 78.292,80
G. E. de Jequitibá — S. Leopoldina	" 11.292,80
G. E. de Bom Jesus — Calçado	" 154.325,20
Escolas Reunidas "C. Matos" — Al-fredo Chaves	" 31.405,60
Escolas Isoladas de Jacareípe — Serra	" 10.208,20
Escola Isolada de Laginha — Colatina	" 10.000,00
Escola Isolada de Boa Esperança — Muqui	" 6.000,00
Casas para residência de professores	" 14.879,40

Com recursos na importância de CR\$ 1.000.000,00 pos-tos á disposição do Governo do Estado, pelo Governo Fed-eral, através do Ministério da Educação, para construções es-colares em zonas de colonização estrangeira, foram construi-dos os seguintes prédios escolares:

G. E. de Muniz Freire	CR\$ 126.166,30
G. E. de Rio Pardo	" 158.003,70
G. E. de Barra do Itapemirim	" 151.856,90
G. E. de Fundão	" 134.422,00
G. E. de Figueira (Itaguassú)	" 110.994,10
G. E. de Baixo Guandú	" 110.000,00
G. E. de Lagoa (Afonso Claudio)	" 48.504,00
G. E. de Palmeira (Itaguassú)	" 20.000,00
G. E. de Sapucaia (Domingos Mar-tins)	" 20.000,00
G. E. de Araguaia (Domingos Mar-tins)	" 20.000,00
G. E. 25 de Julho (S. Terêsa)	" 20.000,00
G. E. de Tancredo (S. Terêsa)	" 20.000,00
G. E. de Recreio (S. Leopoldina)	" 20.000,00
G. E. de Rio Bonito (S. Leopoldina)	" 20.000,00
G. E. de Rio Claro (S. Leopoldina)	" 20.000,00
G. E. de Boa Sorte (Afonso Claudio)	" 20.000,00
G. E. de Laranja da Terra (Afonso Claudio)	" 20.000,00
Escola de Barra do Limoeiro (Itaguas-sú)	" 10.000,00

Reconstrução e conservação de prédios escolares

Em igual período (1931-1942), o Estado dispendeu CR\$ 1.212.188,00 em reconstruções e conservação de pré-dios escolares, com a seguinte discriminação:

Liceu "Muniz Freire" — C. Itapemirim	CR\$ 471.826,20
G. E. "Gomes Cardim" — Capital	" 191.537,40
Escola Normal — Capital	" 97.956,50
G. E. "Bernardino Monteiro" — Ca-choeiro do Itapemirim	" 45.704,20

G. E. "Deocleciano de Oliveira" — Siq. Campos	CR\$ 39.881,40
G. E. "José Cupertino" — Afonso Claudio	" 26.719,30
G. E. "Professor Lelis" — Alegre ..	" 23.426,00
G. E. "Nestor Gomes" — Castelo ..	" 22.000,00
G. E. "Peçanha Povoá" — S. Terêsa	" 13.369,20
Escola Isolada de Aribirí	" 19.914,40
Escolas Reunidas de Vila de Itapemirim	" 21.520,90
Escola e Inspeção de Educação Física	" 19.000,00
G. E. de Colatina (demolição)	" 11.497,90
G. E. "Graciano Neves"	" 8.829,60
G. E. "Amancio Pereira" — São Ma- teus	" 17.079,70
G. E. de Domingos Martins	" 22.100,20
Escola Isolada da rua Augusto Calmon	" 6.946,40
Escolas Reunidas de Viana	" 11.486,40
Escola Isolada de Argolas	" 6.382,80
Escolas Reunidas de Vila Rubim	" 5.697,30
Escolas Reunidas de Pau Gigante	" 6.242,70
Escolas Reunidas de Conceição de Cas- telo	" 5.391,40
Escolas Reunidas de Praia do Suá ...	" 7.749,30
Jardim de Infância "Ernestina Pessoa"	" 9.196,50
Escolas Reunidas de Itaguassú	" 7.530,30
Escola Isolada da Av. 15 de Novembro	" 2.883,10
G. E. "Alberto de Almeida"	" 4.763,70
G. E. "Vasco Coutinho"	" 3.486,50
Escolas Reunidas de Muniz Freire ...	" 2.839,10
Escolas Isoladas de Nova Venécia ...	" 2.600,00
Escola Isolada de Patrimônio de S. Antonio	" 1.809,30
G. E. Manoel Franco	" 1.447,40
G. E. Coronel A. Duarte	" 1.399,80
Escolas Reunidas de Guarapari	" 1.501,90
Escolas Reunidas de Timbuí	" 1.219,00
Escolas Reunidas de Barro Vermelho ..	" 1.459,80
G. E. Quintiliano de Azevedo	" 793,90
G. E. Professor Luciano	" 9.283,30
G. E. Padre Anchieta	" 35.258,80

G. E. de João Neiva	CR\$ 5.347,00
G. E. de Muqui	" 5.378,80
G. E. João Loyola	" 5.897,00
Diversos pequenos consertos em prédios	" 5.733,60

Aparelhamento escolar, subvenções, alugueres

Com aparelhamento escolar, alugueres de casas, subvenções, reforma do material escolar, etc. o Estado dispendeu no período de 1931 a 1941, a importância de CR\$ 2.306.391,59, assim distribuído:

Alugueres de casas para escolas	CR\$ 568.434,50
Livros, material didático e de expedien- te	" 613.668,52
Subvenções	" 498.012,30
Reforma do material escolar	" 134.139,40
Material para educação física	" 95.564,60
Material para cinema escolar	" 111.400,00
Material para o serviço de inspeção médica e educação sanitária	" 74.473,57
Escotismo escolar (subvenção)	" 63.400,00
Material para os gabinetes de física e química dos estabelecimentos oficiais de ensino	" 49.862,40
Material para o gabinete de física e química da Escola de Farmácia e Odontologia	" 42.000,00
Festas escolares	" 51.600,00
Artigos para ensino técnico	" 32.701,40
Uniformes para alunos pobres	" 27.000,00
Material para instalação do Jardim de Infância	" 21.164,60

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Interessados em proporcionar à população o mais completo bem estar físico, não nos descuidamos dos problemas sanitários.

Assim é que, encontrando-se o Estado do Espírito Santo, em novembro de 1930, com uma organização de saúde rudimentar, podemos, hoje, apresentar um serviço sanitário modelo, comparável aos melhores do país.

Sentindo a necessidade de melhor valorização do nosso elemento humano, estendemos os serviços de saúde pública ao interior, através da criação de postos de higiene e da ampliação das atividades dos encargos centralizados na Capital. Graças a isso, adotamos um sistema que cobriu todo o Estado, de modo a distribuir os benefícios de uma saúde pública vigilante e eficiente.

Seu antigo serviço sanitário foi inteiramente reorganizado, atendendo à necessidade de uma padronização nacional dos serviços de Saúde Pública.

O exame detido da reorganização integral por que passou a nossa Saúde Pública permitirá verificar-se a centralização perfeita obtida através de uma chefia única que, em seus mistérios, é auxiliada por uma seção administrativa (expediente, arquivos, almoxarifado, oficinas, etc.) e uma seção técnica, verdadeiro estado maior, órgão encarregado sobretudo de ter sob controle os vários serviços e de aconselhar, à direção, as medidas necessárias para maior fomento das campanhas sanitárias. Compõe-se este órgão, sob a direção de um assistente técnico sanitário, de:

- a) — Uma divisão de maternidade, infância e adolescência.
- b) — Uma divisão de tuberculose.
- c) — Uma divisão de epidemiologia.
- d) — Um serviço de estatística demográfica e sanitária.
- e) — Uma divisão de engenharia sanitária.
- f) — Uma seção de propaganda e educação sanitária.

Veremos, também, no nosso organismo sanitário, órgãos centralizados constituídos por:

- a) — Um serviço de assistência médico-social.
- b) — Um serviço de Lepre e Doenças Venereas, altamente especializado.

- c) — Um serviço de fiscalização do exercício profissional e controle de entorpecentes.
- d) — Laboratório central — que compreende uma seção de laboratório de pesquisas clínicas, uma seção de preparo de vacinas, uma seção de bromatologia, uma seção de farmácia e uma seção de indústria química.

Temos, por fim, os órgãos distritais constituídos por centros e postos de saúde. Nas duas principais cidades do Estado, foram criados centros de saúde com as seguintes atividades: administração, doenças transmissíveis, tuberculose, higiene infantil, pré-escolar e escolar, higiene pré-natal, lactário, polícia sanitária, alimentação, enfermagem e laboratório.

Na sede dos distritos sanitários, foram criados Postos de Higiene, em número de cinco, com as seguintes atividades: doenças transmissíveis, higiene da criança, polícia sanitária, endemias, enfermagem, laboratório.

Os Centros e Postos de Saúde constituem-se nas unidades sanitárias de cada distrito conforme pede a moderna organização de higiene. Veremos, destarte, a preocupação precípua do Governo em cobrir toda a área do Estado com os "benefícios de uma profilaxia vigilante".

Dividiu-se o Estado em 7 Distritos Sanitários, de acordo com as seguintes razões: identidade de problemas, facilidade de comunicações, densidade das populações e conveniências nosológicas.

O Governo chamou a si, pelo princípio mesmo de unidade de direção, todos os Serviços de Saúde Pública do Estado. A contribuição municipal resume-se atualmente apenas num auxílio financeiro calculado na base de 5% de toda sua renda tributária.

Maternidade e Infância

O problema da assistência à maternidade e à infância, para cuja solução se vem batendo denodadamente o sr. Presidente Getúlio Vargas, mereceu da nossa parte o máximo de atenção e de carinho.

Nos Centros de Saúde de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim foram criados Dispensários de Higiene Pré-Natal, Infantil, Pré-Escolar, Escolar, Gabinetes Dentários, de Otorino-laringologia e de Olhos, bem como dois lactários para distribuição de leite às crianças necessitadas, de menos de 1 ano da idade, e, nos Postos de Higiene do interior, foram intensificados ao maximo os serviços de proteção à criança.

No Serviço de Higiene Pré-Natal foram consultadas 22.032 gestantes, e, nos Dispensários de Higiene Infantil, Pré-Escolar e Escolar, foram atendidas 190.652 pessoas e distribuídos 238.042 litros de leite às crianças necessitadas abaixo de 1 ano. Os diversos gabinetes dentários, distribuídos pelo Estado nos centros, postos de saúde e grupos escolares, apresentaram, só nos 3 últimos anos, um número de 31.819 consultas a escolares e gestantes. Nos Dispensários de Olhos, Ouvidos, Nariz e Garganta foram atendidas, entre gestantes e escolares, 5.743 pessoas.

A par disto, foi criado o Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar.

Construímos uma maternidade em Cachoeiro de Itapemirim, anexa à sua Santa Casa, a qual vem sendo mantida em funcionamento graças à subvenção especial dos cofres do Estado.

Auxiliamos a construção e subvencionamos a Maternidade Armando Vidal, anexa à Santa Casa de Vitória.

Ajudamos a construir e subvencionamos a Pró-Matre, localizada na Capital.

Atendendo ao apelo que o Presidente Vargas dirigiu, no Natal de 1932, aos Interventores Federais, no sentido de ser prestada maior assistência às crianças enfermas e desvalidas, fizemos construir, em 1936, o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, que, sem favor, é uma das mais perfeitas organizações hospitalares do país, e tem um ambulatório com movimento intenso e progressivo.

Em cooperação com o Governo Federal, ajudamos a construção da maternidade de Colatina, com capacidade para 80 leitos.

Auxiliamos a construir e mantemos em funcionamento a Colonia de Férias de Marataises para escolares debeis, como

tambem a Crèche da Liga de Proteção à Maternidade e Infancia.

Tuberculose

Para o combate desta insidiosa molestia, sem duvida um dos mais importantes problemas sanitários do Brasil, organizamos largo programa de atuação, dentro das linhas classicas da orientação moderna.

Os dois dispensários oficiais, localizados em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, são providos de Raio X, dispositivo Manoel de Abreu, para roentgem-fotografia, bem como de toda aparelhagem necessária para o moderno diagnostico e uma moderna terapeutica da tuberculose. Funcionando em ritmo acelerado, estes dois dispensários apresentam hoje para mais de 35.000 roentgem-fotografias e um número de consultas aproximado a 57.975, efetuando 6.494 aplicações de pneumotorax artificial.

Quando foi criada a Inspetoria de Tuberculose, inaugurou-se tambem o Serviço de Vacinação pelo B. C. G., o qual apresenta notavel desenvolvimento, cobrindo 80% dos recém-nascidos da Capital.

O isolamento dos tuberculosos vinha sendo feito exclusivamente através de enfermarias especializadas, na Santa Casa de Misericórdia, com capacidade total de 36 leitos.

Graças á benemerita campanha que o Presidente Vargas encetou, através do Ministério de Educação, o armamento anti-tuberculoso do Estado foi ampliado com a construção e instalação, pelo Governo Federal, de um magnifico sanatório, que merecidamente tomou o nome de Sanatório "Getulio Vargas".

Tendo capacidade para abrigar 120 pessoas, o Sanatório soluciona o problema do isolamento dos tuberculosos, ficando nos Serviços de Saúde Pública Estadual.

A preservação da infancia, no particular de tuberculose, está atendida, em parte, pelo Preventório "Gustavo Capane-ma", construído pelo Governo Federal, através do Ministério de Educação, em terreno cedido pelo Estado.

Este Preventório está sob direção da Liga Espírito-Santense Contra a Tuberculose.

Além dessa instituição, funciona, no Sul do Estado, a Colonia de Férias de Marataíses.

O dispensário Antonio Fontes, fundado a 2 de fevereiro de 1935, e o Serviço de Enfermagem estão perfeitamente aparelhados para dar assistência aos pacientes, após sua alta do sanatório.

Lepra e Doenças Venereas

O Estado, para combater a lepra, organizou os seguintes serviços:

- a) — Instalou a Séde do Serviço de Lepra, em conjunto com o Serviço de Doenças Venereas, em prédio próprio, onde montou escritório, almoxarifado, laboratório central.
- b) — Organizou o serviço de recenseamento de leprosos, tendo sido percorridas todas as localidades do Estado por médicos itinerantes para fichar leprosos e seus comunicantes e fazer, anualmente, revisão desse censo, com reexames de comunicantes.
- c) — Instalou dispensários mixtos (lepra e doenças venereas) com a denominação de "dispensários de pele" nas principais cidades do Estado, com finalidade de descobrir casos de lepra, fichá-los e aos comunicantes, exercer vigilância sobre uns e outros e fazer o tratamento dos leprosos não isolados em leprosários. Foram criados dispensários nas cidades de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, João Pessoa, Alegre, Siqueira Campos e Colatina.
- d) — Instalou postos de vigilância somente para o serviço de lepra nas cidades onde, não havendo dispensários, ha regular incidencia da lepra, estando atualmente em funcionamento os de Rio Pardo, Castelo e Afonso Claudio.
- e) — Construiu, com a cooperação do Governo Federal, a Colonia de Itanhenga, para recolher os leprosos fichados pelos dispensários e pelo serviço itinerante, tendo dispendido nessa construção,

além do auxilio federal, do Departamento do Café e da Municipalidade de Vitória, a quantia de CR.\$ 1.543.545,00.

- f) — Construiu o Preventório "Alzira Bley" para recolher filhos sadios dos leprosos, tendo gasto CR.\$ 230.000,00.
- g) — Intimamente articulado com a cooperação privada, construiu e mantém a "Granja Eunice Weaver", com capacidade para 50 leitos.

O Estado, para combater as doenças venereas:

- a) — Organizou, em conjunto com o Serviço de Lepra, o Serviço de Doenças Venereas, em edificio próprio, á Avenida Capichaba, em Vitória.
- b) — Instalou, nessa séde, um laboratório de sorologia.
- c) — Instalou, em conjunto com o Serviço de Lepra, dispensários, nas principais cidades do Estado, onde é realizado intenso serviço anti-venereo.
- d) — Criou serviço de visitadoras de meretrício, em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

Embora tivéssemos já uma organização de combate ás doenças venereas equiparavel á dos demais Estados, resolvemos todavia, para atualizar mais ainda essa cruzada, reorganizá-la em novos moldes, em colaboração intima com o Departamento Nacional de Saúde, adotando assim, pela primeira vez no país, a técnica norte-americana de campanha anti-venerea.

Com a instalação, construção e manutenção do Serviço da Lepra e Doenças Venereas, o Governo Estadual dispendeu, de 1931 a 1942, a quantia de CR.\$ 7.334.797,58 — assim distribuida:

Com o custeio do Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venereas	CR.\$ 2.841.252,58
Com o custeio da Colonia de Itanhenga	CR.\$ 2.720.000,00

Com a construção da Colonia de Itanhenga	CR.\$ 1.543.545,00
Com a construção do Preventório "Alzira Bley"	CR.\$ 230.000,00

Em igual periodo, o Governo Federal, através do Ministério de Educação, dispendeu a quantia de CR.\$ 1.815.000,00 com a seguinte distribuição:

Com o custeio da Colonia de Itanhenga	CR.\$ 425.000,00
Com a instalação do Preventório e Granja	CR.\$ 100.000,00
Com a construção da Colonia de Itanhenga	CR.\$ 1.290.000,00

Os trabalhos realizados pelos diversos dispensários, na parte referente às doenças venereas, nesse periodo, estão avaliados, pela tabela da extinta Inspetoria Federal de Lepre e Doenças Venereas, em CR.\$ 18.152.000,00.

M a l á r i a

A Malária, a que o Estado, como o Brasil, paga pesado tributo, vem sendo combatida em dois sentidos profiláticos: a profilaxia química e a engenharia sanitária.

Justo será destacarmos, neste setor, o trabalho executado no Vale de Itabapoana, nas localidades de Bom Jesus, Antonio Caetano e Ponte de Itabapoana, onde, após demorado e eficiente serviço de saneamento, foi praticamente libertada do paludismo aquela fértil e rica região.

Até setembro de 1936, o serviço anti-malárico estava sendo feito exclusivamente às expensas do Estado. Daí para cá, temos tido, nos Municípios de Vitória, Espírito Santo, Cariacica, Guarapari, a cooperação eficiente do Serviço Federal de Malária.

V e r m i n o s e

A Verminose, problema de âmbito nacional, vem sendo combatida, intensivamente, no Estado, por ambulatórios es-

pecializados e nos Centros de Saúde e pelos médicos e guardas nos postos de higiene, onde, até o momento, foram atendidas convenientemente 70.008 pessoas, às quais foram distribuídos 95.000 vermífugos.

Febre Amarela

Este serviço está a cargo da benemérita Fundação Rockefeller. No decorrer do ano de 1939, foram inoculados, com a vacinação anti-amarílica, mais de 300 mil pessoas, o que equivale a cerca de 40% da total população.

D i f t e r i a

A frequência da difteria, em Vitória, acentuando-se desde 1928 e atingindo a proporções alarmantes em 1938, assentou-se a providencia de vacinar contra esse mal todas as crianças da Capital e das cidades mais necessitadas dessa medida. Foram adquiridas 30.000 doses de vacinas, com as quais se iniciou a vacinação em Vitória. A primazia dessa medida profilática, no Brasil, pertence pois ao Espírito Santo. Daí para cá, a imunização anti-difterica vem sendo, em nossos serviços sanitários, pratica habitual.

I m u n i z a ç õ e s

Atendendo às necessidades de impedir as varias epidemias que, de quando em quando, assolavam os varios Municípios do Estado, até mesmo a sua Capital, desenvolvemos ao maximo o nosso serviço de imunização a ponto de extinguirmos praticamente esses surtos periodicos.

Graças a essa pratica profilática, ha 2 anos não mais se vem registrando, no Estado, surto algum epidemico de importancia.

Foram feitos no Estado, durante o nosso periodo governamental, 290.070 vacinações anti-tíficas e, só nos 3 últimos anos, 34.760 pessoas foram vacinadas contra variola e difteria, além de 6.000 recém-nascidos imunizados contra a Tuberculose pelo B. C. G.

Para qualquer eventualidade, todavia, dotamos o nosso Departamento de Saúde de toda a aparelhagem técnica necessária á cloração de emergencia dos serviços de agua, em casos de um episodio tífico de propagação hidrica.

Enfermeiras de Saúde

Considerando que a ação profilática e a assistencia social não podem ficar exclusivamente nos varios dispensários senão prolongar-se, para ser eficiente, ao próprio domicilio, e á própria familia do paciente examinado, iniciamos o serviço de enfermagem sob a chefia de uma enfermeira de "Ana Nery", gentilmente posta á nossa disposição pelo Dr. Barros Barreto, Diretor do Departamento Nacional de Saúde.

Treinadas convenientemente varias moças da nossa melhor sociedade, professoras e educadoras sanitárias, pudemos organizar os serviços de alto padrão técnico, não só na Capital, como em todas as sédes distritais do Estado.

Este serviço, com apenas 2 anos e meio de inaugurado, exhibe hoje em dia, ao lado de importantissimo papel que representa a educação sanitária de nossa coletividade, um movimento de 21.555 pessoas sob vigilancia domiciliar contínua.

Assistencia Hospitalar

Além de subvencionarmos as Santas Casas de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, com capacidade de 300 e 200 leitos respectivamente, ainda auxiliamos a construção de um pavilhão de clinica em Vitória, com capacidade para 100 leitos e 2 pavilhões em Cachoeiro de Itapemirim para 120 leitos.

Construimos, montamos e fizemos funcionar também, com acerto suficiente, o "Hospital de Isolamento Oswaldo Monteiro", com capacidade para 80 leitos, o qual, ao lado dos hospitais especializados de clinica infantil, tuberculose e lepra, formam uma rede de assistencia hospitalar relativamente boa.

O serviço de assistencia aos psicopatas, todavia, permanece na mesma situação precária em que o encontramos, pois não conseguimos, apesar da maior boa vontade, ver construído e montado um Hospital-Colônia.

No entretanto, adquirimos, nas proximidades desta Capital, a Fazenda Santana com área mais do que suficiente para a sua instalação. A planta do Hospital-Colônia, feita a nosso mando por técnico estadual, já se encontra inteiramente traçada, estando no momento sendo devidamente apreciada pelo Dr. Adauto Botelho, chefe do Serviço Nacional de Psicopatas.

A despesa que o Estado realizou, no periodo de 1931 a 1942, com a construção de Hospitais, postos médicos, dispensários, etc., foi de CR.\$ 2.665.896,50 — com a seguinte distribuição:

Construção da Colônia de Itanhenga	CR.\$ 1.543.545,00
Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria	CR.\$ 397.825,00
Hospital de Isolamento "Oswaldo Monteiro"	CR.\$ 376.978,80
Preventório "Alzira Bley"	CR.\$ 230.000,00
Dispensário anexo á Saúde Pública	CR.\$ 53.386,00
Posto Médico de Vila Velha	CR.\$ 36.787,10
Preventório "Gustavo Capanema"	CR.\$ 27.374,60

Pronto Socorro

Foi criado o Serviço de Pronto Socorro, que vem funcionando ininterruptamente, atendendo os casos de medicina e cirurgia de urgencia, bem como as remoções de gestantes e doentes outros, para os hospitais e maternidades da Capital.

Atualmente conta, para o serviço externo, com dois carros-ambulancia, e funciona anexo á Santa Casa, que fica transformada praticamente em Hospital de Pronto Socorro.

Laboratório Bacteriológico e Serviços Industriais

Afim de melhorar o padrão de serviço sanitário e economizar as verbas destinadas á pratica imunitária e aos serviços de assistencia, foi dotado o Departamento de Saúde de excelente aparelhagem para exames bacteriológicos, com sua respectiva rede de laboratórios distritais, permitindo um movimento que, sendo de 18.000 exames anuais até 1940, vem

atingindo, nestes dois últimos anos, á cifra elevada de 43.000 e 45.000 exames respectivamente.

Além disto, criamos, no Departamento de Saúde, um laboratório de preparo de vacinas anti-tíficas, anti-disentéricas e tuberculina, além de um laboratório industrial que fabrica os granulados, comprimidos e as mais diversas ampôlas permitindo, destarte, maior regularidade e eficiencia á proteção sanitária. Para evidenciar o vulto que vem atingindo o movimento desses laboratórios, bastará citar-se a quantia de mais de 35.000 vacinas preparadas só neste último ano de 1942 e número de comprimidos manufaturados que atinge á cifra de 150.000.

Motorização dos serviços sanitários

Por ocasião de uma excelente transação por nós efetuada com a "International Machinery" o Banco Importação e Exportação, pudemos adquirir todo o material rodante necessário aos nossos serviços sanitários. Aproveitando a facilidade de circulação condicionada pelo grande número de estradas que percorrem todo o Estado, dotamos todos os distritos sanitários de unidades móveis, a-fim-de, através de um serviço motorizado, atendermos ás necessidades de todos os nossos Municípios.

Em apenas um ano de contínuo labor, essas caminhonetes percorreram no Estado, aproximadamente, 50.000 quilômetros, distribuindo, assim, por todo o nosso território, os benefícios de nossa assistência sanitária eficaz.

Usina de Pasteurização do Leite

Reconhecendo a necessidade de melhorar na Capital a excelencia deste produto de primacial importancia na alimentação do povo, o Governo animou a instalação de uma usina de pasteurização, acabando, finalmente, por encampá-la a-fim-de, afastando os intermediários, entregar ao consumo o produto beneficiado, a um preço accessivel.

Dentro desta politica social, conseguimos pelo barateamento de CR\$ 0,40 em litro de leite, enorme ressaltto no seu

consumo, com os incalculaveis beneficios para a saúde do povo, desse ato decorrente. Assim é que, de 480.000 litros por ano, passou-se ao consumo, em Vitória, de quasi 900.000 litros.

Orçamentos de saúde

Se não fosse sufficiente a exposição que acabamos de fazer sobre o desenvolvimento dos serviços sanitários durante os anos de nosso Governo, bastaria, para evidenciar o carinho com que olhamos a solução desse problema de capital importancia em qualquer administração, referirmos o acesso contínuo das verbas orçamentárias a eles destinadas.

De fato, a verba de CR\$ 409.400,00 orçada para o ano de 1930 foi progressivamente elevada, de ano para ano, até atingir hoje a CR\$ 2.747.090,00, o que representa o per-capita de CR.\$ 3,50 e a percentagem de 6,38% sobre o orçamento total, uma das mais elevadas do país.

SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda publicou sempre, diariamente, o seu balancete do Caixa. Nas épocas próprias, divulgou ainda o balanço geral das operações do Tesouro, acompanhando das demonstrações das contas, bem como de mapas sobre a receita e a despesa.

Afim de coibir a praxe adotada de efetuar despesas, quasi sempre sem conhecimento do Tesouro, pela ausencia de um serviço regular e rigoroso do respectivo empenho, foi baixado o decreto n. 3.799, de 31 de maio de 1933, que dispôs sobre o modo de escriturar e realizar a despesa. A Secretaria da Fazenda e o Serviço de Tomada de Contas foram reorganizados nos termos dos decretos numeros 2.732 e 2.733, de 25 de julho de 1932.

Pela reforma introduzida nos serviços da Contadoria Geral do Estado, foi determinada a concentração das contabilidades dos varios serviços públicos estaduais, no Tesouro.

A Diretoria da Despesa sofreu uma reforma no seu serviço interno, em 1938, pela qual foram ali introduzidos métodos destinados a mais perfeita movimentação dos processos de pagamento e simplificação na feitura de cheques de vencimentos, os quais são feitos pelo sistema mecanizado, consoante estabelece o decreto-lei n. 9.811, de 22 de setembro de 1938.

Posteriormente, em 1939, foi adotado para o serviço contábil do Estado o sistema mecanizado, estando atualmente em uso os grupos denominados "Hollerith", abrangendo outras repartições da Diretoria da Receita Pública com o fim de apurar com mais rapidez e eficiencia os elementos relativos á arrecadação das rendas.

O ORÇAMENTO

A feitura do orçamento e sua execução orçamentária eram regulamentados, até 1930, pela Constituição Estadual de 1928 e pela lei 1.708, de 17 de janeiro de 1929, que dispunha sobre a organização administrativa.

Por ela, "todos os serviços públicos tinham por base o orçamento anual e votado pelo Congresso".

O orçamento correspondia ao ano civil. Havia também um período adicional para liquidação das contas de encerramento de exercício.

A Receita era organizada tomando-se por base a arrecadação média de cada uma das fontes permanentes de renda sobre a arrecadação normal dos três exercícios anteriores.

O orçamento da Despesa era votado tomando-se por base o cálculo provável das despesas da administração e dos serviços em geral, no exercício financeiro, inclusive os serviços de juros e a amortização da dívida externa e interna.

O orçamento da Receita do Estado para 1930, compreendia 4 parágrafos sobre impostos, 3 sobre impostos para fins especiais, 4 sobre a renda industrial e dois outros referentes à cobrança da dívida ativa e à arrecadação de eventuais e multas.

Quanto à arrecadação da taxa-ouro sobre o café, figurava apenas o saldo desta arrecadação de vez que o antigo serviço de defesa de café possuía autonomia administrativa e financeira.

No que toca à despesa, não existia na Secretaria da Fazenda o empenho prévio, nem o orçamento separava a despesa variável, da despesa fixa; o material de consumo, do material permanente; o pessoal contratado, do pessoal fixo.

O orçamento para 1931 ainda foi organizado nos moldes de 1930. Em agosto de 1931, o Governo Provisório, publicando o decreto n. 20.348, Código dos Interventores, introduziu algumas reformas nos orçamentos estaduais, não só regulando as autorizações para a abertura de créditos extraordinários ou especiais, como preconizando a extinção de todos os impostos interestaduais ou intermunicipais, pela adoção do imposto territorial progressivo, com isenção das benfeitorias.

Foi determinada a contribuição mínima de 10% sobre a renda nos gastos da instrução primária, como preconizava a redução das polícias militares, pela organização eficiente das polícias civis.

O orçamento para 1932 sofreu, pois, ligeiras modificações para enquadrar-se nos dispositivos daquele decreto.

Na Receita, foram incluídos o imposto territorial e a arrecadação integral da taxa-ouro sobre o café, cassada como foi a autonomia do serviço de defesa do café.

Os orçamentos para os anos de 1933, 1934 e 1935, foram organizados em moldes diferentes dos anteriores.

Nas fontes da Receita, foram indicadas todas as leis e decretos que regulavam o assunto.

Como receita industrial, foram incluídos todos os serviços do Estado, que, por qualquer título, auferissem renda.

No que concerne à despesa, os orçamentos citados separaram a verba pessoal da material, e o pessoal do quadro, do pessoal contratado.

Os orçamentos de 1936 e 1937, foram organizados pela Assembléa Legislativa do Estado, nos termos da Constituição de 1935 e sancionados pelo Poder Executivo.

A Receita obedeceu às mesmas normas dos 3 últimos orçamentos.

A Despesa fixada passou a ser discriminada fixa e variável, com a divisão de pessoal e material. Aquele, em pessoal fixo e pessoal contratado.

O orçamento de 1938 obedeceu às mesmas normas dos orçamentos votados pela Assembléa Legislativa.

O orçamento de 1939, embora conservando as características dos anteriores, na parte referente à Despesa separou o material permanente do material de consumo.

A partir de 1940, os orçamentos obedeceram às recomendações das Conferências realizadas pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças e nas normas dos decretos-leis federais ns. 1.202 e 2.416, que são as seguintes:

ao orçamento serão incorporados todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos e, na Despesa, todas as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos.

A Receita passou a ser ordinária e extraordinária, compreendendo as seguintes categorias:

- 1) Receita tributária, abrangendo impostos e taxas.
- 2) Receita Patrimonial.
- 3) Receita Industrial.
- 4) Receitas Diversas.

A discriminação ou especialização da despesa passou a ser feita por unidades administrativas ou serviços, departamentos, repartições e estabelecimentos.

Para cada um desses serviços é levantado um quadro da discriminação ou especialização da despesa respectiva, quadro esse que acompanha o projeto de esclarecimentos da fixação das verbas globais.

Cada serviço contera dotações distribuidas pelos seguintes elementos:

PESSOAL	{	Fixo
		Variavel
MATERIAL	{	Permanente
		De consumo

PATRIMONIO DO ESTADO

Segundo a mensagem final do Presidente Florentino Avidos, junho de 1928, deduzida a importancia da venda, por CR.\$ 12.000.000,00, dos Serviços Reunidos de Vitória e Itapemirim, o patrimonio do Estado acusava a cifra de CR.\$ 30.650.192,30.

Em 1930, segundo mensagem do Presidente Aristeu Aguiar, referente ao ano de 1929, os bens do Estado figuravam na escrita com o valor de CR.\$ 33.079.531,82, apesar da Secretaria da Fazenda haver divulgado, em nota oficial, "não significar aquela cifra o valor real da conta Patrimonio do Estado", e acrescentar que "o Patrimonio do Estado com as propriedades adquiridas nestes ultimos dois anos e as diversas obras executadas se elevava, sem duvida, a mais de CR.\$ 85.000.000,00". Contudo, a Conta Patrimonial do Estado, ao encerrar-se o exercicio de 1930, alcançava ainda a cifra de CR.\$ 33.045.459,00.

Em 1942, esse valor subiu a CR\$ 109.437.016,90, diferença em grande parte devida a empreendimentos diversos realizados a partir de 1931.

Assim se verificou, não obstante a baixa de CR.\$ 6.905.000,00 proveniente da venda, em concorrência pública, das Usinas Paineiras e Jabaquara e da Serraria de Bar-

bados; da transferencia para o municipio da Capital, mediante escritura pública, do serviço de aguas e esgotos, que figurava no patrimonio com a cifra de CR.\$ 7.548.487,30; do arrancamento dos trilhos e da venda, em concorrência pública, da obsoleta Estrada de Ferro S. Mateus, que figurava na conta patrimonial do Estado por CR.\$ 2.810.554,60.

Os serviços do Patrimonio do Estado constituíam uma Seção da Secretaria da Agricultura.

Em 1933, foram transferidos para a Fazenda.

Desde logo, foram tomadas providencias para que o Estado soubesse, com exatidão, a quanto montava o seu patrimonio.

Até dezembro de 1934, haviam sido registrados bens no valor de CR\$ 48.276.119,00, conforme consta na publicação "Patrimonio do Estado", divulgada em abril de 1935.

A partir de 1937, foram intensificados esses serviços. Os resultados colhidos são satisfatórios. Só agora nos foi possível, a grosso modo, inscrever a parte representada pelos terrenos devolutos do Estado, com a seguinte discriminação:

Município	Area em Hectares	Valor CR.\$
Afonso Claudio	23.200	464.000,00
Alegre	6.500	130.000,00
Baixo Guandú	25.600	512.000,00
S. Leopoldina	13.200	264.000,00
Castelo	11.800	236.000,00
Colatina	156.000	3.120.000,00
Conceição da Barra	280.000	5.600.000,00
Domingos Martins	16.400	328.000,00
Itapemirim	13.500	270.000,00
Muniz Freire	9.300	186.000,00
Rio Pardo	6.000	120.000,00
Santa Cruz	10.800	216.000,00
Santa Terêsa	7.900	158.000,00
S. José do Calçado	3.800	76.000,00
S. Mateus	270.000	5.400.000,00
Siqueira Campos	10.000	200.000,00
TOTAL		CR\$ 17.280.000,00

Os bens do Estado estão divididos em quatro categorias:

- I — Bens móveis.
- II — Bens imóveis.
- III — Bens de natureza industrial.
- IV — Terrenos devolutos.

Nunca nos inclinamos para o chamado “estado industrial”, cujas inconveniências alguém estigmatizou em um dos seus discursos. “Nessas indústrias não são contabilizados os vencimentos que saem das despesas gerais do Tesouro, os juros do Capital que lhes foi cedido, nem impostos que deviam pagar e não pagam”.

Aos que nos têm injusta e levianamente acusado de haver malbaratado o patrimônio do Estado — pedimos permissão a V. Exa. — queremos recordar que o precedente na administração estadual é muito anterior aos nossos dias.

Muito antes de 1930, foi alienada a “Sul do Espírito Santo”, que havia custado cerca de CR.\$ 17.000.000,00. É também anterior a essa época a venda da Fazenda Modelo Sapucaia.

Mais recentemente, porém ainda antes daquela data, foi vendida a importante fábrica de papel, que fazia parte do chamado Parque Industrial de Cachoeiro de Itapemirim e alienados, em outra administração, também anterior, os Serviços Reunidos de Vitória e Itapemirim. Por último, encontramos vendida, também, a Serraria Industrial de Cachoeiro de Itapemirim e arrendada a Usina Paineiras, com opção de compra por CR.\$ 5.000.000,00.

A Usina de Paineiras, destinada ao beneficiamento da cana de assucar, fazia parte do Parque Industrial de Cachoeiro de Itapemirim, iniciativa da administração Jeronymo Monteiro.

As fábricas daquele Parque pertenciam todas à Companhia Industrial do Espírito Santo, incumbida por aquela administração da execução do plano elaborado.

Em consequência do vultoso financiamento que lhe foi feito pelo Banco Hipotecario e Agrícola do Espírito Santo, passaram elas, inclusive a Usina Paineiras, à administração direta daquele estabelecimento bancário.

A garantia de juros concedida ao Banco pelo Estado, sobre um capital de 50.000.000 de francos, conseguidos na França, para custeio de tais obras, motivou enormes onus para o Estado, conforme acentuou em sua mensagem o Coronel Marcondes Alves de Souza, que sucedeu no Governo o Dr. Jeronymo Monteiro.

Coube ao Dr. Bernardino Monteiro a ingrata tarefa de regularizar a encampação daquele Banco, em consequência do que se pôde, então, considerar sem reservas, como patrimônio do Estado, o Parque Industrial e com ele a Usina Paineiras.

Nos períodos governamentais de Nestor Gomes e Florentino Avidos, esse próprio do Estado viveu, ora sendo arrendado, ora sob administração direta do Estado, sem nunca produzir os resultados esperados pelas administrações estaduais. O contrato de arrendamento com a firma Melo Matos e Maciel, por exemplo, firmado pelo Governo Avidos, redundou em verdadeiro fracasso, obrigando o Governo a sacrifícios não pequenos quando da sua rescisão. (Mensagem final do Presidente Avidos).

Por contrato de 21 de fevereiro de 1929, a Usina foi arrendada aos Bancos Pelotense e Espírito Santo, pelo prazo de 4 anos, pagando os arrendatários, anualmente, pelo arrendamento, a importância de CR.\$ 400.000,00 ou 300.000,00, conforme o preço da açúcar.

O contrato dava aos arrendatários uma opção para adquirirem a Usina, pelo preço de CR.\$ 5.000.000,00.

Com a falência daqueles Bancos, passou a Usina, novamente, a ser administrada diretamente pelo Estado.

Assim permaneceu no período de 1931 a 1936. Pela lei 134, de 27 de outubro, foi autorizado o arrendamento ou venda da Usina Paineiras.

Preferiu o Governo vendê-la, mediante concorrência pública. Aberta esta, foi a Usina vendida, mediante escritura, por CR.\$ 6.050.000,00 à firma M. T. Carvalho de Brito.

Realizou, assim, o Estado um lucro de CR.\$ 1.050.000,00 sobre a antiga opção dada, pela administração Aristeu Aguiar, aos Bancos Pelotense e Espírito Santo.

Usina Jabaquara

Foi adquirida por escritura pública, na administração Aristeu Aguiar, por CR.\$ 900.000,00, mediante encontro de contas, de parte desta quantia com o Banco do Espírito Santo, seu financiador.

Montada para fabricação de açúcar, em 1930 estava sendo preparada para fabricação de aguardente.

O Estado, naquela época, assinou um contrato com uma firma desta praça, para colocação de aguardente produzida, dando-lhe até certo agio para propaganda do produto. Só esse paradoxo justificaria, por si só, a venda que efetuamos desse proprio estadual, devidamente autorizados como fomos pela lei número 134, de 27 de outubro de 1936.

Essa venda rendeu, inclusive a chamada Estrada de Ferro, construída com trilhos usados, tipo 20 e bitola de 60 centímetros, com seu trafego suspenso e, por isso mesmo, sem conserva, mesmo no ano de 1929, a cifra de CR.\$ 705.000,00.

Estrada de Ferro S. Mateus

Mediante autorização do Governo Federal e do Departamento Administrativo do Estado, consoante se verifica do decreto-lei n. 13.007, de 4 de novembro de 1941, foi posto á venda, mediante concorrência publica, o acervo desse proprio estadual, e aplicado o produto dessa venda, que foi de CR.\$ 1.501.800,00, na construção de uma rodovia que percorre o mesmo trajeto com melhor aproveitamento para o escoamento da produção da zona a que serve, atendendo-se a que a antiga ferrovia, já pelo antiquado material de que se compunha, já pela condenada bitola de 60 centímetros, não satisfazia as exigências do trafego moderno.

Serraria de Barbados

Essa Serraria foi incorporada ao patrimonio do Estado em virtude da extinção da Cia. Territorial.

Foi vendida mediante concorrência pública por CR.\$ 150.000,00.

REPARTIÇÕES ARRECADADORAS

Recebedoria da Capital

Em substituição á antiga Seção da Fiscalização, foi criada pelo decreto 9.027, de 31-1-938, a Recebedoria da Capital.

Até 1937, essa repartição arrecadava cerca de 50% da renda do Estado, constituída na sua maior parte pelo imposto de exportação de produtos do Estado que saíam pelo porto de Vitória.

A partir daquele ano, foi dado maior desenvolvimento ás Coletorias. A arrecadação da Recebedoria caiu para 30%.

Coletorias

O Estado é servido por 42 Coletorias, distribuídas por todo o seu território.

Com a instituição, por força dos dispositivos constitucionais de 1934, do imposto sobre Vendas e Consignações, e por uma melhor distribuição dos seus serviços, em face do decreto n. 9.174, de 19-2-1938, o movimento das Coletorias cresce de ano a ano, conforme se poderá verificar pelos dados que se seguem:

	CR.\$
1931	3.670.573,80
1932	3.965.786,10
1933	3.575.600,30
1934	3.457.320,40
1935	4.473.690,80
1936	6.088.665,60
1937	7.062.639,70
1938	9.410.481,30
1939	11.110.668,50
1940	9.883.667,90
1941	16.147.153,90
1942 (até novembro)	14.267.126,50

Em 31 de janeiro de 1941, para melhor facilitar a arrecadação dos impostos, pelo decreto-lei n. 12.462 foram criadas 80 Sub-Coletorias, que foram instaladas nos distritos administrativos do Estado.

The Leopoldina Railway Cia. Ltda.

Em virtude de contrato que mantem com o Estado, arrecada a Leopoldina os impostos sobre mercadorias que transitam pelas suas estações, estando a tomada de contas dessa arrecadação, assim como o exame de documentos, afetos à Diretoria da Receita Pública.

Além dessas repartições, as rendas do Estado são arrecadadas pelo D. N. C., pelos estabelecimentos industriais mantidos pelo Governo e pela Delegacia do Tesouro, no Rio de Janeiro.

CAIXA BENEFICENTE "JERONYMO MONTEIRO"

Criada pela lei n. 720, de 5 de dezembro de 1910, esta instituição continúa a prestar sua util contribuição ao funcionalismo do Estado.

Em 1930, encontrava-se ela em penosa situação financeira em virtude do Governo de então, premido por dificuldades de toda ordem, haver retido recursos a ela pertencentes na importância de cerca de CR.\$ 970.000,00.

Procurando interpretar fielmente os fins beneméritos da instituição, decretamos o aumento da importância dos pecúlios e criamos mais um benefício para a família do funcionário: o auxílio do funeral, igual para todos os contribuintes e constituído pela importância de CR\$ 1.000,00, pagos imediatamente à vista da certidão ou comunicado oficial do óbito.

Pela lei n. 75, de julho de 1936, foi permitido aos funcionários que contassem mais de 3 anos de serviço, e idade inferior a 50 anos, bem como aos que, contando idade superior, tivessem mais de 10 anos de serviço, o ingresso no quadro de contribuintes, com direito a pecúlio integral mediante pagamento em dobro de suas contribuições.

Pela lei n. 126, de 24 de outubro de 1936, foi permitido aos oficiais da Força Policial e aos guardas civis o direito de contraírem empréstimos a prazo longo e a prazo curto.

Pela lei n. 166, de 23 de outubro de 1936, foi concedido àquela instituição um empréstimo de CR.\$ 1.500.000,00.

Foi também permitido à Caixa readmitir antigos contribuintes, mediante exame prévio de saúde para os maiores de 50 anos.

Os empréstimos ao funcionalismo, limitados anteriormente a 500 contos, foram ampliados para dois terços dos recursos disponíveis da Caixa, com a criação de empréstimos a prazo curto e prazo longo.

Os "superavits" da Caixa Beneficente, desde 1926 a 1941, foram os que se seguem:

1926	CR.\$ 137.500,00
1927	" 146.900,00
1928	" 110.400,00
1929	" 271.800,00
1930	" 121.800,00
1931	" 109.500,00
1932	" 244.400,00
1933	" 140.200,00
1934	" 299.400,00
1935	" 406.600,00
1936	" 456.400,00
1937	" 876.700,00
1938	" 722.800,00
1939	" 284.500,00
1940	" 583.500,00
1941	" 787.200,00

O seu patrimonio líquido é hoje de CR.\$ 5.700.000,00.
O número de contribuintes em 1941 era de 3.455.

Carteira Predial

Considerando a boa situação financeira dessa instituição e a necessidade de proporcionar ao funcionalismo os meios necessários à aquisição de prédios para moradia, alteramos o

seu regulamento, criando a Carteira Predial, destinada a promover a aquisição, construção, reconstrução ou melhoramentos de prédios para os seus contribuintes. Em 2 de março de 1936, a Carteira Predial realizou sua primeira distribuição de empréstimos, num total de CR\$ 293.400,00, sendo contemplados, nessa ocasião, 12 mutuários inscritos.

O número de distribuições até novembro de 1942 atinge a 29.

Foram adquiridas 98 casas; construídas, 138; acham-se em construção, 8; foram reformadas, 9; realizadas liquidações de hipotecas, em número de 18, que oneravam propriedades de mutuários.

Nas distribuições já efetuadas, foram concedidos 271 empréstimos, num montante de CR.\$ 5.543.400,00.

Tendo observado que os pequenos funcionários, de vencimentos abaixo de CR.\$ 500,00 mensais, praticamente não podiam utilizar-se dos favores da Carteira Predial, devido em parte ao limite estabelecido para os empréstimos prediais, que é igual ao valor do pecúlio e em parte aos onus do plano daquela, tais como entrada inicial em dinheiro, de 10% sobre o empréstimo pretendido e prazo máximo de 12 anos para o seu resgate e juros respectivos, decretamos um plano especial de construção de casas destinadas especialmente aos funcionários de vencimentos abaixo de CR.\$ 500,00. Esse plano, que está sendo executado na forma do decreto 13.083, é financiado integralmente pelo Governo em terreno doado pelo Estado, não exige entrada em dinheiro da parte do funcionário e limita o desconto nos seus vencimentos mensais em tantas prestações de CR.\$ 50,00 quantas forem necessárias para cobrir o valor empregado na construção mais o juro de 6% ao ano e prémios de seguro contra fogo.

De 1930 a 1941, faleceram 291 contribuintes da Caixa, tendo sido pagos de auxílios para funeral e de pecúlios CR\$ 3.805.400,00.

Até 1941, foram feitos 69.454 empréstimos em dinheiro aos funcionários, sendo CR.\$ 9.992.000,00 de empréstimos a prazo curto e CR.\$ 12.721.000,00 de empréstimos a prazo longo, num total de CR.\$ 22.713.000,00. Esses empréstimos resultaram numa renda de juros de CR.\$

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Compromissos anteriores à Revolução

As angústias insistentes de compromissos financeiros que encontrámos ao assumir as funções de Interventor Federal, em novembro de 1930, representados por CR\$ 64.133.621,46, perturbando profundamente o ritmo económico do Estado, obrigaram-nos a ter a atenção constantemente voltada para as finanças estaduais, convencidos de que "as questões financeiras dominam todas as outras e são o ponto de partida dos grandes melhoramentos económicos e administrativos".

Nos últimos 27 meses anteriores a outubro de 1930, as administrações estaduais haviam contraído 14 empréstimos, além de vários adiantamentos sobre futuros impostos.

Tomados a curto prazo, estavam eles vencidos dentro da própria vigência da própria administração decaída.

Balanceadas as forças económicas do Estado, verificamos que duas poderiam ser as diretrizes para a futura ação governamental.

A primeira consistiria em considerar líquido e certo o acervo de compromissos deixados pelo Governo deposto, mas, protelando a sua liquidação, aplicar os futuros saldos orçamentários, em obras e empreendimentos julgados necessários ao desenvolvimento do Estado.

Havíamos assumido o Governo após profunda e integral transformação política: fácil se-nos-ia relegar pagamentos, repudiar a fé de contratos solenemente assinados.

Com os recursos extraordinários, que posteriormente afluiram aos cofres estaduais, bem avaliávamos como facilmente ganharíamos fóros de "governo dinámico", caso outra fosse a diretriz que tomámos.

Atenderíamos, com isso, aos reclamos dos "dinamicos", interessados em um largo programa de realizações, capaz de absorver, de pronto, todos aqueles recursos; fariamos causa comum com os apologistas da "política do narcotico", quando aconselhavam o pagamento apenas dos juros, sob o sedico argumento de que a Bancos só interessavam os juros das quantias emprestadas; ou ficaríamos com os "indiferentes", para

os quais tanto fazia pagar ou atirar às costas das gerações porvindouras o que encontramos dispendido.

A segunda, diametralmente oposta, consistiria em liquidar, paulatinamente, esses mesmos compromissos, relegando para segundo plano a realização de obras julgadas adiaveis, cuidando, porém, sempre, da conservação dos melhoramentos existentes e construindo apenas o que fosse indispensável. Foi a que preferimos.

Sabíamos aspero, inglorio, incompreendido e, até mesmo, impopular, o caminho que traçáramos.

Preferíamos, porém, servir aos altos interesses da coletividade espírito-santense.

Liquidação e amortização de compromissos

Em sucessivos esforços, em negociações demoradas, enervantes, às vezes irritantes, levamos avante nossos compromissos e, em abril de 1935, já havíamos liquidado uns compromissos e amortizado outros, para o que foi dispendida a quantia de CR.\$ 30.765.601,90, conforme de tudo demos notícia detalhada no volume "Empréstimos Bancários e Compromissos Diversos do Estado do Espírito Santo", editado em 1935.

Ainda mais, em manifesto que tivemos a honra de dirigir aos espírito-santenses, em 11 de abril daquele ano, vespereira da eleição do primeiro Governador constitucional que deveria dirigir o Estado, no período 1935-1939, podíamos anunciar que ficavam em cofre, na Tesouraria da Fazenda, a quantia de CR.\$ 8.741.000,00, representada por 7 letras do Departamento Nacional do Café, restituições da chamada taxa de 15 shillings, ou CR\$ 45,00 por saca de café do Estado.

Havíamos atravessado a pior época. As rendas estaduais iriam subir a cifras até então não atingidas. Apenas dois grandes credores recalcitravam em atender a nossas proposições, o Banco Italo Belga e o Banco Francês e Italiano.

Autorizados pela lei n. 39, de 28 de dezembro de 1935, liquidamos em 16 de janeiro de 1936 os empréstimos em dólares tomados ao primeiro daqueles Bancos, em 1927 e 1928, na importância total de CR\$ 2.500.000,00.

O empréstimo em questão rendeu para o Estado a quantia líquida de CR.\$ 19.458.687,50. Forçou-o, porém, a pa-

gamentos no valor de CR.\$ 33.992.029,00, o que acarretou um prejuízo para a economia espírito-santense de CR.\$ 14.533.395,49, apesar da economia de CR.\$ 9.372.740,42 realizada com a sua liquidação.

Liquidação do empréstimo com o Banco Francês e Italiano

A liquidação do empréstimo efetuado com o Banco Francês e Italiano foi realizada em 20 de junho de 1936. Autorizou-a a lei 69, de 18 daquele mesmo mês e ano.

Essa dívida teve origem no empréstimo de CR.\$ 3.000.000,00, contraído em 26 de novembro de 1928.

Em março de 1930, em virtude do ofício n. 251, de 25 desse mês, do Secretário da Fazenda, de então, ao Banco credor, foi a importância do empréstimo, já então acrescida dos respectivos juros, convertida, inexplicavelmente, em francos franceses, num total de dez milhões, setecentos e setenta e três mil e novecentos e oitenta e um, pagáveis em Paris.

Verificado, em 12 de junho de 1936, que a importância acima, devido à oscilação desfavorável do câmbio e ao serviço de juros a que naturalmente estava sujeita, se elevara à considerável cifra de CR.\$ 18.173.128,20, correspondente à quase dezesseis milhões de francos, propusemos a liquidação imediata da dívida por CR.\$ 8.000.000,00, com a qual concordou afinal o Banco credor. Dessa operação resultou uma economia para os cofres estaduais de CR.\$ 10.173.128,20.

A história dessa infeliz transação, realizada, como dissemos, por simples ofício de quem não tinha poder para tanto, os esforços que infrutiferamente fizemos para transformar a dívida em francos, novamente, em moeda nacional, está descrita exhaustivamente em folheto que também mandamos imprimir sob o título "A transformação, em francos franceses, do débito em mil réis no Banco Francês e Italiano". (Operação efetuada em março de 1930).

De abril de 1935 até dezembro de 1937, os recursos estaduais, aplicados em amortizações e liquidações de dívidas contraídas anteriormente a outubro de 1930, atingiram a apreciável cifra de CR.\$ 61.925.204,00, total dos pagamentos do principal, juros contratuais, diferenças de câmbio e comissões.

Já fizemos ressaltar, no *Diário da Manhã*, de 23 de fevereiro de 1936, como estaríamos naquele ano comprometidos com uma dívida de CR\$ 123.354.000,00 caso tivéssemos optado por outro caminho.

Além de liberar as finanças estaduais de compromissos que consumiam, implacavelmente, vigorosas energias econômicas do Estado, o resultado prático de tudo que afirmamos cresce de importância ao levarmos em conta que CR\$ 24.310.000,00, quasi a receita de um exercício, foram poupados à economia espírito-santense: a tanto montaram efetivamente as reduções conseguidas com diferentes credores.

Dos antigos compromissos resta ainda por liquidar a dívida para com o Banco do Brasil.

Pelo contrato de unificação de dívidas, que assinamos com aquele Banco, a 22 de fevereiro de 1933, o Estado reconheceu-se em débito na importância de CR\$ 20.617.236,89.

Esta dívida, em 31 de dezembro de 1941, estava reduzida a CR\$ 12.100.000,00.

A dívida geral do Estado atinge, segundo dados fornecidos pela Contadoria Central, até 30 de outubro do corrente ano, a CR\$ 67.125.054,50, conforme a seguinte classificação:

- a) Dívida externa fundada ... CR\$ 1.060.770,00
- b) Dívida interna fundada CR\$ 52.792.790,00
- c) Dívida flutuante CR\$ 13.271.494,50

Se considerarmos, como adiante veremos pormenorizadamente, que a dívida externa fundada figura na escrita do Estado, apenas para efeito de contabilidade; que o empréstimo de consolidação tem um prazo contratual de 20 anos, para sua amortização; que o empréstimo tomado antes de 1930, com o Banco do Brasil, tem sua amortização regulada de ano em ano; que a dívida para com o Banco de Minas Gerais está vinculada ao empréstimo de Consolidação; que a conta — depósitos em dinheiro — sofre constantes mutações e não obriga o Estado a desembolso imediato — verificaremos que a dívida exigível a curto prazo fica reduzida a CR\$ 7.144.163,00. A dívida geral do Estado sofrerá, contudo, mutações para mais ou para menos, não só em virtude da execução orçamentária de 1942, ainda por apurar, como,

também, em virtude do resgate, mediante sorteio, de CR\$.. 2.500.000,00, referentes ao empréstimo de consolidação, sorteio que será realizado em 31 de dezembro do corrente ano.

Dívida Externa Fundada

Praticamente, podemos considerar o Estado sem dívida externa.

Os empréstimos em franco francês de 1908 e 1919, que constituem esta dívida, ainda não foram completamente resgatados, porque os seus portadores não se apresentaram aos banqueiros do Estado, em Paris.

Dívida Interna Fundada

Esta dívida é representada por dois empréstimos: o de consolidação, na importância de CR\$ 50.000.000,00, e o do Banco do Brasil, hoje reduzido a CR\$ 12.100.000,00.

Empréstimo de Consolidação

Em janeiro de 1941, tivemos a honra de dirigir a Vossa Excelência o seguinte ofício:

“Senhor Presidente:

Premido pelas circunstâncias desfavoráveis do comércio exterior do nosso principal produto, o café, houve por bem o Governo Federal, pelo decreto n. 2, de novembro de 1937, extinguir a taxa de 15 shilings que incidia sobre cada saca de café exportada para o exterior, da qual um terço revertia aos orçamentos dos Estados signatários do comércio cafeeiro.

A medida posta em prática, pelo Governo Federal, não resta dúvida, veio trazer benéficos resultados, permitindo considerável aumento nas nossas exportações.

A suspensão, porém, da referida taxa, agravou sobremaneira a situação financeira e orçamentária dos Estados cafeeiros, especialmente a do Espírito Santo, Estado monocultor por excelência, repercutindo dolorosamente na sua vida econômica.

Posto que justa, necessaria e patriotica, a prudencia governamental surpreendeu o Espirito Santo numa fase de inadiaveis realizações, todas exequiveis, se para isso continuassemos a contar com aquela renda extraordinaria.

Como decorrencia natural dessa medida viu-se o Estado forçado a suspender o pagamento da obrigação contrahida com o Banco do Brasil, bem como a paralisar quase todas as obras já iniciadas, com exclusão das do porto da Capital, que vem mantendo, aliás, com grande sacrificio.

Conforme relatorio que, na ocasião, tive a honra de fazer chegar ás mãos de V. Exa., o Espirito Santo devia, em 24 de outubro de 1930, a quantia de 64.154:602\$400 sendo:

em moeda nacional	40.034:518\$000
em francos francezes	5.689:024\$400
em dólares	11.911:060\$000
em libras	2.500:000\$000
(A conversão foi feita ao cambio da época)	

Atualmente, a divida do Estado está reduzida a 46.500:000\$000, sendo:

Banco do Brasil	14.400:000\$000
Apolices em circulação	12.600:000\$000
Fornecimentos, obras, depositos, etc.	10.500:000\$000
Deficit orçamentario de 1940	9.000:000\$000

Como vê V. Exa., o Governo do Estado, reduzindo sua divida, teve a preocupação de fazê-lo preferencialmente quanto á externa, cujos juros oneravam grandemente seu orçamento.

Embora a situação financeira presente não seja de graves apreensões, a paralisação do comercio, por força da conflagração européa, tem trazido dificuldades ao Estado para a consecução do seu plano administrativo, não só na parte referente á liquidação dos seus compromissos anteriores, como, tambem, quanto á assistencia necessaria ás suas fontes de produção.

Não parecendo justo ao Governo deste Estado a manutenção desse estado de coisas, por isso que retém ele, em seu

poder, creditos de terceiros, com sacrificio da sua circulação e prejuizo para a propria administração, tenho empreendido um plano para o qual necessaria se torna a expressa autorização de V. Exa., ex-vi do artigo 12 do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939:

Unificação e Consolidação da Divida do Estado

Depois dos entendimentos precisos a assuntos de tal natureza, o Governo deste Estado concretizou o plano sobre o lançamento de um emprestimo interno, por intermédio do Banco de Minas Gerais, de acôrdo com a minuta de contrato anexa. Esse emprestimo, que é de 50.000:000\$000, destina-se á liquidação da divida do Estado, que ficará unificada e consolidada, trazendo possibilidade ao fiel cumprimento das obrigações assumidas dentro do periodo de 20 anos e dará oportunidade ao Governo de prosseguir no seu plano rodoviario, agricola, educacional e portuario, sem a grave preocupação que se verifica no momento em virtude da necessidade de atender ao pagamento de uma divida disseminada, sem poder chegar a um resultado positivo.

V. Exa., Senhor Presidente, terá alcançado o objetivo do Governo deste Estado e, por certo, não o desampará nesse seu desejo que é o de bem servir ao Estado, ao País e ao Governo de V. Exa.

Submetendo o assunto á elevada consideração de V. Exa., agradeceria a providencia que V. Exa. julgasse por bem tomar, no sentido de ser o presente apêlo atendido.

Devidamente autorizado por V. Exa., consoante despacho publicado nos Diarios Officiais da União e do Estado, de 27 e 28 de junho de 1941, respectivamente, e nos termos do artigo 6.º, numero IV e artigo 33, n.º 12 do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, foi baixado o decreto-lei numero 12.836 de 20 de julho de 1941, abaixo transcrito:

“Decreto-lei n. 12.836.

Autoriza lançamento de emprestimo e emissão de apolices da divida pública estadual.

Art. 1.º — Fica a Secretaria da Fazenda autorizada a contratar, com o Banco de Minas Gerais, o lançamento de

um empréstimo de 50.000:000\$000 (cinquenta mil contos de réis), sob a emissão de 100.000 (cem mil) apolices ao portador, do valor nominal de 500\$000 (quinhentos mil réis) cada uma, vencendo o juro anual de 8% (oito por cento).

Paragrafo único — Esse empréstimo, denominado “Empréstimo de Consolidação”, se destinará, não só a consolidar a dívida interna fundada e flutuante existentes, como, também, à ampliação e aparelhamento do Porto de Vitória e desenvolvimento da rede rodoviária do Estado.

Art. 2.º — Fica igualmente a Secretaria da Fazenda autorizada a emitir as apolices de que trata o artigo 1.º e escriturar, desde logo, em conta especial, os seguintes recursos, da operação de que trata o presente decreto:

- a) renda proveniente do café de obrigação do Departamento Nacional do Café;
- b) saldo da renda arrecadada pela The Leopoldina Railway Company Limited, deduzidas as despesas de transportes e comissões contratuais;
- c) saldo da renda do Porto de Vitória, deduzidas as despesas fixadas em lei orçamentaria;
- d) dotação orçamentaria supletiva para assegurar a média mensal de 1/10 (um decimo) do encargo anual de juros e amortizações a partir de janeiro de cada ano.

Art. 3.º — Os juros serão pagos trimestralmente, na base de 10\$000 (dez mil réis) por apolice e a amortização, a partir de 1942, será de 2.500:000\$000 (dois mil e quinhentos contos de réis) por ano, ou seja o resgate anual, ao par, de 5.000 (cinco mil) apolices, mediante sorteio cuja data será combinada entre o Banco e o Estado, sujeito a processo que assegure o resgate anual de 5 (cinco) apolices por grupo de 100 (cem) de numeração consecutiva.

Art. 4.º — No contrato que o Estado firmará com o Banco de Minas Gerais, ficarão estipuladas a comissão relativa ao lançamento do empréstimo, a forma de pagamento dos juros, amortizações e respectiva comissão e movimentação da conta especial de que trata o artigo 2.º.

Art. 5.º — As apolices emitidas por força do artigo 2.º deste decreto-lei serão assinadas pelo Secretário da Fazenda e pelo Chefe da Contadoria Central do Estado.

Art. 6.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario”.

Em julho de 1941, foi assinado, mediante escritura, publicada no Diario Oficial do Estado, o contrato previsto no artigo 4.º, do decreto-lei n. 12.856, cujas clausulas principais são as seguintes:

PRIMEIRA

O Banco fica encarregado de lançar para o Estado um empréstimo de cinquenta mil contos de réis (50.000:000\$000), sob emissão de cem mil (100.000) apolices ao portador, do valor nominal de quinhentos mil réis (Rs. 500\$000) cada uma, vencendo o juro anual de oito por cento (8%).

SEGUNDA

Esse empréstimo — sob a denominação de “Empréstimo de Consolidação” — se destinará não só ao resgate da dívida interna fundada e flutuante atualmente existente, como também à ampliação e aparelhamento do Porto de Vitória e desenvolvimento da rede rodoviária do Estado.

TERCEIRA

Os juros serão pagos trimestralmente na base de dez mil réis (Rs. 10\$000) por apolice e a amortização a partir de mil novecentos e quarenta e dois (1942) será de dois mil e quinhentos contos de réis (Rs. 2.500:000\$000) por ano ou seja o resgate anual ao par de cinco mil (5.000) apolices mediante sorteio cuja data será combinada entre o Banco e o Estado e sujeito ao processo que assegure o resgate anual de cinco (5) apolices por grupo de cem (100) de numeração consecutiva.

QUARTA

O Estado abonará ao Banco uma comissão de três por cento (3%) sobre o valor total do empréstimo, pelo seu lan-

çamento, a qual será cobrada à medida que forem sendo permutadas e colocadas as apolices. Fica entendido que esta comissão será calculada na base do preço de venda das apolices.

QUINTA

Autorizado legalmente o empréstimo, o Estado entregará toda a emissão de apolices ao Banco, que desde logo providenciará a colocação dos títulos no mercado, com prévia inscrição nas Bolsas Oficiais, assim como ficará a seu cargo a troca pelas de emissões anteriores em circulação, na base que ficar estipulada. O tipo da emissão será ao par e ficará a cargo do Banco o pagamento dos juros e amortizações do empréstimo e por esse expediente o Banco terá a comissão de meio por cento (1/2%) sobre o valor total desses serviços, à medida que forem sendo realizados.

SEXTA

O decreto-lei estadual que autorizar a emissão, determinará a escrituração, em conta especial, dos recursos destinados aos juros e amortizações que serão constituídos das seguintes parcelas:

- a) renda proveniente do café de obrigação do Departamento Nacional de Café;
- b) saldo da renda arrecadada por The Leopoldina Railway Company Limited, deduzidas as despesas de transportes e comissões contratuais;
- c) saldo da renda do Porto de Vitória, deduzidas as despesas fixadas em lei orçamentaria;
- d) e uma dotação orçamentaria supletiva para assegurar a média mensal de um decimo (1/10) do encargo anual de juros e amortização a partir de janeiro de cada ano.

SETIMA

Os recursos escriturados na conta especial a que se refere a clausula Sexta (6.ª) serão depositados no Banco contratante, ao qual serão recolhidos diretamente, mediante guias expedidas pelas autoridades competentes, as rendas a que se

refere a clausula anterior. Sobre os saldos credores do Estado o Banco abonará juros de um por cento (1%) ao ano e, satisfeitas as necessarias reservas para a média mensal de um decimo (1/10) do encargo anual, as suas sobras ficarão à disposição do Estado. Se, porém, esta média mensal não for atingida, obriga-se o Estado a recolher ao Banco a diferença que fôr verificada, recorrendo para isso à dotação orçamentaria supletiva de que trata a letra "d" da clausula Sexta (6.ª).

OITAVA

Na falta de qualquer das garantias especificadamente descritas na clausula Sexta (6.ª) obriga-se o Estado a substituí-las por outras de igual valor, de maneira que o Banco possa assegurar aos possuidores o regular serviço de juros e amortizações.

NONA

Expedido decreto do Estado que autorize o empréstimo e emissão, o Banco, para imediata colocação do empréstimo, fica autorizado a firmar recibos ou cautelas provisórias, que serão trocados por apolices definitivas, cuja impressão o Estado se compromete a providenciar dentro de sessenta (60) dias da data do referido decreto.

DECIMA

O fóro, para todas as ações decorrentes deste contrato, é o da cidade do Rio de Janeiro, onde serão satisfeitas todas as obrigações d'ele decorrentes.

Demonstração do Empréstimo de Consolidação, até 31 de outubro de 1942

RECEITA

Venda de 74.593 apolices	CR\$ 37.296.500,00
Antecipação feita pelo Banco ..	CR\$ 4.596.707,90
Aplicação feita pela Secretaria da Fazenda com os recursos do exercício	CR\$ 1.202.237,60

TOTAL CR\$ 43.095.445,50

DESPESA

Liquidação de compromissos:

Troca de apolices de 6%	CR\$ 4.106.650,00
Troca de apolices de 8%	CR\$ 4.748.230,00
Juros atrasados — apolices 6%	CR\$ 588.500,00
Juros atrasados — apolices 8%	CR\$ 498.850,00
Juros Banco do Brasil	CR\$ 2.340.495,00
Restos a pagar de 1936	CR\$ 6.257,90
Restos a pagar de 1937	CR\$ 410.277,40
Restos a pagar de 1938	CR\$ 297.493,80
Restos a pagar de 1939	CR\$ 1.948.738,40
Restos a pagar de 1940	CR\$ 3.831.359,10
B. H. A. de Minas Gerais	CR\$ 1.811.280,30
Banco de Minas Gerais	CR\$ 3.000.000,00
Credores diversos	CR\$ 53.801,70
Depositos em dinheiro	CR\$ 187.920,60
TOTAL PARCIAL	CR\$ 23.829.854,20

Obras e melhoramentos:

Desapropriações	CR\$ 3.134.816,40
Inversões no Cais do Porto	CR\$ 6.629.892,80
Rodovias	CR\$ 5.410.522,30
TOTAL PARCIAL	CR\$ 15.175.231,50

Despesas com o empréstimo:

Comissão bancária (contrato)	CR\$ 1.118.895,00
Corretagens	CR\$ 15.728,10
Publicidade	CR\$ 139.352,80
Juros e Descontos	CR\$ 614.408,80
Outras despesas	CR\$ 19.051,10
TOTAL PARCIAL	CR\$ 1.907.435,80

Outras contas:

Dívida de exercícios encerrados não inscrita, sentenças judiciá- rias	CR\$ 2.182.924,50
TOTAL	CR\$ 43.095.445,50

Resultado da operação de crédito "Empréstimo de Consolidação"

O resultado dessa operação poderá ser convenientemente apreciado pela seguinte carta que o Banco de Minas Gerais dirigiu à Interventoria Federal:

"Exmo. Senhor:

Para exame e apreciação de V. Exa., temos o prazer de apresentar o resultado da operação de crédito — Empréstimo de Consolidação — autorizada pelo decreto-lei n. 12.836 de 20 de julho de 1941.

CR\$ 50.040.070,00 (cinquenta milhões quarenta mil e setenta cruzeiros) importância creditada ao Estado pela colocação de 100.000 (cem mil) apolices ao portador, do valor nominal de CR\$ 500,00 (quinhentos) cruzeiros cada uma, vencendo o juro anual de 8%.

Pelo total creditado, verifica-se que parte das apolices foram colocadas no mercado ao par e as restantes acima do par, resultando um benefício para o Estado de CR\$ 59.036,00 (cinquenta e nove mil e trinta e seis cruzeiros).

Ainda, devidamente autorizados por V. Exa., procedemos à compra, troca e resgate das apolices dos empréstimos anteriores do Estado, emissão decreto n. 3244, de 3 de abril de 1918 e n.º 7080 de 14 de agosto de 1925, apurando a favor do Estado CR\$ 1.765.137,20 (um milhão, setecentos e sessenta e cinco mil e cento e trinta e sete cruzeiros e vinte centavos), detalhadamente:

Apolices dec. 3.244, de 3-4-1918
— 6%

5.542 apolices de valor nominal ..	CR\$ 5.556.000,00
Custo	" 4.082.955,20
Lucro bruto	" 1.468.044,80
Despesas	" 44.385,00
Lucro líquido	CR\$ 1.428.659,80

Apolices dec. 7.080, de 14-8-925
— 8%

4.511 apolices de valor nominal ..	CR\$ 4.511.000,00
Custo	" 4.093.030,00
Lucro bruto	" 417.970,00
Despesas	" 81.492,60
Lucro liquido	" 336.477,40

(No total das despesas está incluída a importância de CR\$ 76.717,20 relativa à compra e venda de apolices na Bolsa, por conta do Estado).

Tendo o Estado contratado com o Banco o encargo do lançamento do Empréstimo contra pagamento da comissão de 3% (três por cento), dispendeu o Estado a quantia de CR\$ 1.500.000,00, (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), apurando, em compensação, em seu benefício, as quantias acima mencionadas de CR\$ 59.036,00 e CR\$ 1.765.137,29, resultando a favor do Estado, depois de pagos todos os encargos do novo Empréstimo, o saldo liquido de CR\$ 324.173,20 (trezentos e vinte e quatro mil cento e setenta e três cruzeiros e vinte centavos).

Congratulamo-nos com V. Exa., pelos bons resultados obtidos e apresentamos nossa admiração pela maneira rápida e segura com que V. Exa. sempre orientou os nossos trabalhos. Reiterando os protestos de nossa mais elevada consideração, subscrevemo-nos muito atenciosamente.

Banco de Minas Gerais S.A.
30 de dezembro de 1942".

Empréstimo do Banco do Brasil

A 22 de fevereiro de 1933, assinamos uma escritura de prorrogação de contrato e unificação de dívidas, pela qual se obrigou o Estado a liquidar seu débito para com o Banco, avaliado em CR\$ 20.617.236,894, durante dez anos, ao juro de 7%. Foram incluídos na operação CR\$ 446.192,60, da Prefeitura de Vitória.

Esse débito resultou, em grande parte, do seguinte: Empréstimo de CR\$ 3.000.000,00 de um crédito em conta corrente a 8%, obtido por escritura em 24 de agosto de 1928; adiantamento de CR\$ 1.000.000,00, em agosto de 1929, e de CR\$ 2.000.000,00 em setembro de 1929, obtidos para pagar as prestações semestrais do Banco Italo-Belga; débito esse que se elevava a CR\$ 3.393.433,68, com juros devidos, em três anos, até 30 de setembro de 1932; notas promissórias a favor do Banco do Espírito Santo, no total de CR\$ 4.412.500,00, e de diversos particulares no total de CR\$ 450.000,00, emitidas pelo último Governo Constitucional.

Débito da Prefeitura de Vitória, no total de CR\$ 446.192,60, por uma nota promissória e em conta corrente; finalmente, CR\$ 4.000.000,00 obtidos em janeiro de 1931 e aplicados em depósitos nos Bancos Italo-Belga, Francês-Italiano e Bank of London South America Ltd. e no pagamento dos débitos em dólares à firma Verenuy Stalworks A. G. e The Baldwin Locomotive Works.

O acordo celebrado em fevereiro de 1933 representou uma economia para os cofres estaduais de cerca de CR\$.. 3.000.000,00, calculados os juros dos antigos compromissos pela taxa média de 10%.

Até abril de 1935, de acordo com o contrato, o Estado já havia pago ao Banco a quantia de CR\$ 8.039.144,20, sendo CR\$ 5.500.000,00 do capital e CR\$ 2.539.144,20 de juros à razão de 7% ao ano.

Em 1936 e 1937, foram pagos CR\$ 3.300.000,00 de amortizações e CR\$ 2.976.066,70 de juros. Total amortização — CR\$ 8.800.000,00; juros — CR\$ 5.515.210,90.

A partir de 1937, em virtude da extinção, pelo Governo Federal, da taxa de 15 shillings que incidia sobre cada saca de café exportada para o exterior, da qual um terço revertia ao orçamento do Estado, fomos forçados a suspender o pagamento da amortização do capital da dívida para com o Banco, limitando o pagamento apenas aos juros contratuais, que estão rigorosamente em dia.

Assim sendo, de fevereiro de 1933 até à presente data, o Estado já pagou ao Banco do Brasil a quantia de CR\$... 18.542.850,30, sendo CR\$ 8.800.000,00 para amortização

do capital e CR\$ 9.742.850,30 correspondente a juros de 7% ao ano.

Não fôra a providencia acima citada, aliás justa, necessária e patriótica, o Estado teria liquidado completamente o seu debito, na epoca fixada pelo contrato, 22 de outubro de 1942.

Atualmente, o Estado é devedor ao Banco de CR\$ 12.100.000,00.

Divida flutuante

Como vimos anteriormente, a divida flutuante do Estado é de CR\$ 13.271.494,50, com a seguinte discriminação:

Banco H. e Agrícola de Minas Gerais	CR\$ 389.496,00
Banco de Minas Gerais S. A.	CR\$ 4.736.433,90
Banco Comércio e Indústria de M. Gerais	CR\$ 2.281.777,50
Cia. Nacional Comércio de Café ..	CR\$ 1.091.140,50
Restos a pagar de 1936 a 1940	CR\$ 1.126.032,90
Restos a pagar de 1941	CR\$ 495.033,20
Juros de apolices	CR\$ 389.995,00
Credores diversos	CR\$ 616.625,20
Depositos em dinheiro	CR\$ 2.144.960,30

Ao concluirmos o presente capitulo, desejamos ressaltar que, da cifra de CR\$ 67.125.054,50, a qual representa a divida do Estado em 31 de outubro de 1942, CR\$ 21.120.000,00 são compromissos assumidos por administrações anteriores a outubro de 1930 (Banco do Brasil e Apolices de 6% e 8%), o que vem reduzir os compromissos assumidos durante nossa Administração a CR\$ 46.005.554,50.

A presente situação financeira corresponde apenas a um aumento de CR\$ 2.991.443,04 a mais do que a existente no início da nossa Administração.

Balanço patrimonial

A situação do patrimonio estadual, em 31 de outubro do corrente ano, é a que se observa do demonstrativo abaixo:

O ativo está constituído da importancia de CR\$ 127.938.550,90, representado pelos seguintes títulos: Bens

do Estado — CR\$ 109.437.016,90. Títulos e valores — CR\$ 4.929.866,00. Créditos — CR\$ 12.067.654,70. Sal-dos — CR\$ 1.504.013,30.

O passivo, no valor de CR\$ 67.125.054,50, está consti-tuído de Divida Fundada — CR\$ 53.853.560,00. Divida Flutuante — CR\$ 13.271.494,50.

O Patrimonio Liquido, que é a diferença entre o ativo e o passivo, é de CR\$ 60.813.496,40.

Orçamento de 1942

Pelo decreto-lei n. 13.054, de 28 de novembro de 1941. a receita geral do Estado para o exercicio de 1942 foi orçada em CR\$ 43.656.000,00 e a despêsa fixada em CR\$ 43.570.053,00, ficando previsto um saldo de CR\$ 85.947,00, o que representa, em verdade, uma igualdade entre a receita prevista e a despesa fixada.

No ano de 1941, havíamos arrecadado a quantia de CR\$ 40.661.328,50. Por consequencia, não havia sido exagera-da a previsão que fazíamos ao submeter o projeto de orça-mento ao Departamento Administrativo do Estado.

Contudo, o orçamento em curso foi grandemente per-turbado, não só devido à paralisação dos embarques do café da safra 1942/1943 do interior para os portos de embarque, à irregularidade da navegação internacional e de cabotagem, motivada pelos covardes ataques de submarinos do Eixo aos nossos navios como, também, às chuvas e enchentes que as-solam o Estado desde novembro.

No ano de 1941, exportamos 896.699 sacas de café para o estrangeiro e cabotagem. Em 1942, a exportação atingiu apenas a 505.080 sacas, o que representa uma dife-rença, para menos, de 391.619 sacas.

Só esta diferença corresponde a uma diminuição de ar-recadação de cerca de CR\$ 7.000.000,00.

Execução orçamentaria até 31 de outubro de 1942

A receita orçamentaria arrecadada até 31 de outubro proximo passado somou CR\$ 26.834.552,50, com exclusão dos serviços industriais de julho a outubro. Tomando-se em conta a razão duodecimal em periodo identico, verifica-mos que houve uma receita a menos de CR\$ 9.557.139,60.

A despesa realizada atingiu a CR\$ 33.400.370,60.

As arrecadações referentes aos impostos e taxas, que não dependem exclusivamente do café, tais como Territorial, Transmissão de Propriedades e Imóveis Inter-vivus, Vendas e Consignações, Inversão de Capitais, Defesa da Produção, Rodoviárias, Fins Educativos, Fiscalização e Serviços Diversos, Contribuições sobre Madeiras e Minerais, Ocupação de Terras Devolutas, Venda de Prédios ou Próprios Estaduais, Venda de Terras, Receita de Exercícios Anteriores, Multas, apresentaram um saldo global, ou "superavit", de CR\$ 4.067.791,00.

Em compensação, as taxas e impostos cujas arrecadações estavam ligadas à movimentação e exportação do café, tais como Defesa do Café, Assistência Social, Porto de Vitória, Contribuições Diversas (Restituição pelo D. N. C. da taxa de CR\$ 6,00 cobrada por saca de café exportada para o exterior), apresentaram uma arrecadação a menos ou um "deficit" de CR\$ 10.845.090,50.

A receita sobre combustíveis e lubrificantes, arrecadada pelo Conselho Nacional de Petróleo e devolvida aos Estados, em virtude do racionamento, apresentou um "deficit" de CR\$ 762.581,40, sobre o orçado.

BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA

A obra iniciada em 1930 e desenvolvida sob a patriótica orientação do Governo Provisório teve, no Espírito Santo, um marco expressivo a assinalar-lhe o termo: — a criação do Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo, consoante os decretos-leis ns. 6.627 e 6.639, de 9 e 10 de agosto de 1935, ainda firmados com a cuidadôsa colaboração do colendo Conselho Consultivo. Era mais uma importante providência e uma grande medida final, baixada pela Interventoria, em amparo à produção espírito-santense, especialmente à sua digna e operosa lavoura.

Dificuldades posteriores, decorrentes umas da nova reorganização administrativa do País e outras da rigidez de disposições e princípios orgânicos sobre o cooperativismo, determinaram, porém, a transformação dessa primeira idéa no plano do atual Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S. A. Assim, foi resolvido, após demorados estudos da Di-

retoria de Organização e Defesa da Produção, no Ministério da Agricultura, e de acôrdo com a lei estadual n. 68, de 17 de junho de 1936.

Com a feição de uma autarquia administrativa, pôde afinal o Banco ser instalado a 15 de outubro de 1937, tendo o Governo Estadual concorrido com 98% de seu capital de CR.\$ 5.000.000,00, logo integralizados. Não devendo visar lucros dirêtos, o Estado abriu logo uma conta vinculada, no intuito de constituir um fundo exclusivamente destinado a novos benefícios em proveito da lavoura, como seria o oportuno aumento do capital do Banco. Alimentada periodicamente com o que pôde caber ao Governo, pelos títulos de sua propriedade, e, eventualmente, pelo produto da venda das ações que este logo autorizou a transferir a particulares interessados na organização, essa conta já nos permitiu mais de uma vez asseverar o propósito deste Governo em subscrever grande parte das novas ações, quando o necessário aumento do capital for, porventura, aprovado.

A ascendência que a organização dada a esse instituto de crédito assegura ao Governo Estadual, como detentor da maioria das ações, permite-lhe acompanhar, até onde razoavelmente admissível, o desenvolvimento da produção e das iniciativas merecedoras de apoio. Uma proveitosa coordenação dos órgãos próprios desse estabelecimento, com as autoridades técnicas, incumbidas de orientar e fiscalizar a produção agrícola, a criação em geral e o aproveitamento industrial de alguns produtos agrários, tem permitido poupar dispendios aos produtores em trabalhos, por exemplo, de avaliação das garantias oferecidas em penhor, como depois na fiscalização da rigorosa aplicação dos financiamentos, conforme contratada.

O Banco continúa buscando aproximar-se o mais possível dos produtores; não tendo tido o desejado êxito várias tentativas afim de estabelecer definitivamente, neste Estado, o cooperativismo em largas bases apreciáveis, ainda mesmo com o possível apoio oferecido pelo mesmo instituto, procura estender cada vez mais a sua rede de Agências e Escritórios por todo o território espírito-santense. Fazendo-o, vai, desde logo, ligando-a, como é natural, ao conjunto de conceituados representantes, que mantem nas principais praças do País.

Tratando-se de uma organização propriamente regional, não quizeram até agora os responsáveis diretos por sua administração operar ou atuar fóra do território espírito-santense, apesar das vantagens que dessa nova posição poderiam advir: é uma situação merecedora de particular relevo para o produtor capixaba.

Alguns outros aspectos da cooperação dos órgãos dirigentes ou responsáveis diretos pelo acreditado instituto de crédito, com algumas funções do Governo, em prol dos mais elevados interesses do Estado, devem ser aqui resumidamente recordados.

Graças a essa disposição, em momento de sérios embargos da Companhia Espírito Santo e Minas de Armazens Gerais (Cesmag), uma das mais antigas empresas espírito-santenses, com vinte anos de serviços e um capital de um milhão de cruzeiros, pôde o Governo, cedendo e transferindo ao Banco, sem quaisquer onus, as ações da Companhia, permitir um novo rumo a seus negócios. Além de notável auxílio da produção espírito-santense, essa importante Companhia vem contratando, desde o início, o serviço oficial de retenção do café, como Armazens Reguladores.

Com o esclarecido concurso da administração do Banco, pôde o Estado, recentemente, ver operando, com perfeita eficiência, a Companhia de Expansão Rural Espírito-Santense (CERES): destinada a reunir nesta Capital a variada produção dos mais modestos agricultores estaduais, assim como das pequenas indústrias rurais, propõe-se essa empresa a armazená-la cuidadosamente e beneficiá-la, quando preciso, até a vantajosa colocação dos artigos. Não podendo visar lucros injustificáveis, este organismo completa o aparelhamento que o Governo deste Estado imaginou e pôde oferecer aos seus laboriosos produtores.

Em grande parte, ao apoio do Banco, deve-se o que de melhor pôde ser conseguido no fornecimento higiénico do leite e na expansão da indústria incipiente de laticínios.

Cogitando do futuro da nossa agricultura, o Banco instituiu, segundo foi divulgado, uma bolsa de estudos, destinada a permitir que o aluno mais destacado de cada turma da Escola Prática de Agricultura prossiga nos estudos, em qualquer das Escolas Superiores dessa especialidade.

Sempre atenta ao cuidado de proporcionar crédito às iniciativas dignas, a administração do Banco já solicitou, por nosso intermédio, aos altos poderes da República, a imprescindível revisão das disposições legais reguladoras de mais um título negociável pelos produtores — o bilhete de mercadoria.

Sem apreciar agora o movimento verificado na Carteira Comercial, quando apenas nos preocupa salientar a atuação desse instituto de crédito, direta ou imediatamente, no setor da produção e como órgão próprio de fomento agrícola, foi o seguinte, transformado em cruzeiros, o movimento da respectiva Carteira Agrícola, segundo demonstração dos balanços anuais anexados aos minuciosos relatórios de sua diretoria nos primeiros anos de trabalho:

1938		2.027.793,10	1939		2.117.882,90
1940		2.692.952,90	1941		3.477.823,20

E' desnecessário demonstrar, entretanto, como numerosas operações registradas na Carteira Comercial são, também, de amparo à lavoura, ou refletem-se, nem sempre remotamente, no setor próprio da produção, maximé num Estado, como este, de feição predominantemente agrícola.

BOLSA OFICIAL DE MERCADORIAS

A Bolsa Oficial de Mercadorias de Vitória, primitivamente Bolsa Oficial de Café, foi criada em 19 de março de 1929, pelo decreto estadual n. 9.382, e reorganizada pelo decreto n. 4.268, de 28 de novembro de 1933.

Aparelho delicado, de grande eficiência para proteger os negócios do produto básico de nossa economia, mereceu sempre da nossa parte constantes cuidados.

As sucessivas alterações decretadas em seu Regulamento deixam facilmente perceber o desejo de adaptá-la como elemento seguro de informações rápidas para a lavoura e de perfeita garantia para os contratos de compra e venda dos negócios realizados na praça de Vitória.

Foi esse objetivo que ditou a transformação da antiga Bolsa Oficial de Café em Bolsa Oficial de Mercadorias de Vitória, por decreto-lei n. 13.617, de 22 de junho de 1942, devidamente aprovada pelo exmo. sr. Presidente da República, com a finalidade de promover o desenvolvimento do co-

mércio, a classificação dos principais produtos agrícolas espírito-santenses de exportação e regulamentar suas operações a termo (café, cacáu, fibras de guaxima, mamona e algodão).

Sua principal fonte de renda provém da classificação obrigatória do café de procedencia do Estado, entrado nos Armazens Reguladores de Vitória.

No periodo de 1931/1942, elevou-se a receita da Bolsa á expressiva cifra de CR.\$ 1.855.743,80, contra uma despesa de CR.\$ 1.664.336,55. Ademais, no mesmo espaço de tempo, financiou-se a Caixa de Liquidação Oficial na importância de CR.\$ 35.033,84; a Camara Sindical de Corretores de Fundos Públicos de Vitória, até 30-6-1941, com CR.\$.. 21.525,27, cujo debito continúa descoberto, e dispendeu-se, em Serviços de Propaganda, a soma de CR.\$ 33.591,64.

Foram classificadas no decenio agrícola de 1931/32 a 1941/42, pelo seu quadro de classificadores, 13.211.317 sacas de café, e, por autorização especial do sr. Diretor do Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, 670 fardos de algodão espírito-santense, com 100.895 quilos.

Após sua transformação, foram classificados, no periodo de agosto a novembro, do corrente ano, os seguintes produtos:

Cacáu	6.568 sacas, com 412.380 quilos
Mamona	4.462 sacas, com 267.360 quilos
Milho	900 sacas, com 54.000 quilos
Guaxima	273 fardos, com 54.106 quilos
Algodão	103 fardos, com 17.387 quilos

Da reforma introduzida na Bolsa, e de acôrdo com o regulamento federal aprovado pelo decreto n. 5.739, de 29-5-1940, destaca-se a obrigatoriedade da padronização e classificação dos principais produtos agrícolas da lavoura espírito-santense, que só poderão ser exportados mediante apresentação do competente certificado de classificação, expedido pela Bolsa, junto à Recebedoria do Estado. Essa medida é, incontestavelmente, de grande relevancia, porque exige do agricultor a melhoria de seu produto e, do exportador, o cumprimento fiel da entrega da mercadoria de acôrdo com a venda efetuada, contribuindo desse modo para a propaganda dos produtos do Estado nos mercados aquisitivos.

DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA, TERRAS E OBRAS

FOMENTO DA PRODUÇÃO

Sem abandonarmos o nosso principal produto, o café, realizamos verdadeira cruzada em prol da policultura.

Encarando o desenvolvimento da produção sob os seus diversos aspectos técnicos e economicos, empregamos as maiores atividades neste setor da administração.

Não foram poupadas despesas visando o fomento da agricultura, base da riqueza economica do Estado. De 1931 a 1942, foram dispendidos CR\$ 15.905.392,60 com serviços de agricultura. Desse total foram gastos:

	CR\$
a) — Maquinas agrícolas	2.957.285,40
b) — combate á saúva	1.609.297,40
c) — inseticidas e fungicidas	1.602.635,80
d) — maquinas para estabelecimentos agrícolas	1.245.713,10
e) — aquisição de plantas	1.199.125,00
f) — aquisição de sementes	1.279.531,50
g) — construções agrícolas	948.569,70
h) — material biologico	770.024,40
i) — fabricas p industrialização de mandioca	524.680,20
j) — aquisição de reprodutores	720.547,90
k) — material de laboratório	398.255,50
l) — exposições e propaganda agrícola	345.100,20
m) — ensino agrícola, inclusive Escola Prática de Agricultura	752.972,50
n) — aquisição de propriedades agrícolas	240.382,00
o) — Escola Prática de Agricultura (construção)	1.311.272,00

Os indices da produção apresentam os seguintes resultados:

	1931	1940
Cacáu	2.967 sacos de 60 ks.	21.577
Mandioca	60.000 toneladas . . .	648.145
Feijão	58.300 sacos de 60 ks.	158.050
Arroz	71.500 sacos de 50 ks.	231.835
Milho	916.600 sacos de 60 ks.	1.047.292
Mamona	—	1.539.777 quilos
Batata	222 toneladas . . .	2.661
Laranjas	37.700 centos	1.443.871 centos
Aves	75.938 ks.	1.000.009 ks.
Ovos	45.723 ks.	674.143 ks.
Guaxima	—	1.710.054 ks.
Sêda	—	1.500 ks.

Algodão

Seria inadmissível que a cultura do algodão, seduzindo a atividade de outros Estados de mais robusta capacidade econômico-financeira, não encontrasse no Espírito Santo alguma repercussão.

Até 1935, não era conhecida a produção algodoeira do Estado. Naquele ano, foram distribuídos 15.000 quilos de sementes, oriundas de São Paulo, a lavradores localizados em Baixo Guandú, Colatina, Itaguassú, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Siqueira Campos e João Pessôa.

Em 1936, a produção atingiu a 152.000 quilos e, no ano seguinte, a 300.000 quilos em pluma.

A safra de 1938 alcançou 400.000 quilos e a de 1939 estava representada por 700.000 quilos.

Em 1940 e 1941 as safras foram, respectivamente, de 1.500.000 e 1.700.000 quilos.

A cultura do algodão foi amparada pelo Estado com a montagem de duas usinas completas para seu beneficiamento (Baixo Guandú e Sabino Pessôa), compra de 10 descaroçadores e de uma prensa de reprensagem, distribuição de sementes e organização de campos de cooperação.

Fumo

Esta cultura apresenta significativo desenvolvimento.

Em 1931, a produção era de 65 mil quilos. Já em 1938 a produção subia a 327 mil, ou seja um aumento de 403%.

Para o preparo da folha do fumo, foram montadas 9 estufas Brait, em diversas regiões do Estado.

Citricultura

O fomento da citricultura foi grandemente incrementado. Em 1935, foram adquiridos, por 150 contos, 100.000 enxertos de citrus, da cooperativa de plantadores de citrus do Município de Santa Leopoldina. Destes 100.000 enxertos, 63 mil foram plantados nos Municípios de Santa Leopoldina, Cariacica e Domingos Martins. Os restantes foram distribuídos por outros Municípios.

No Município de Cariacica estão sendo realizados novos plantios dos quais se destaca o que está sendo feito pela Cooperativa Agrária de Cariacica S. A. que já plantou, até o presente, 16.000 enxertos de laranjeiras.

De 1940 para cá, foram distribuídos 98.611 enxertos.

Em 15 de julho de 1935, pelo decreto número 6.517, foram concedidos aos agricultores do Município de Santa Leopoldina, que se organizaram em Cooperativas, especiais favores com relação à citricultura, em virtude dos quais é hoje aquele Município o principal centro produtor de laranjas do Estado.

Em 1939, foram estes favores ampliados pelo decreto-lei número 10.567, que autoriza o Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras a fornecer, gratuitamente, enxertos de laranja a todo cidadão que se propuser a plantar, no mínimo, 1.000 enxertos, em terrenos situados nas proximidades da Capital do Estado, até a distância máxima de 20 quilômetros.

A produção de laranjas cresceu de 37.700 centos, em 1931, para 1.443.871 em 1941.

Mandioca

A mandioca encontra no Estado condições muito favoráveis à sua cultura.

E' ela cultivada, em maior ou menor escala, na totalidade dos Municípios.

Para sua industrialização foram montadas 10 usinas para preparo de raspas e féculas, nos Municípios de Santa Leopoldina, Alfredo Chaves, Itapemirim (2), Siqueira Campos, São Mateus, Calçado, Cariacica, Santa Cruz e Conceição da Barra, e dois moinhos com capacidade de 250 sacos diários, localizados em Itaquari e Itapemirim.

M a m o n a

Como ás demais culturas, também á da mamona, totalmente desconhecida no Estado até 1933, dispensamos especial atenção. Distribuímos grande quantidade de sementes, notadamente da variedade anã 29. Em 1938, já a produção dessa preciosa oleaginosa atingia a 650.000 quilos, elevando-se para 1.994.247 quilos em 1941.

O amendoim e sua industrialização

Uma nova indústria, capaz de contribuir para o esplendor economico de uma grande região e, quiçá, para todo o Espírito Santo, foi organizada e está iniciando suas atividades no Município de Itapemirim.

Trata-se da industrialização do amendoim com a extração e refinação do óleo, destinado á alimentação e ao aproveitamento de seus resíduos para tortas e farélos, assim como para o fabrico de sabões e sabonetes. Fundada, para este fim, uma companhia agro-industrial naquele Município, já estão sendo assentados os respectivos maquinismos e em plena marcha as atividades da empresa, a-fim-de dotar o Estado, em breves dias, de mais um organização de trabalho, riqueza e progresso.

Sendo, como realmente o são, as terras espírito-santenses, acentuadamente as da zona sul do Estado, escolhidas para campo de ação da nova companhia, ótimas para a cultura de oleaginosas em geral, não faltará á esperançosa indústria a matéria prima para a realização dos seus objetivos.

Indo ao encontro da iniciativa particular, sempre que esta procura movimentar as nossas fontes de riqueza, o Go-

verno Estadual emprestou á nova organização o seu apoio e auxilio, concretizados nos seguintes pontos: fornecimento, para distribuição gratuita aos lavradores de Itapemirim, de sementes selecionadas de amendoim, para o plantio de uma área de 2.000 (dois mil) hectares; cessão, para as instalações da empresa, pelo prazo de cinco anos, de um prédio situado em Itapemirim, com uma área útil de cerca de 1.000 ms²; custeio do transporte de todo o maquinario da companhia, até o local da instalação; assistência técnica e fornecimento de máquinas agrícolas para as plantações e cultura do amendoim. E, como a nova usina, no âmbito de suas atividades, promoverá o aproveitamento industrial do caroço do algodão, o Estado ceder-lhe-á, gratuitamente, 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) quilos desse sub-produto, ainda sem aplicação nacional entre nós, procedente das usinas de beneficiamento de algodão do Estado.

A capacidade de produção mínima da usina, anualmente, será de 3.000.000 de quilogramas de amendoim em casca, ou sejam, 700.000 quilos de óleo refinado.

Pelo contrato assinado entre o Governo do Estado e a empresa, obrigou-se esta última a uma produção mínima, no periodo de cinco anos, de 1.000.000 de quilogramas de óleo de amendoim, 2.500.000 quilogramas de torta de amendoim, para alimentação do gado, e 100.000 quilos de sabonete e sabão.

A companhia se comprometeu, outrossim, a consumir, em igualdade de condições, matéria prima cultivada no Estado, assim como a fornecer, por preços especiais, aos criadores do Espírito Santo, a torta de amendoim e outros produtos de sua fabricação, próprios para alimentação do gado.

A industrialização do amendoim, ora iniciada sob os auspícios e decidido amparo da administração estadual, virá, certamente, contribuir para a movimentação de novas riquezas e trabalho na terra espírito-santense.

C a c á u

A cultura do cacáu, uma das mais futuras do Estado, foi intensificada sob a orientação da Estação Experimental de Goitacazes, que passou á administração do Estado em 1932.

Suas instalações foram ampliadas com a construção de uma estufa para a secagem do cacáu e casa de fermentação.

No sentido de intensificar a cultura do cacáu, foram dadas todas as providências possíveis para facilitar não só novos plantíos como a secagem do produto. Para tal, foram prorrogados os favores da lei número 1.711, de 18-2-1929, que concedia, gratuitamente, o título definitivo de propriedade de terreno devoluto, na base de 1 hectare por 200 pés de cacáu plantados no referido terreno.

Pela Estação Experimental de Goitacazes foram distribuídas, gratuitamente, sementes para plantío.

Foram fornecidos trilhos, chapas de ferro, rodeiros e outros materiais necessários á instalação de "barcaças" e estufas para secagem de cacáu.

Foi organizado o transporte fluvial com uma lancha navegando entre Colatina e Regencia, na Barra do Rio Dôce, e abriu-se a estrada de rodagem de Linhares para Vitória.

Em 1930, a produção de cacáu era de 2.966 sacos de 60 quilos.

Em 1941, essa produção passou a ser de 23.724 sacos.

O número de pés plantados era de 1.100.000 em 1930, e, em 1941, passou a ser de 5.500.000.

Cereais

Para incrementar a produção dos cereais, foram adquiridos e fornecidos aos lavradores, pelo preço de custo e mesmo abaixo desse preço, grandes partidas de sementes, máquinas para preparo do terreno, plantío e cultivo das lavouras, conjuntos mecanizados para facilitar os trabalhos nas grandes áreas e assistência técnica pelos agrônomos regionais auxiliados por técnicos agrícolas, e aradores, tendo ainda sido estabelecido o regime dos campos de cooperação.

Campos de Cooperação

No sentido de incrementar a produção, pela demonstração prática dos processos racionais de cultura, o Estado vem mantendo um sistema de Campos de Cooperação, com os lavradores, nas respectivas propriedades, mediante contratos

pelos quais o Governo fornece, na vigência dos mesmos, máquinas e utensílios agrícolas necessários aos trabalhos daqueles campos, sementes selecionadas, com 50% de abatimento sobre o preço do custo, sendo, gratuitamente, as de algodão; os produtos da colheita pertencem aos respectivos lavradores que podem, também, se lhes convier, adquirir, após terminado o contrato, todas as máquinas empregadas, com 50% de abatimento sobre o custo.

De efeito incontestável para ambas as partes, o número desses campos tem ocupado sempre todos os recursos que lhes tem sido destinados, de material e assistência técnica.

Os campos de cooperação, cujos contratos estão em vigor, ascendem a 174, distribuídos por diversos municípios.

Distribuição de sementes

Medida de suma importância na questão do fomento, é o fornecimento de sementes para plantío. Mal desponta a época de semeadura, inúmeros lavradores dirigem-se aos nossos serviços agrícolas para obter as sementes que desejam para suas searas. E, todos os anos, são milhares de quilos de sementes de diversas espécies que, depois de convenientemente examinadas quanto às probabilidades de sua produção econômica e após serem devidamente expurgadas, são fornecidas em condições módicas aos lavradores.

De 1936 até o presente, é o seguinte o montante das sementes distribuídas:

Milho	108.430 quilogramas
Arroz	85.222 "
Feijão	12.622 "
Batata	145.187 "
Mamona	27.766 "
Amendoim	28.850 "
Algodão	329.114 "
Cacáu	76.680 frutos
Hortaliças	346 quilogramas
Capim	35.578 "
Juta	35 "
Trigo	19.534 "

Maquinas agrícolas

No mesmo intento de facilitar os lavradores, o Estado adquire anualmente avultadas partidas de maquinas agrícolas de diversos tipos e natureza, que são cedidas aos interessados, quer por empréstimos, quer por venda. Até 1938, essas vendas eram feitas com redução de 50% sobre o custo. Dessa data em diante, passaram a ser vendidas pelo custo, em pequenas prestações.

No corrente ano estão em serviço, nos diversos municípios do Estado, as seguintes maquinas:

549 arados, 7 conjuntos motorizados e 152 maquinas diversas, também destinadas à cultura mecanica.

Côco da Baía

Esta cultura teve extraordinario impulso. Existindo de modo inexpressivo quasi que exclusivamente no norte do Estado, passou, pela propaganda feita pelos serviços do Departamento de Agricultura, a disseminar-se por outras regiões. Fizeram-se viveiros de mudas nas propriedades agrícolas do Estado e muitos milhares delas foram compradas no Norte do País, para assim poder atender aos pedidos dos lavradores interessados, computando-se em cerca de 40.000 o total das mudas plantadas no Estado nestes últimos cinco anos.

Guaxima e Juta

Interessado na exploração racional da guaxima, foram divulgadas instruções aos agricultores quanto à sua cultura, feitas aquisições de sementes para fornecimento aos lavradores e organizados pequenos campos de demonstração.

Para a juta impunha-se primeiramente a produção de sementes, para cedê-las a preço módico aos lavradores. Para isso, foram, em Linhares, Baixo Guandú, Viana e Santa Tereza, organizados pequenos campos dessa planta textil com sementes obtidas por intermedio da JUCUTUQUARA INDUSTRIAL LTDA., que se dedica à fabricação de sacos de aniagem com fibras nacionais e outras adquiridas em São Paulo.

Fruticultura

Para o desenvolvimento da fruticultura foram instaladas duas estações experimentais, uma de frutas européas e outra para espécies de climas tropicais.

A Estação de Fruticultura de Santa Maria, destinada à cultura de frutas européas, instalada no município de Santa Leopoldina, em 1935, compõe-se de casa de administração, galpão de maquinas, armazéns, laboratório, casas para operarios, ripados para sementeiras, etc.

Esta Estação distribuiu até 1941:

Videiras	136.900	Ameixeiras	1.914
Citrus	48.066	Abacateiros	2.855
Pessequeiros	2.972	Caquiseiros	770
Pereiras	187	Marmeleiros	7.974
Figueiras	5.927	Nespereiras	772

A Fazenda Sant'Ana, nos arredores de Vitória, destinada ao cultivo de frutas tropicais, foi instalada em 1938.

Até 1941, essa Fazenda distribuiu:

Citrus	81.521	Côcos da Baía	18.238
------------------	--------	-------------------------	--------

Na Fazenda Sant'Ana faz-se, também, criação de aves e suínos, servindo ela de entreposto de venda de reprodutores aos criadores dos municípios do centro do Estado.

Sericicultura

A Estação Sericícola de Vargem Alta é uma das maiores realizações do Governo em prol do desenvolvimento da economia do Estado. Criada em epoca anterior a 1930, a Estação sofreu, desde 1936, uma série de obras de vulto, entre as quais o edificio sério com suas dependências, o laboratório, a remodelação de todo o recinto da sede da Estação, casas para funcionarios e operarios, etc.

Foram adquiridos maquinismos destinados aos trabalhos de fiação e tecelagem, que estão em pleno funcionamento.

Para incentivo dessa futura fonte de produção, foram, pela Estação Sericícola, distribuídas, gratuitamente, estacas de amoreiras cujo número já se eleva a 600.000.

No começo do corrente ano foi destinada a importância de cem mil cruzeiros (CR\$ 100.000,00) para estímulo aos agricultores que se entregarem à cultura de amoreiras.

A todo lavrador que plantar neste Estado um mínimo de 1.000 amoreiras será concedido um prêmio, em dinheiro, de CR\$ 200,00 (duzentos cruzeiros). Prevê o plano elaborado pelo Governo um plantio de 500.000 amoreiras, que, somadas às 600.000 já existentes, darão um total de 1.100.000, a ser alcançado até outubro de 1943.

As perspectivas da sericicultura no Espírito Santo são as melhores possíveis, achando-se os nossos agricultores decididamente empenhados em acorrer aos apelos da administração estadual, criando para si próprios mais uma fácil e rendosa atividade com a qual contribuirão, por sua vez, para maior relevo econômico da terra espírito-santense.

Também foi feita a distribuição gratuita de ovos de *Bombyx-mori* que, a princípio, importados, são já produzidos na própria Estação Sericícola.

Foi adquirida dos criadores do bicho da seda toda a produção de casulos por preços de estímulo, e, finalmente, foi dada não só pela administração da Estação como pelo seu corpo de técnicos itinerantes, a assistência necessária a quantos procuraram explorar essa rendosa atividade de produção.

A sericicultura oferece índices bem expressivos. A linha ascensional, apresentada pela produção de casulos, comprova esse progresso.

De 53 quilos no primeiro ano de produção, isto é, em 1933, já atingiu, até 1941, um total de 31.437 quilos.

No período de 1931 a 1941, a Estação Sericícola distribuiu 544.350 estacas de amoreira. Produziu 7.366 gramas de ovos e distribuiu 41.092 gramas. A distribuição dos primeiros anos era toda importada.

A produção industrial da Estação Sericícola tem consistido em tecidos de absoluta e pura seda animal, de efeito elogiável. Já atingiu a 6.880 metros, no valor de CR\$... 104.974,30. Esta produção teve início em 1939, quando ficou concluída a montagem do respectivo maquinário.

Defesa Sanitária Vegetal

Este Serviço dispensou os mais atentos cuidados à agricultura espírito-santense, premunindo pragas e doenças que pudessem afetar a sanidade das culturas.

Além de visitas ou inspeções técnicas, foram feitos, também, pelo próprio Serviço, trabalhos de pulverização com fungicidas e inseticidas.

As sementes distribuídas pelos outros serviços de fomento tiveram sempre, previamente, o controle deste, pelos exames realizados, quanto à pureza, poder germinativo e valor cultural das sementes, procedendo-se, ainda, ao expurgo das mesmas, providenciando essas indispensáveis à garantia de uma boa produção econômica e comercial.

Combate à saúva

A mais terrível praga da lavoura nacional encontrou no Estado do Espírito Santo combate sistemático e intensivo.

Bem compreendendo o mal que causa à lavoura o desenvolvimento dessa nociva *Attas Sexdens-L*, que inspirou ao grande cientista Saint-Hilaire a famosa frase — “O Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil” — não deixamos um só instante de combater e facilitar todos os recursos necessários à extinção completa dessa praga.

Todos os anos, vultosas parcelas dos orçamentos do Estado eram invertidas na aquisição de material e máquinas destinadas ao combate desse inseto. As aquisições de arsenico e enxofre atingiram cifras bastante expressivas, sendo que só do primeiro foram adquiridos 50.990 quilos e do segundo 19.986 quilos.

Grandes quantidades de máquinas e de produtos químicos e biológicos destinados à destruição de focos foram adquiridas para distribuição a baixo custo e, às vezes, até mesmo gratuitamente, com os agricultores do Estado.

Este serviço, infelizmente, sofreu nestes últimos anos uma pequena paralisação, decorrente das dificuldades de aquisição de material de importação, em virtude da guerra atual.

Por conveniencia das administrações respectivas, o serviço de combate á saúva no município da Capital, até então a cargo do Estado, passou a ser feito pela Prefeitura Municipal.

Depositos de máquinas agrícolas

Com a finalidade exclusiva de facilitar tanto quanto possível aos agricultores do Estado a aquisição de máquinas para lavouras, materiais de toda sôrte para atividades agrícolas em geral, por preços modicos, e orientá-los nessas aquisições, o Governo vem mantendo, em diversos pontos do Estado, depositos de máquinas e material agrícola.

De 4 que eram em 1930 esses Depositos são, hoje, em número de 8 e estão assim distribuídos: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Siqueira Campos, Castelo, Calçado, Colatina, Santa Terêsa, Pau Gigante e Itaguassú.

Acôrdos com o Governo Federal

A assistência á lavoura estadual era, até 1936, mantida no Estado pelos Governos da União e Estadual, independentemente, sem qualquer articulação oficial entre ambos, embora fossem sempre cordiais as relações entre os funcionários e técnicos dos dois setores. Facil é compreender que uma articulação entre esses serviços, de forma a assegurar uma cooperação eficiente entre ambos, só poderia resultar em benefício do fomento da produção do Estado e, consequentemente, de suas classes produtoras.

Baseado nesse ponto de vista, o Estado firmou, em 1937, um acôrdo com o Ministério da Agricultura para o fomento da produção vegetal no Estado, providencia esta também adotada por diversos outros Estados.

O prazo da duração desse acôrdo era de 5 anos, ficando sua execução a cargo do Estado. Em 1939, em face de orientação federal, a execução do acôrdo, que foi então reificado e ratificado, passou á competencia do Serviço de Fomento Federal aqui sediado.

Com esses "acôrdos" o Estado dispendeu a importância de CR\$ 4.075.150,60 (quatro milhões, setenta e cinco mil, cento e cinquenta cruzeiros e sessenta centavos).

Produção animal

O Estado apresenta condições excepcionais ao desenvolvimento da pecuária e, dada a sua proximidade com o maior mercado consumidor do País, a Capital da República, e a relativa facilidade de transporte para ele, a pecuária está, em epoca não muito remota, destinada a representar um dos fatores preponderantes da economia estadual. O Governo não podia, pois, deixar, como não deixou, de voltar sua vista mais largamente para esse ramo notavel da atividade rural.

O rebanho pastoril do Estado, constituído exclusivamente de animais crioulos, ressentia-se de uma transformação geral e, na impossibilidade de promovê-la incontinenti, iniciamos, por intermédio dos órgãos técnicos competentes, a dosagem de sangues nobres por meio da padreação em estações de montas ou por empréstimos de reprodutores, tendo ainda sido adotado o critério de facilitar aos criadores interessados a aquisição de reprodutores ou mesmo de planteis de animais de raça.

Em 1936, o Governo do Estado adquiriu 143 reprodutores de raça indiana e um número menor de animais das raças Schwitz e Holandêsa.

Desses reprodutores, alguns foram cedidos pela metade do custo a diversos criadores, e outros, de raças mais delicadas, foram estabulados na Fazenda Modelo de Criação de Monte Libano, organizada nesse mesmo ano.

A Fazenda Modelo de Criação de Monte Libano tem, por finalidade, a formação de um rebanho de raças finas, do qual sairão, futuramente, os reprodutores destinados a constituírem as bases da pecuária estadual, selecionada e pura. Este estabelecimento conta atualmente com as seguintes instalações: curral, banheiro carrapaticida, balança para animais vivos, paiol, camara de expurgo, brete de contenção, silos, pocilgas, moinhos, etc.

Posto Zootécnico de São Mateus

Em 1939, atendendo ás condições excepcionais da região Norte do Estado, para o desenvolvimento pastoril, ins-

talamos, em São Mateus, bem próximo á cidade, um pequeno Posto Zootécnico.

O estabelecimento, embora modesto, vem prestando relevante serviço á pecuária da região, pois, além de sua finalidade primordial, que é a da disseminação de sangue nobre pelo rebanho da zona norte, o posto tem servido de entreposto para a venda de reprodutores e dado assistência técnica e veterinária aos criadores. Até 1939, foram enxertadas, nesse posto, 360 fêmeas.

Importação de reprodutores

Até 1942, foram importados, para revenda, 1.180 reprodutores, sendo 600 machos e 580 fêmeas.

Serviço de Defesa Sanitária Animal

Incentivando o desenvolvimento da pecuária sob bases racionais, o Governo não poderia descuidar de sua defesa e, assim, como complemento das providencias tomadas para o desenvolvimento pecuário, foi fundado o Serviço de Defesa Sanitária Animal.

As varias epizootias tem sido combatidas constantemente e o serviço preventivo contra molestias especificas tem constituído um dos principais cuidados do Serviço.

O Serviço de Defesa Sanitária Animal é constituído de um corpo técnico de três veterinários, varios vacinadores e auxiliares técnicos.

Até 1941, foram aplicadas pelo Serviço 1.040.331 vacinas diversas e feitas 19.194 visitas ás diversas fazendas de criação do Estado.

O combate á raiva dos bovinos tem sido bastante intensivo.

Cooperativa de Lacticínios de C. do Itapemirim

O Estado tem desenvolvido consideravelmente a sua pecuária. Os nossos rebanhos bovinos foram melhorados e aumentados com a introdução do zebú, elevando assim o valor economico de cada animal. Não poderíamos, portanto,

deixar de organizar-lhe a produção industrializada. Essa fonte de produção poderia ser desenvolvida em todas as suas modalidades.

E o Governo, compreendendo o seu elevado valor economico, construiu em Cachoeiro de Itapemirim uma Usina de Lacticínios para a higienização e industrialização do leite e seus derivados. Nessa obra dispendeu a importancia total de CR\$ 513.893,00, a saber:

Construção do prédio:

Aquisição do terreno .	CR\$	40.000,00	
Custo da construção .	CR\$	251.875,78	291.875,78

Instalações gerais:

Maquinismos	CR\$	149.300,00	
Adução de agua potavel	CR\$	8.650,00	
Instalações do maquinismo	CR\$	63.968,15	221.918,15

Fiel á sua doutrina de amparo ás classes produtoras, fez com que se fundasse uma cooperativa de lacticínios e, mediante contrato, lhe foi entregue esse patrimonio, com a obrigação de ser mantido o principio cooperativista.

No contrato firmado, determinou o Estado que a Cooperativa descontasse uma taxa de CR\$ 0,2 2/5 por litro de leite que recebesse dos associados e a depositasse, mensalmente, no Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, em conta especial, sob a denominação de TAXA DE MELHORAMENTO.

Até setembro último, essa Cooperativa havia recolhido aos cofres do Banco, sob aquele titulo, a quantia de CR\$.. 119.715,36, e, de acôrdo com as clausulas contratuais, quando essa importancia atingir CR\$ 250.000,00, o Estado fará doação da Usina e seus pertences á Cooperativa, porém com a condição de ser mantido o principio cooperativista.

O valor então existente em deposito no Banco, sob a denominação de Taxa de Melhoramento, será aplicado na aqui-

sição de um plantel de reprodutores bovinos, o qual ficará á disposição dos associados da Cooperativa.

Essa medida veio intensificar o desenvolvimento da pecuária no sul do Estado e, notadamente, no município de Cachoeiro do Itapemirim. Basta verificarmos os dados seguintes:

Produtos recebidos

	1939	1940	1941	1942	Total
Leite Lt.	513.243	997.281	1.069.131	1.277.512	3.857.167
Crême Kg.	—	65.124	84.517	19.900	169.541

Produtos industrializados

	1939	1940	1941	1942	Total
Manteiga . . . K.	6.822	42.342	56.128	16.875	122.167
Queijos/Req. . . .	7.078	18.652	5.782	21.041	52.553

Os dados, acima apresentados, demonstram as oscilações verificadas nos diversos produtos, todos eles, porém, atestando o desenvolvimento da região e, consequentemente, da Cooperativa, que possui presentemente 111 associados, um capital subscrito de CR\$ 165.400,00 e do qual já está realizada a quantia de CR\$ 116.481,24, mediante o desconto de CR\$ 0,2 2/5 e, às vezes, 0,03, correspondente ao valor de 10% que o associado recebe, mensalmente, da Cooperativa por litro de leite entregue.

E, finalmente, o Governo do Estado, com esta política economica, fez com que esses criadores economizassem, dessa maneira suave, o valor do capital que realizaram e, ainda, a Taxa de Melhoramento, elevando-se, assim, a CR\$ 236.196,60 (duzentos e trinta e seis mil, cento e noventa e seis cruzeiros e sessenta centavos), o total economizado durante esse tempo.

Exposições

A prática das exposições de animais tem sido uma das maiores fontes de educação do fazendeiro e de aquisição de bons animais, mostrando aos dirigentes as possibilidades da pecuária como fator economico dos mais eficientes.

Realizaram-se três exposições de aves, em 1936, 37 e 38, tendo sido de 487 o número total de expositores e de 1.251 o número de aves expostas, de diversas raças, destacadamente: Leghorn, Rhode Island Red, Plymouth Rock Barrada e Orpington.

Essas cifras bastam para demonstrar o interesse despertado em todo o Estado e o êxito desses cêrtames.

Em junho de 1941, foi realizada pelo Estado uma exposição de gado em Santa Leopoldina, cujo número de expositores foi de 16 com um total de 102 animais. E, em setembro de 1942, realizou-se outra em Cachoeiro de Itapemirim, patrocinada pelo Estado, Governo Federal e municípios do Sul. De proporções bem maiores, teve 88 expositores que apresentaram 229 bovinos e 15 equinos. O total de premios distribuidos foi de CR\$ 25.000,00, além de outros em animais e produtos diversos uteis aos fazendeiros.

Escola Prática de Agricultura

Resgatando velha dívida para com a laboriosa classe lavoureira do Estado, fundamos a Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo, destinada a servir a todo o Estado pela formação de administradores capazes de dirigirem eficientemente suas futuras propriedades.

A Escola Prática de Agricultura do Estado, situada no vale de Canaan, município de Santa Terêsa, em terrenos adquiridos pelo Estado para sua localização, criada pelo decreto-lei n. 12.147, de 6 de setembro de 1940 e inaugurada a 24 de maio do corrente ano, tem, conforme os proprios termos do decreto de sua fundação, "a finalidade precípua da formação de homens com conhecimentos essencialmente práticos e racionais de agricultura, pecuária e suas indústrias derivadas".

Compõe-se de 3 pavilhões principais, 1 residencia para o Diretor, 2 para professores e outras para diversos funcionários. Dispõe de excelente usina hidro-elétrica com capacidade para atender a todas as suas necessidades.

Os três pavilhões principais são soberbas construções modernas, de dois andares cada uma, onde estão instalados vestibulos, salas de aula, refeitórios, dormitórios, cozinha,

rouparia, escritórios, gabinetes, etc. Um dos principais pavilhões, reservado para estagiários, dispõe de ótimas acomodações para receber os agricultores do Estado que queiram fazer estagio na Escola por ocasião da "Semana do Fazendeiro". Este pavilhão, além de outras dependencias indispensaveis ao seu fim, dispõe de quatro apartamentos para casais e dez dependencias para solteiros, com capacidade para 5 leitos cada um.

A Escola tem capacidade para 200 alunos e destina-se, principalmente, ao ensino do grau fundamental, mais pratico do que teórico, sendo facultado o ingresso a pessoas de qualquer grau de instrução, sendo inteiramente gratuitos o ensino e a permanencia dos alunos na Escola.

Os candidatos deverão ter no minimo 17 anos de idade e os maiores de 21 anos deverão estar quites com o serviço militar.

Anexa á Escola funciona uma Escola de Instrução Militar.

Com a construção da Escola, o Estado dispendeu, até esta data, a importancia de CR\$ 1.501.323,80 assim discriminada:

Aquisição da Fazenda Pagani, usina hidro-elétrica e outras áreas	
de terrenos	CR\$ 190.051,80
Construções e instalações	CR\$ 1.311.272,00
	CR\$ 1.501.323,80

A manutenção da Escola importa em um dispendio, anual, de aproximadamente CR\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

Escola de Viçosa

Desde 1936, o Estado vem mantendo em Viçosa, na Escola Superior de Agricultura e Veterinaria, nos cursos de Agronomia, Veterinaria e Técnico-Agrícola, uma turma de 10 a 12 alunos, filhos de agricultores espírito-santenses.

A despesa anual com essa medida tem sido de CR\$ 10.000,00 a CR\$ 12.000,00.

PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA E PRODUÇÃO MINERAL, POR MUNICÍPIOS

Ano de 1940

VALOR EM CRUZEIROS

N. de ordem	Municípios	Produção agrícola	Produtos transformados	Produção extrativa vegetal	Produção extrativa mineral	Produtos animais	Produção animal (animais vivos)	Valor total da produção agro-pecuária	N. de ordem
1	Baixo Guandú . . .	1.963.074	174.180	408.940	89.600	1.102.849	1.605.300	5.343.943	1
2	Colatina	8.234.424	75.270	1.396.420	124.200	1.823.797	954.100	12.608.211	2
3	Conceição da Barra	69.397	244.920	3.335.070	1.050	199.582	138.400	3.988.419	3
4	São Mateus	15.707.494	141.615	453.856	7.200	1.105.756	2.255.415	19.671.336	4
5	Anchieta	1.567.200	271.475	115.704	—	134.122	321.880	2.410.381	5
6	Espírito Santo	774.750	61.500	692.921	31.998	606.653	327.800	2.495.622	6
7	Fundão	3.216.330	210.270	—	32.409	384.793	339.650	4.183.443	7
8	Guarapari	3.746.368	248.040	16.800	172.453	407.537	536.059	5.127.248	8
9	Iconha	2.296.680	49.000	9.750	1.885	204.436	393.350	2.955.101	9
10	Itapemirim	4.795.780	2.735.084	619.351	9.200	1.632.254	1.402.900	11.194.569	10
11	Santa Cruz	1.932.590	423.250	69.000	—	243.522	419.750	3.088.112	11
12	Serra	1.883.650	260.880	302.870	2.711	315.987	1.284.450	4.050.548	12
13	Vitória	750.315	13.161	607.200	142.560	2.645.747	219.550	4.378.533	13
14	Afonso Cláudio	5.836.850	380.345	823.061	186.500	1.304.493	2.347.000	10.878.249	14
15	Alegre	12.664.304	1.598.900	498.662	48.311	2.826.861	780.800	18.417.838	15
16	Alfredo Chaves	2.285.460	40.050	91.920	—	267.194	334.500	3.019.124	16
17	C. de Itapemirim	5.578.400	536.800	1.526.400	2.988.045	4.816.903	4.105.750	19.552.298	17
18	C. Sta. Leopoldina	5.930.427	176.030	895.172	88.000	985.379	4.024.280	11.594.691	18
19	Carliacica	1.399.150	468.854	1.253.836	667.150	1.260.218	1.012.500	4.743.070	19
20	Castelo	7.332.600	289.596	208.922	5.007.302	728.185	562.900	11.660.393	20
21	Domingos Martins	5.842.700	254.846	323.003	10.205	1.348.627	3.562.400	12.667.605	21
22	Itaguassú	2.246.950	776.200	1.276.250	24.150	2.954.826	3.042.370	7.746.031	22
23	João Pessoa	14.151.500	420.972	350.329	143.550	1.279.808	954.670	22.225.296	23
24	Muniz Freire	3.313.490	246.850	308.499	3.000	450.113	1.314.820	6.462.819	24
25	Pau Gigante	2.332.318	92.800	26.500	6.000	282.849	491.300	2.884.524	25
26	Rio Novo	1.985.075	318.200	168.000	15.000	563.054	1.059.300	11.197.354	26
27	Rio Pardo	9.073.800	385.450	260.400	3.600	1.386.518	880.450	9.310.768	27
28	Santa Terêsa	3.394.350	77.303	161.750	18.553	826.927	659.350	4.631.689	28
29	S. João do Muqui	2.887.806	470.917	133.335	23.520	686.547	806.840	5.403.449	29
30	S. José do Calçado	3.282.290	213.713	697.292	56.356	1.571.189	1.310.980	11.488.070	30
31	Siqueira Campos	7.638.540	167.864	43.200	210	241.608	151.200	2.696.817	31
32	Viana	2.092.735	—	—	—	—	—	—	32
	TOTAL . . .	149.206.797	12.390.940	17.074.413	9.904.709	35.963.387	38.190.905	262.731.151	

NOTA: — Dados sujeitos a retificação por parte do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Terras e Colonização

Neste último decênio, as terras devolutas do Estado foram muito procuradas. O serviço de venda dessas terras esteve sempre a cargo de uma Diretoria que trata exclusivamente do assunto, dado o vulto dos serviços. A lei que regula a alienação das terras do Estado continúa sendo a 1.711, de 18 de fevereiro de 1929, com algumas modificações. As medições e demarcações são procedidas por um corpo técnico de agrimensores, fiscalizado e orientado por chefes de distrito de terras. Pelos demonstrativos que se seguem, ter-se-á uma idéa mais nitida do movimento dos serviços de venda e concessão de terras no último decênio:

Relação das áreas de terrenos medidos no período compreendido entre outubro de 1930 e dezembro de 1942, nos municípios do Estado

Ano	N. proc.	Espécie de Processos	Áreas
1930	50	Processos de venda de terras ...	15.991.469 ms2
1931	534	Processos de venda de terras ...	—
	6	Processos de legitimação	—
	4	Processos de concessão	147.603.413 ms2
1932	242	Processos de venda de terras ...	—
	4	Processos de legitimação	64.901.140 ms2
1933	376	Processos de venda de terras ...	—
	2	Processos de legitimação	—
	1	Processos de retificação	108.208.176 ms2
1934	491	Processos de venda de terras ...	—
	3	Processos de legitimação	—
	1	Processos de retificação	151.733.634 ms2
1935	478	Processos de venda de terras ...	—
	14	Processos de concessão	252.627.754 ms2
1936	442	Processos de venda de terras ...	—
	13	Processos de concessão	206.857.932 ms2
1937	386	Processos de venda de terras ...	—
	66	Processos de concessão	171.024.178 ms2
1938	516	Processos de venda de terras ...	—
	14	Processos de concessão	209.654.687 ms2
1939	546	Processos de venda de terras ...	—
	5	Processos de concessão	286.046.130 ms2
1940	642	Processos de venda de terras ...	—
	16	Processos de concessão	301.616.412 ms2
1941	198	Processos de venda de terras ...	—
	2	Processos de concessão	86.902.433 ms2
1942	278	Processos de venda de terras ...	134.632.882 ms2
TOTAL			2.137.800.240 ms2

R e s u m o:

- 5.179 processos de venda de terras
- 134 processos de concessão
- 15 processos de legitimação
- 2 processos de retificação

5.330 processos, com a área total de 2.137.800.240 ms2.

Demonstração do valor dos terrenos vendidos no período de outubro de 1930 a dezembro de 1942, em todos os municípios do Estado

Ano	N. proc.	Espécie de Processos	Valôr — Cr\$
1930	50	Processos de venda de terras ...	31.980,00
1931	534	Processos de venda de terras ...	295.200,00
	6	Processos de legitimação	—
	4	Processos de concessão	—
1932	242	Processos de venda de terras ...	129.800,00
	4	Processos de legitimação	—
1933	376	Processos de venda de terras ...	216.400,00
	2	Processos de legitimação	—
	1	Processos de retificação	—
1934	491	Processos de venda de terras ...	303.460,00
	3	Processos de legitimação	—
	1	Processos de retificação	—
1935	478	Processos de venda de terras ...	505.240,00
	14	Processos de concessão	—
1936	442	Processos de venda de terras ...	413.700,00
	13	Processos de concessão	—
1937	386	Processos de venda de terras ...	342.040,00
	66	Processos de concessão	—
1938	516	Processos de venda de terras ...	419.300,00
	14	Processos de concessão	—
1939	546	Processos de venda de terras ...	572.080,00
	5	Processos de concessão	—
1940	642	Processos de venda de terras ...	603.220,00
	16	Processos de concessão	—
1941	198	Processos de venda de terras ...	173.800,00
	2	Processos de concessão	—
1942	278	Processos de venda de terras ...	269.260,00
TOTAL EM CRUZEIROS			Cr\$ 4.275.480,00

A alienação das terras devolutas do Estado é sempre precedida da formalidade de editais de concorrência pública.

Concessão gratuita de terras

Para agricultores nacionais, chefes de família que provem ter bom comportamento, o Estado concede pequenos lotes rurais, para fins agrícolas ou pastoris e, até bem pouco tempo, concedia também aos plantadores de cacáu do Vale do Rio Doce o título de propriedade para os terrenos ocupados com essa cultura, numa base de 200 pés para cada hectare.

Antigo aldeamento dos índios, no Pancas

Em virtude de haverem desaparecido os últimos sobreviventes da antiga tribo de índios "Aymorés", aldeada no Pancas, voltou toda a área ocupada pelo aldeamento à propriedade do Estado, que cedeu parte dela à Prefeitura de Colatina, para fins agrários.

Colonização

Em face do contrato datado de 6 de outubro de 1928, o Estado cedeu à SOCIEDADE DE COLONIZAÇÃO EM VARSOVIA LTDA., vasta extensão de terras no Norte do Estado, para a colonização com imigrantes poloneses.

A Sociedade, não obstante haver o contrato terminado em 1938, continuou, por força de acórdos suplementares, a funcionar até os últimos dias do ano de 1939, quando, em virtude do estado de guerra da Europa, deixou de funcionar.

Os dois principais núcleos colonizados por essa Sociedade são os de Aguiá Branca e Monte Claro, ambos do município de São Mateus.

Relação dos colonos de diversas nacionalidades, estabelecidos na concessão à Sociedade de Colonização em Varsovia Ltda., nos núcleos de Aguiá Branca e Monte Claro

N. de famílias	Pessoas componentes	Nacionalidade	N. de lotes concedidos e cultivados
79	330	Poloneses	84
14	59	Brasileiros	14

Reserva florestal

À defesa do patrimônio florestal do Estado, dispensamos sempre a melhor atenção.

Mantivemos, permanentemente, um corpo de fiscais encarregado de zelar pelas matas devolutas do Estado, impedindo a sua invasão e consequente devastação.

Dando cumprimento ao decreto federal n. 23.793, de janeiro de 1934, baixamos o decreto n. 6.861, de 9-10-935, constituindo o Conselho Florestal do Estado.

Recomendamos sempre a mais rigorosa observância dos Códigos Florestal e de Caça e Pesca.

Reconhecendo a necessidade de medidas mais amplas em defesa da flora e da fauna do Estado, fizemos baixar, depois da competente aprovação da Presidência da República, o decreto-lei n. 12.958, de 30 de setembro de 1941, instituindo uma reserva florestal constituída de dois parques distintos, com a área de 100.000.000 ms² cada um, situados, o primeiro, no distrito de Linhares, no município de Colatina e o segundo ao norte do município de Conceição da Barra, à margem esquerda do braço sul do rio Itaúnas. O primeiro desses parques já está perfeitamente demarcado, tendo o Estado dispendido, com os serviços de demarcação e abertura de caminhos, a importância de CR\$ 25.000,00, e, para a demarcação do segundo, já foram tomadas as necessárias providências.

Anexo ao primeiro desses parques, em face do acôrdo já aprovado e a ser assinado com o Ministério da Agricultura, foi reservada uma área de 130.000.000 de metros quadrados, destinada a um abrigo para proteção da fauna regional, terrestre, alada e ictiológica. O serviço de fiscalização e guarda desses parques será organizado nos termos dos Códigos Florestal e de Caça e Pesca e, em cada um deles, serão construídas quatro casas para os guardas. Os parques serão franqueados à visitação pública e de cientistas. Mais recentemente, considerando a necessidade de proteção às nascentes dos principais cursos d'água do Estado, o Governo baixou o decreto-lei n. 13.957, de 30 de novembro deste ano, instituindo uma reserva florestal em cada município, classificando-as em reservas de 1.^a, 2.^a e 3.^a categorias,

com as áreas de 10.000.000 ms², 5.000.000 ms² e 3.000.000 ms², respectivamente.

Para a demarcação dessas reservas já foram expedidas, pelo Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras, as competentes instruções.

Estradas de rodagem

Estavam em dezembro de 1929, anotadas nos Serviços de Viação do Estado — 1.278 quilômetros de estradas de rodagem e 2.092 quilômetros de caminhos transitáveis por automóvel, num total de 3.370 quilômetros.

Construída para atender a prementes necessidades de regiões já grandemente desenvolvidas e prosperas, essa quilometragem constituía, então, duas rédes distintas e independentes: a do Norte e a do Sul.

Em 1934, foram elas ligadas, e, hoje, a Capital do Estado se acha em comunicação com a sede de todos os municípios.

No período compreendido entre 1931 e 1942, não só foi executado aquele passo em favor da ampliação da rede rodoviária estadual, como, ainda, foi construído, em todo o território, grande número de novas rodovias, de tal modo que a riqueza coletiva circula hoje, facilmente, em busca dos centros consumidores e exportadores.

No período acima referido, foram construídos 2.446 quilômetros de estradas e 60 quilômetros de caminhos transitáveis, o que perfaz um total de 2.506 quilômetros e representa um aumento de 74,36% sobre a quilometragem existente em dezembro de 1930.

Se, porém, ao total acima mencionado, adicionarmos 1877 quilômetros de antigos caminhos reconstruídos e adaptados, em igual período, obteremos a soma global de 4.383 quilômetros, que representam, na realidade, a extensão total construída pelo Governo do Estado desde 1931 até 1942.

Essa quilometragem está representada pela importância de CR\$ 14.515.045,37 de despesa realizada.

Ao longo dessa apreciável rede de comunicações, foram ainda construídas obras de arte diversas, dentre as quais se

destacam pontes em concreto armado e outras de superestrutura de madeira, no valor total de CR\$ 2.891.207,85.

O tráfego esteve, durante o período acima referido, assegurado, não só por meio de turmas de conservação manual mas, também, por intermédio de 6 máquinas auto-patrol, adquiridas pelo Governo em 1940.

As despesas realizadas com a conservação montaram assim a CR\$ 10.206.195,24.

As 6 máquinas AUTO-PATROL-CATERPILLAR custaram CR\$ 675.000,00.

Executando o plano rodoviário elaborado e que tem por base as construções de certo número de estradas no Norte do Estado, da Rio-Vitória, da ligação Afonso Claudio à Capital e de Santa Terêsa a Venda Nova, através do altiplano formado pelo interior dos municípios de Santa Terêsa, Santa Leopoldina e Domingos Martins, ou seja a rica região do alto Santa Maria, estão presentemente em andamento os seguintes serviços: Vitória-Campos-Rio de Janeiro.

A estrada Rio-Vitória

A Rio-Vitória, como é geralmente denominada essa rodovia de 1.^a classe, terá 8 metros de largura e está lançada através do interior dos municípios de Viana, Guarapari, Benevente, Iconha, Rio Novo, Cachoeiro do Itapemirim, evitará as travessias em balsa de Benevente e Guarapari e reduzirá para 10 horas aproximadamente o tempo de viagem de automóvel entre Vitória e Rio.

Sua construção foi atacada em todo trecho locado, entre Iguaçu e o Rio Itabapoana, numa extensão de 140 quilômetros.

O trecho restante de Vitória a Iguaçu, com mais ou menos 45 quilômetros, está sendo estudado.

Sendo, hoje, a distancia entre Vitória e Itabapoana de 245 quilômetros pelas estradas existentes, a Rio-Vitória, com a extensão de 185 quilômetros dentro do território espiritosantense, apresentará, como é evidente, sobre aquela distancia, uma diferença para menos de aproximadamente 60 quilômetros.

Tendo sido iniciados os serviços em março de 1941, por meio do conjunto mecânico adquirido por CR\$ 702.538,30 pelo Governo para aquele fim, conjunto que se compõe de 2 tratores equipados com lâminas niveladoras, carro escavador e um escarificador, e, mais tarde, intensificados pelos empregados e tarefeiros com quem foram distribuídos diversos trechos, estão presentemente concluídos em cerca de 54 quilômetros.

Os serviços continuam com o mesmo ritmo, sendo provável que fiquem concluídos dentro de 1 ano.

São Mateus-Nova Venécia

Esta estrada, em via de conclusão, substituirá a antiga e ineficiente Estrada de Ferro São Mateus.

Sua construção acompanhou o arrancamento dos trilhos, de tal modo que os transportes entre Nova Venécia e São Mateus não sofreram solução de continuidade.

Hoje, já está a região recebendo os benefícios dessa providencia, pois que a nova estrada, com a largura de 5,50 e a extensão de 68 quilômetros, permite uma ligação de 2 horas, entre as duas cidades, em substituição às 6 e 7 horas gastas pelos trens da estrada substituída.

Conceição da Barra-Presidente Bueno

Com o objetivo de levar a ponta de uma rodovia ao final, em Império, dos 90 quilômetros da estrada Império-Cajubá-Presidente Bueno, construídos em 1932 e de fazer ainda escoar para Conceição da Barra, ponto do extremo Nordeste, não só grande volume de madeira de construção que sai por aquela estrada, mas também parte da produção cacauetária do Médio Mucuri, evitando, por outro lado, o penoso percurso de 92 quilômetros ao longo do Rio Itaúnas, mandou o Governo construir a estrada Conceição da Barra-Morro Danta, com 49 quilômetros de comprimento.

Os serviços estão, presentemente, em fase de conclusão, sendo provável que possam ser entregues ao tráfego nos primeiros dias do mês de janeiro próximo vindouro.

A estrada tem 5 metros de largura e 129 quilômetros de extensão.

Colatina-Nova Venécia

A extensão total entre Colatina e Nova Venécia é de 131 quilômetros, divididos em duas partes: 77 quilômetros entre Colatina e Cachoeira da Onça, no rio São José, e 54 de Cachoeira da Onça a Nova Venécia.

Como parte integrante do plano rodoviário, elaborado antes de 1930, a estrada Colatina-Nova Venécia teve sua construção iniciada a partir de Colatina e de Nova Venécia, simultaneamente.

Tendo o Governo em 1930 recebido de seu antecessor os encargos financeiros decorrentes dos serviços executados entre a estrada de Aldeamento no quilometro 35 e São Domingos no quilometro 58, levou mais adiante as obras, construindo 14 quilômetros entre São Domingos e o lugar denominado Freitas, 5 quilômetros aquém do São José e mais 2 a partir de Cachoeira da Onça para Nova Venécia.

Como de Nova Venécia para Colatina haviam sido, até aquela data, construídos 10 quilômetros, restavam, para que ficasse definitivamente estabelecida ligação entre as duas localidades, 47 quilômetros a construir.

Essa estrada, que se caracteriza por seu elevado interesse econômico, porquanto atravessará a opulenta região compreendida entre o Rio Dôce e o Braço Sul de São Mateus, já grandemente povoado e inteiramente desprovido de meios de transportes, em largo trecho, tem, no momento, sua conclusão assegurada.

Iniciados os serviços finais em fins de 1941, estão presentemente em franco progresso, divididos, como se acham, entre diversas turmas de tarefeiros.

Corrego Dágua-Riacho

Riacho era, quando da organização do plano rodoviário do Norte, a única cidade que não dispunha, para suas comunicações com os centros principais, senão das estradas de tropas para Santa Cruz e Corrego Dágua, e das embarcações de pequeno calado que passavam pelo porto de Barra do Riacho.

Atravessando uma região coberta de mata, rica em madeira de varias qualidades para construções civis, e outra particularmente indicada para criação de gado e culturas diversas, está a estrada referida recebendo os ultimos retoques para conclusão. Sua extensão é de 29 quilômetros.

Ponte sobre o Rio Dôce

Já foi dito que muitas obras de arte foram construídas, ao longo das estradas de rodagem.

Merece, porém, menção especial a construção do estrado de concreto armado ora contratado e em andamento, na ponte sobre o Rio Dôce, em Colatina, com 4,20 de largura, passeios laterais de 0,70 e 780 metros de comprimento. É essa, sem duvida, uma obra que, no futuro, prestará reais benefícios ao trafego sempre crescente do Norte do Estado.

Contratada por CR\$ 1.071.761.00, além de CR\$ 100.000,00 da pintura da ferragem e CR\$ 50.000,00 da iluminação elétrica, tem êle presentemente concluídos 291 metros.

As obras deverão ficar concluídas em março de 1943.

Construção de estradas de rodagem

Municípios	Valores
	CR\$
<i>Alegre</i>	
Caparaó-Est. Alegre-Rio Pardo	7.500,00
Alegre-Rio Pardo	25.273,40
Cachoeiro-Alegre (trecho Reeve)	49.811,22
Ramal para Alto Calçado	217.594,90
<i>Alfredo Chaves</i>	
Sagrada Familia-Rio Veado	6.150,00
Variante Santo Antonio-Duas Barras ..	25.410,80
Anchieta-Itaperoroma-Alfredo Chaves ..	15.011,50
Barra do Batatal-Alto Batatal	29.979,90

Municípios	Valores
<i>Baixo Guandú</i>	CR\$
Estrada Mailaski	15.000,00
<i>Benevente</i>	
Guerini-São Miguel	6.295,30
Variante Parati	2.039,50
Estrada de Jabaquara	55.000,00
<i>Cachoeiro de Itapemirim</i>	
Cachoeiro-Muqui	230.519,13
Cachoeiro-Marataises	27.749,60
Cachoeiro-Vargem Alta-Rodeio	135.000,00
Variante para Castelo	13.478,75
Variante para Duas Barras	129.064,59
Variante do Valão	6.377,44
Variante do Rio Novo	7.000,00
Variante da Ponte de Condurú	7.992,36
Ramal de Castelo	12.233,20
Variante Boa Esperança	52.093,22
Variante do Espírito Santo	7.054,00
Variante de Pacotuba	993,50
Cachoeiro-Castelinho	285.748,77
Cachoeiro-Castelinho (rec.)	2.764,70
Cachoeiro-Alegre-Rio Pardo	50.000,00
Cachoeiro-Alegre (rec.)	6.553,00
<i>Calçado</i>	
Fazenda das Pelotas	6.000,00
Palmital-Divisa Siqueira Campos	17.200,00
Palmital-Ponte Branca	2.000,00
Calçado-Fazenda Alegoria	3.702,00
Conceição Muqui-Calçado	138.770,44
Conceição Muqui-Calçado (rec.)	6.500,00

Municípios	Valores
<i>Cariacica</i>	CR\$
Colônia de Itanhenga	40.291,85
Duas Bocas	30.140,10
Cariacica-Santa Leopoldina (rec.)	24.016,40
<i>Castelo</i>	
Variante de Santo André	38.412,00
Santa Isabel-Limoeiro	62.000,00
Ramal de Condurú	7.992,36
Castelo-Santo Antonio-Morro Venus ..	500.000,00
Castelo-Muniz Freire (rec.)	24.273,40
<i>Colatina</i>	
Colatina-Nova Venécia	739.073,67
Aldeamento Santa Luzia	276.062,50
Entroncamento Montes Claros p ^a Aguiá	
Branca	71.424,17
São Domingos-Montes Claros	12.537,00
Colatina-Marilandia	20.026,52
Adaptação leito E. F. Mutum	6.000,00
Linhares-Juparanã	490.068,75
Juparanã-Caximbau	739.926,25
Estrada de São Francisco	3.084,50
Variante Goitacazes	3.014,00
São Domingos-Freitas (rec.)	1.500,00
<i>Conceição da Barra</i>	
Império-Cajubí	1.110.249,91
Conceição da Barra-São Domingos-Mor-	
ro Dantas	334.472,22
Cajubí-Bueno	11.000,00
Taquaras-Cajubí	31.200,00
Barra de São Mateus	111.898,10
Picadão Cajubí-Nova Venécia	6.000,00

Municípios	Valores
<i>Domingos Martins</i>	CR\$
Araguaia-Pedreiras	642.538,85
Batatal-Todos Santos	14.497,37
Santa Maria-F. Kroeling	55.119,73
Campinho-Melgaço	73.092,43
Marechal-Batatal	217.403,80
Variante de Marechal	76.957,45
Jucú-Marechal (rec.)	24.000,00
Sapucaia	222.837,70
Marechal-Alfredo Chaves (variante)	59.124,12
<i>Espírito Santo</i>	
Barra do Jucú-P. Fruta	33.880,61
Alecrim-Paul-Argolas	10.969,60
Barra do Jucú-Amarelos	222.323,60
Penha	5.103,12
Caminho para o Moreno	1.853,20
Estrada Praia da Costa (rec.)	5.177,00
Preventorio-Farol S. Luzia	14.133,27
<i>Fundão</i>	
Jacareipe-Nova Almeida	9.215,35
Timbuí-Sauanha	28.841,20
<i>Guarapari</i>	
Iguape-Barro Branco	6.500,00
Pau d'Alho-Jaboti	5.800,00
Guarapari-Vitória	91.686,58
São Miguel-Guerini	174.629,21
Guarapari-Anchieta-Piúma	21.000,00
<i>Itapemirim</i>	
Batalha-Torres	368.430,78
Ramal do Rio Preto	58.269,10
Barra-Marataíses	29.833,00
Piúma-Barra	7.627,00

Municípios	Valores
<i>Iconha</i>	CR\$
Iconha-Rio Novo	5.000,00
Tataíba	3.481,00
<i>João Pessoa</i>	
Itabapoana-Porto Limeira	189.882,73
São Bento-C. Muqui	198.373,44
Santo Antonio-Três Barras	17.250,00
Inhuma-Rio Preto	30.000,00
Rio Preto-Anibal Tinoco	24.100,00
São Pedro-Santa Maria	14.107,00
<i>Muniz Freire</i>	
Fazenda Guanabara	3.500,00
Muniz Freire-C. Norte	38.588,10
Muniz Freire-Divisa de Alegre	38.391,90
Muniz Freire-Vieira Machado	16.864,10
Muniz Freire-Lambari (rec.)	540.000,00
Muniz Freire-Abundancia	7.000,00
<i>Muqui</i>	
Fazenda São João	4.974,10
Primavera-Aliança	69.828,70
<i>Pau Gigante</i>	
João Neiva-Ribeirão do Sapê	225.810,46
João Neiva-Fazenda Sarcineli	11.649,16
Ribeirão do Meio-Ribeirão de Cima	60.151,49
Pau Gigante-Corrego Fundo (rec.)	3.531,00
<i>Rio Novo</i>	
Rio Novo-Cachoeirinha	60.176,79
Vargem Alta-Rodeio	207.611,51

Municípios	Valores
	CR\$
<i>Rio Pardo</i>	
Rio Pardo-Cachoeiro	15.000,00
Estrada Rio Pardo (rec.)	6.500,00
<i>São Mateus</i>	
São Mateus-Caximbau	147.319,64
Nova Venécia-Pip-Nuck	72.540,00
Nova Venécia-Colatina	28.421,93
Santa Leocadia-C. Ursula	8.312,90
Estrada do Norte	6.649,62
Picadão do Barra Sêca	25.000,00
São Mateus-Nova Venécia-Caximbau-Barra e Império	350.000,00
<i>Santa Cruz</i>	
Santa Cruz-Linhares	134.207,49
Riacho-Corrego Dágua	117.176,79
<i>Santa Terêsa</i>	
25 de Julho	135.000,00
Santa Terêsa-Colatina (rec.)	87.437,90
Rio Perdido (rec.)	4.001,20
<i>Santa Leopoldina</i>	
Santa Maria-S. Sebastião	30.000,00
Variante do Una	68.062,56
Santa Leopoldina-Suissa	258.992,85
Caioaba	10.000,00
Vitória-S. Leopoldina (rec.)	6.000,00
<i>Serra</i>	
Serra-Rio Novo	98.674,62
Serra-Guaranhuns (rec.)	10.053,00

Municípios	Valores
	CR\$
<i>Siqueira Campos</i>	
Siqueira Campos-Celina	129.647,63
Ramal S. Pedro dos Rattes	9.580,35
Ramal de Sother Nolasco	6.424,80
Firmo Ferreira-Luiza Carvalho	6.000,00
Corrego Grande-João Claudio	1.500,00
<i>Viana</i>	
Viana-Santa Isabel	180.413,75
Viana-Pedra da Mulata	182.960,73
Vitória-Viana (rec.)	18.211,90
<i>Vitória</i>	
Estrada do Morro S. Francisco	14.405,00
Variante Laranjeiras (rec.)	6.745,00
Estrada Rio-Vitória	1.841.503,10
	14.566.383,25
<i>Construção e reconstrução de pontes</i>	
Parte do estrado em concreto armado da ponte de Colatina ..	CR\$ 308.979,22
Safra, em construção	" 156.097,10
Jabaquara	" 154.479,20
Duas Barras	" 133.917,84
Nova Almeida — 114 metros	" 117.980,68
São João de Petropolis	" 114.191,00
Itabapoana — 53 metros	" 111.000,00
Ponte Governador Bley, em Cachoeiro de Itapemirim (aux.) ..	" 96.000,00
Iconha	" 87.702,90
Condurú	" 80.862,87

Pontes da Estrada Cachoeiro-Alegre	CR\$	69.341,00
Aribiri — 10 metros	"	67.814,30
Mangaraí, em construção	"	59.670,50
Diversas reconstruídas	"	48.645,50
Corrego Fundo (3)	"	45.000,00
Prata, reconstrução	"	44.676,40
Ponte do Funil	"	40.959,70
Pontes no município de Itaguassú	"	39.205,20
Diversas pontes na 2.ª Região em 1938	"	38.063,80
Colatina (reparos)	"	36.604,20
Diversas pontes no município de Itaguassú	"	35.873,20
Benevente-Jabaquara	"	34.965,40
São Felipe-Moreira Fraga, em construção	"	28.036,90
Piúma	"	28.000,00
Itabapoana (reconstrução)	"	27.911,80
Boa Esperança (reconstrução)	"	25.391,50
Ponte do Rio da Prata	"	24.778,59
Iguaçu — 16 metros	"	24.479,45
Aldeamento dos Índios	"	24.131,90
Tanque	"	24.092,30
Nova Descoberta	"	24.000,00
Rio Preto	"	23.642,30
Marechal Floriano	"	22.028,80
Holdar	"	22.826,99
Itabapoana	"	20.046,80
Rio Novo (estrada Serra-Nova Almeida — aterro)	"	20.000,00
Rio Iconha	"	20.000,00
Mangaraí-Una e Conceição	"	19.709,39
Pontes da 3.ª Região	"	19.613,20
Gramutê — 16 metros	"	19.521,38
Reconstrução de pontes no município de Afonso Claudio	"	19.000,00
João Neiva	"	18.000,00
Diversas na 3.ª Região	"	17.729,00
Batatal	"	17.341,58

Veado — 23 metros	CR\$	16.501,00
Estrada da Serra — k.º 23	"	16.208,68
Reparos nas pontes de Siqueira Campos	"	15.000,00
Pedra da Mulata — 40 metros	"	14.658,70
Rio Santiago — 25 metros	"	14.658,70
Ribeirão Preto	"	14.121,36
São Roque	"	14.026,00
Santo Antonio — 21 metros	"	14.023,64
Cascata — 10 metros	"	14.000,00
Pancas	"	13.443,00
Nova (Castelo)	"	13.046,49
Calçado — 10 metros	"	13.009,79
Rio Novo (município do mesmo nome)	"	12.795,50
São Domingos — 39 metros	"	11.988,00
Rio Veado	"	11.501,60
Diversas reconstruídas	"	11.409,00
Figueira (reconstrução)	"	10.759,00
Ibiapaba	"	10.580,87
Pontes na 1.ª Região — exercício de 1938	"	10.280,20
Estrada da Serra — k.º 20	"	10.030,20
Reparos nas pontes de Domingos Martins (aux.)	"	10.000,00
Itapemirim	"	10.000,00
Santa Maria (Mutum)	"	9.941,30
Sabino Pessoa (reconstrução)	"	9.800,00
Geroncio — 4 metros	"	9.598,99
Ponte do Balanço e 3 pontes (est. Leopoldina)	"	8.582,00
Barra Sêca (reforma)	"	8.000,00
Jucú	"	7.966,10
Jucú — (reforma)	"	7.872,70
K.º 73 Vitória-Santa Terêsa	"	7.755,42
Ponte Branca (Rio Itabapoana)	"	7.200,00
Marinho (reforma)	"	7.000,00
Reeve	"	6.800,00
Cascata, em construção	"	6.590,00
Araçá	"	6.148,60

Fulador (reconstrução)	CR\$	6.152,60
Sant'Ana (reconstrução)	"	6.000,00
Pratinha — 8 metros	"	5.735,33
Três Estados	"	5.421,20
Crubixá (Rio Iconha)	"	5.000,00
Mãe-Bá	"	5.000,00
Guido da Boa Esperança	"	4.953,20
Muquí (Santa Rita)	"	4.537,35
Kos. 81 e 88 Santa Terêsa-A. Claudio	"	4.380,00
Santa Maria	"	4.000,00
Jacareípe (reforma)	"	3.627,30
Retiro (reconstrução)	"	3.591,20
Batatal	"	3.137,50
Agua Branca	"	3.000,00
Sapeçado	"	3.000,00
Una (reforma)	"	2.950,00
Ponte na estrada Barra-Imperio ..	"	2.934,50
Ponte na 3.ª Região, no exercício de 1938	"	2.805,50
Muquí (superestrutura)	"	2.732,44
São Francisco e J. Henrique (reconstrução)	"	2.671,90
Vieiras	"	2.500,00
Rio São José (estrada de Linhares)	"	2.200,00
Lage	"	1.558,20
K.º 138 Santa Terêsa-Afonso Claudio	"	1.459,60
15 de Novembro	"	1.200,00
Jacareípe	"	1.075,80
Feira Alta	"	1.036,40
K.º 97 Santa Terêsa-Afonso Claudio	"	949,10

CR\$ 2.891.207,85

Conservação de estradas

Ano		Custo
1933	CR\$	230.514,34
1934	"	325.181,70

Ano		Custo
1935	CR\$	451.389,30
1936	"	1.369.970,00
1937	"	3.371.693,30
1938	"	1.583.446,60
1939	"	880.000,00
1940	"	720.000,00
1941	"	614.000,00
1942	"	660.000,00
		CR\$ 10.206.195,24

Estrada de Ferro Itapemirim

Nasceu a Estrada de Ferro Itapemirim com a instalação da Usina Paineiras, da qual foi desmembrada, passando a constituir serviço isolado, subordinado à Secretaria da Agricultura do Estado, no Governo Avidos.

Nos seus primeiros dias de vida, foi, no seu pequeno percurso, movida a eletricidade.

A Estrada, hoje, tem uma extensão de 68 quilômetros, ligando a cidade de Cachoeiro do Itapemirim ao porto da Barra do Itapemirim e um pequeno prolongamento para a estação balnearia de Marataíses. É bastante intensivo, hoje, o tráfego dessa estrada, sendo bem significativos o volume de carga e o número de passageiros que transporta.

A zona servida pela Estrada é das mais promissoras do Estado, nela estando instalada a grande Usina Paineiras, a maior indústria do Espírito Santo.

Dispensamos à Estrada todo o apoio material de que tem necessitado para manter os serviços em condições de atender eficientemente às suas finalidades.

No período de 1931 a 1942, o Governo dispendeu com a manutenção, reforma, ampliação, aparelhamento e aquisições, a importância de CR\$ 10.546.293,20, assim distribuída:

1931	CR\$ 1.085.053,90
1932	" 1.208.130,10
1933	" 588.406,80
1934	" 600.001,10
1935	" 774.480,00
1936	" 1.410.497,20
1937	" 798.680,00
1938	" 717.058,60
1939	" 1.083.653,00
1940	" 657.303,30
1941	" 895.979,20
1942	" 727.050,00

Estrada de Ferro São Mateus

Em vista das péssimas condições técnicas e da precariedade do material dessa antiga ferrovia, cuja existência deficitária acarretava pesados onus ao Estado, esta Interventoria, devidamente autorizada pela Presidência da República, sancionou, a 4 de novembro de 1941, o decreto-lei n. 13.007, pelo qual ficou o Poder Executivo do Estado autorizado a alienar o patrimônio da Estrada e a executar, com o produto dessa alienação, parte do plano rodoviário da Zona Norte do Estado.

As estradas construídas com o produto dessa alienação são as seguintes:

- a) — São Mateus-Nova Venécia, transformação, 68 quilômetros;
- b) — Cachoeira da Onça-Nova Venécia;
- c) — Rio Preto-Império-Médio Mucuri.

Grande parte do material da Estrada já foi alienado mediante concorrências públicas procedidas pelo Departamento Geral de Agricultura.

Os resultados dessas concorrências foram os seguintes:

- 1.^a — Venda de 2 mil toneladas de trilhos e do material rodante e de tração, comprador Gilberto de Sá Mota CR\$ 1.501.800,00

2. ^a — Venda de 310 toneladas de trilhos, compradores E. Rocha e Cia.	CR\$ 356.500,00
3. ^a — Venda do material da Oficina Mecânica da Estrada, compradora Cia. Vale do Rio Dôce S. A.	" 90.000,00
4. ^a — 72.655 Kl. de trilhos usados cedidos à Cia. de Madeiras Barra de São Mateus	" 52.529,50
5. ^a — Venda de pregos da linha	" 9.000,00
TOTAL	CR\$ 2.008.829,50

Não foram alienados os seguintes bens:

Edifício da sede da Estrada, situada na cidade de São Mateus, Vila Operaria, oficina de carpintaria e usina term-elétrica, sendo que a propriedade desta última foi transferida à Prefeitura de São Mateus.

A extensão da Estrada era de 68 quilômetros, sua bitola de 0,60 cms. e seus trilhos dos do tipo de 18 quilos por metro linear.

O seu valor patrimonial, inscrito na Contadoria Central do Estado, é de CR\$ 2.810.554,80.

Além do material alienado e do mantido para os serviços do Estado, foram reservados para a Comissão Mixta de Metalurgia do Ministério da Marinha os seguintes materiais:

- 100 toneladas de trilhos;
- 60 toneladas de socatas para fundição;
- 40 toneladas de aros e eixos em aço torneável.

Também aos plantadores de cacáu da região do Rio Dôce foram doados vários trilhos, rodeiros, etc., para a construção de barcas e estufas para a secagem daquele produto.

O leito da Estrada, num percurso total de 68 quilômetros, ligando São Mateus a Nova Venécia, foi alargado para 6 metros e transformado em rodovia, sendo o valor do patrimônio da Estrada de CR\$ 2.810.554,80, e tendo a aliena-

ção de parte desse patrimonio produzido uma renda de CR\$ 2.008.829,50. Considerando ainda um valor minimo de CR\$ 250.000,00 para os bens que ficaram com o Estado e foram doados, verifica-se que o custo desses 68 quilometros de rodovia é de apenas CR\$ 551.725,30, ou seja menos de CR\$ 10.000,00 para cada quilometro. Durante o periodo de 1931 a 1942, com aparelhamentos, manutenção, despêsas com pessoal, o Estado dispendeu, com a Estrada de Ferro São Mateus, a importancia de CR\$ 3.341.540,20.

1931	CR\$ 367.329,60
1932	" 339.988,80
1933	" 246.882,00
1934	" 244.940,00
1935	" 244.940,00
1936	" 557.540,60
1937	" 245.000,00
1938	" 269.440,80
1939	" 304.200,00
1940	" 205.278,40
1941	" 284.440,00
1942	" 31.560,00

Navegação do Rio Dôce

O Serviço de Navegação do Rio Dôce, ligando Colatina a Regencia, com escala principal em Linhares, mereceu da nossa administração especial atenção. Unico meio de transporte que serve a uma região extensa e rica, não poderia o Governo deixar de ampará-lo materialmente de fôrma a assegurar sua eficiencia.

Dadas as pessimas qualidades de navegabilidade do Rio Dôce, não foi possivel ao Governo dotar o serviço de uma embarcação de melhor calado e maior tonelagem do que o existente atualmente, o navio "Juparanã".

Este pequeno barco tem passado por diversas refôrmas e consertos e, agora mesmo, vem de ser remodelado para reiniciar suas atividades prestando seus inestimaveis serviços ás populações ribeirinhas do Rio Dôce.

Além dessa embarcação, adquirimos para o serviço um rebocador a oleo, o "Bom Jesus", e diversas pranchas e canôas que fazem o serviço de transporte do fim da lagôa Juparanã para Linhares.

Com o Serviço de Navegação do Rio Dôce o Estado dispendeu, no periodo de 1931 a 1942, inclusive com aquisição de novas embarcações, a importancia de CR\$ 449.855,00, assim distribuida por exercicios financeiros:

	CR\$ 42.792,70
1931	" 26.875,60
1932	" 20.800,00
1933	" 33.800,00
1934	" 33.800,00
1935	" 50.118,60
1936	" 33.205,00
1937	" 30.244,60
1938	" 49.021,00
1939	" 32.560,00
1940	" 44.760,00
1941	" 51.877,50
1942	

OBRAS CIVIS

E' a seguinte a relação discriminada das obras executadas no periodo de 1931-1942:

Construções

I) Institutos de Assistencia Social	CR\$ 4.494.174,20
II) Penitenciarias e Cadeias	" 1.597.846,70
III) Construções Agrícolas	" 2.893.669,80
IV) Construções Diversas	" 2.335.299,40
TOTAL	CR\$ 11.340.990,10

Reconstruções, refôrmas e reparos

I) Instituto de Assistencia Social	CR\$ 312.218,60
II) Penitenciarias e Cadeias	" 202.278,60

III) Policias Civil e Militar	CR\$ 131.211,20
IV) Edifícios Públicos Diversos ..	" 3.457.333,60

TOTAL CR\$ 4.103.042,09

A) — RELAÇÃO DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS CONSTRUÍDOS NO PERÍODO DE 1931 A 1942

I) <i>Institutos de Assistência Social</i>	CR\$
1 — Asilo de Menores "Christiano de Andrade", em Afonso Claudio ...	230.379,90
2 — Associação dos Funcionários Públicos	591.200,00
3 — Preventorio "Alzira Bley", em Itanhenga	230.000,00
4 — Dispensario anexo ao Departamento de Saúde Pública	53.386,10
5 — Hospital Infantil "N. S. da Gloria"	397.825,60
6 — Posto Médico de Vila Velha	36.787,10
7 — Hospital de Isolamento "Oswaldo Monteiro"	376.978,80
8 — Colonia de Itanhenga	1.543.545,00
9 — Patronato de Menores em Maruípe	467.628,70
10 — Preventorio "Gustavo Capanema" ..	27.374,60
11 — Asilo da Velhice Desamparada	112.500,00
12 — Orfanato Sta. Luiza (em construção) na Bomba	315.978,90
13 — Patronato de Olivania	100.590,10
14 — Colonia de Férias de Marataíses ...	10.000,00
II) <i>Penitenciaria e Cadeias</i>	CR\$
1 — Penitenciaria em Pedra d'Agua ...	1.251.562,60
2 — Cadeia de Rio Pardo	56.768,80
3 — Cadeia de Santa Terêsa	56.438,20
4 — Cadeia de Castelo	50.214,00
5 — Cadeia de João Pessoa	47.959,50
6 — Cadeia de São José do Calçado ...	46.650,80
7 — Cadeia de Domingos Martins	44.390,10
8 — Cadeia de Afonso Claudio	43.862,70

III) *Construções Agrícolas*

	CR\$
a) — <i>Escola Prática de Agricultura</i>	1.311.272,00
b) — <i>Estação Sericícola de Vargem Alta:</i>	
1 — Um barracão	12.208,50
2 — Camara frigorifica	30.880,00
3 — Edificio serico	59.136,20
4 — Edificio de fiação	6.760,00
5 — Laboratório	6.430,00
6 — Muro e gradil	9.351,60
7 — Ponte	3.250,00
8 — Casa de residencia	4.092,50
9 — Casa de residencia p/o Diretor	22.144,50
c) — <i>Fazenda de Sant'Ana:</i>	
1 — Grupo de 10 galinheiros p/concurso de postura	5.000,00
2 — Idem, idem, de 8 galinheiros	2.400,00
3 — Barracão de zinco p/manipulação de mudas	2.000,00
4 — Casa de moradia p/duas familias de operarios	2.500,00
5 — Casa de moradia p/uma familia de operario	1.500,00
6 — Duas pocilgas duplas	1.200,00
7 — Um curral de reguas c/coberta e 3 divisões tronco	3.500,00
8 — Instalação p/captação e elevação d'agua, 2 caixas de pedra p/12.000 litros cada e uma bomba de 12 pistões e encanamento de 2"	10.200,00
9 — Casa para feitor	1.800,00
10 — Galinheiro para 50 galinhas	500,00
11 — Uma casa para operario	1.000,00
d) — <i>Posto Zootécnico de São Mateus:</i>	
1 — Uma casa de administração	2.600,00
2 — Cavalaria	6.800,00

	CR\$
3 — Curral completo	4.500,00
4 — Casa de operario	2.700,00
e) — <i>Estação Experimental de Goitacases:</i>	
1 — 10 casas para operarios	10.168,19
2 — Uma estufa para secagem de cacáu	11.107,00
3 — Um deposito para cacáu	1.361,90
4 — Um armazem-deposito para cacáu ..	8.301,60
f) — <i>Fazenda de Monte Libano:</i>	
1 — Banheiro carrapaticida	15.306,40
2 — Caieira	12.000,00
3 — Paiól camara de expurgo	43.187,40
g) — <i>Estação de Santa Maria:</i>	
1 — Casa de residencia	24.000,00
2 — Cocheira para 6 animais	2.800,00
3 — Caixa d'agua em concreto	800,00
4 — 5 casas para operarios	9.000,00
h) — <i>Usinas de Beneficiamento de Algodão:</i>	
1 — Usina de Baixo Guandú	59.600,00
2 — Armazem	43.000,00
3 — Usina de Alegre	62.103,00
4 — Usina de Santa Terêsa	35.600,00
5 — Usina de Sabino Pessoa	164.149,80
i) — <i>Estufas de Fumo (prédio, tubulação e Prensa):</i>	
1 — 5 casas em Santa Terêsa	32.000,00
2 — 1 casa em Santa Leopoldina	6.400,00
3 — 1 casa em Afonso Claudio	6.400,00
4 — 1 casa em Itaguassú	6.400,00
5 — 1 casa em Cachoeiro do Itapemirim	6.400,00

	CR\$
j) — <i>Usinas de Lacticínio:</i>	
1 — Usina de Cachoeiro do Itapemirim	513.893,10
2 — Usina de Alegre	105.003,40
k) — <i>Diversos Serviços:</i>	
Pequenas construções agrícolas	190.960,80
IV) <i>Construções Diversas</i>	
1 — Quartel da Força Pública em Maruípe	1.831.645,20
2 — Chefatura de Polícia	198.333,90
3 — Aéro-Porto de Vitória	150.000,00
4 — Cozinha, refeitório, farmacia e enfermaria do antigo Quartel de Polícia	36.060,40
5 — Deposito de material do Serviço Telefonico	6.507,00
6 — Corêto da Praça P. Vieira, em Calçado	3.806,40
7 — Garage da Sta. Casa de Misericordia	1.250,00
8 — Garage da Casa de Saúde "S. Lucas"	7.696,50
9 — Diversos pequenos serviços	120.000,00

B) — RELAÇÃO DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS RECONSTRUÍDOS, REFORMADOS E REPARADOS NO PERÍODO DE 1931 A 1942

	CR\$
I) <i>Institutos de Assistência Social:</i>	
1 — Crèche "Menino Jesus" — Vitória	164.352,80
2 — Sanatório "Getúlio Vargas"	35.910,60
3 — Profilaxia da Lepra	33.288,90
4 — Preventório da Lepra	28.507,30
5 — Preventório "Gustavo Capanema" ..	25.468,70
6 — Santa Casa de Misericordia	9.376,90
7 — Preventório "Alzira Bley"	8.288,00
8 — Serviço de Malária	7.025,40
Departamento de Saúde Pública	

II) Penitenciaria e Cadeias:	CR\$
1 — Penitenciaria	112.525,20
2 — Cadeia de Siqueira Campos	19.189,60
3 — Cadeia de Itaguassú	16.398,20
4 — Cadeia de Colatina	11.313,40
5 — Cadeia de Santa Terêsa	8.705,60
6 — Cadeia de Santa Leopoldina	7.500,00
7 — Cadeia de S. Mateus	6.301,40
8 — Cadeia de Alegre	5.000,00
9 — Cadeia de Castelo	4.719,30
10 — Cadeia de Pau Gigante	3.625,90
11 — Cadeia de Vila do Itapemirim	3.000,00
12 — Cadeia de Anchieta	4.000,00

III) Policias Civil e Militar:

1 — Quartel de Policia de Cachoeiro do Itapemirim	2.655,00
2 — Chefatura de Policia de Vitória	102.767,70
3 — Delegacia de Policia de Cachoeiro do Itapemirim	25.788,50

IV) Edificios Públicos Diversos:

1 — Palacio, Secretaria do Interior e ter- raço do Palacio	2.156.879,30
2 — Tribunal Superior de Justiça	98.352,90
3 — Departamento Estadual de Estatística	61.393,90
4 — Diretoria de Agricultura	29.350,20
5 — Edificio dos "Correios e Telegrafos"	17.746,20
6 — Diretoria de Obras (Edificio do Congresso)	16.547,50
7 — Estadio "Governador Bley"	11.753,30
8 — Fabrica de Tecidos: 4 casas gemina- das e 1 pavilhão de assistencia	237.185,90
9 — Demolições	49.119,40
10 — Secretaria da Fazenda	9.206,60
11 — Inspetoria dos Municípios	6.179,60
12 — Edificio do Diario da Manhã	32.261,40

	CR\$
13 — Obras do Porto (escritório)	10.526,30
14 — Diretoria de Agua e Esgôtos	14.329,60
15 — Séde da 2. ^a Região de Obras	8.026,90
16 — Secretaria da Interventoria	8.867,10
17 — Diretoria do Expediente da Agricul- tura	3.040,00
18 — Congresso Legislativo	151.865,30
19 — Edificio da Recebedoria	68.143,00
20 — Edificio do Forum	31.272,10
21 — Diretoria de Terras	3.627,90
22 — Batalhão de Caçadores	3.284,90
23 — Departamento E. do Trabalho	4.595,50
24 — Biblioteca e Arquivo Público	35.790,70
25 — Secretaria do Interior e Justiça	10.993,20
26 — Tribunal Eleitoral	18.273,30
27 — Laboratório Bromatológico	1.942,40
28 — Fazenda de Maruípe	87.622,00
29 — Laboratório em Maruípe	397,40
30 — Casas da Avenida Militar	111.833,60
31 — Casa n. 7 da rua Barão de Aymorés	3.921,40
32 — Igreja de Vila Velha	1.000,00
33 — Posto Fiscal do Rio Marinho	4.743,50
34 — Garage do Estado, galpões e fossa	88.919,20
35 — Posto Semafórico	4.586,20
36 — Posto de Leite em Jucutuquara	1.819,10
37 — Orfanato Sta. Luiza (Sta. Clara)	24.915,00
38 — Fazenda Itaparica (colocação de pós- tes)	7.200,00
39 — Diversos pequenos serviços	19.819,80

EMPREENDEIMENTOS GERAIS

Abastecimento d'água de Vitória

O primeiro abastecimento d'água de Vitória data do Go-
verno Jeronymo Monteiro. Em 1909, foi assentada uma
adutora de aço, de 25 cms. de diametro.

Em 1925, o Governo Florentino Avidos reforçou-o com
outra adutora, tambem de 25 cm. de diâmetro. Para uma

população de 48.000 habitantes (Vitória, Cariacica e Vila Velha), eram distribuídos, em 1934, apenas 60 litros por habitante e por dia, para as três ordens de serviço: particular, público e industrial.

Em face da situação premente criada pela deficiência do abastecimento de água, o Governo Estadual abriu, pelo decreto n. 5.929, de 23 de fevereiro de 1935, um crédito especial de 4.500 contos destinado à construção de nova adutora, barragem e novo reservatório.

A concorrência pública para aquisição do material metálico destinado à construção da adutora de 50 cm. foi aberta em 23 de fevereiro do mesmo ano. Concorreram seis firmas, nacionais e estrangeiras. A comissão, depois de exaustivo estudo das propostas, opinou a favor da Sociedade Consignataria Hobeco Ltda., Polônia.

A 27 de dezembro de 1936, foi inaugurada a nova linha adutora de aço de 50 cms., construída sob a direção da Comissão de Obras para o reforço do abastecimento de água de Vitória. Com esta providência, o abastecimento foi reforçado, inicialmente, de 60 para 150 litros por habitante.

As despesas com esse serviço montaram, até dezembro de 1939, época em que o serviço foi transferido para a Prefeitura de Vitória, em CR\$ 4.558.358,34 com a seguinte discriminação:

I — Linha adutora	CR\$ 3.057.428,04
II — Instalações	" 160.291,70
III — Transportes	" 170.334,75
IV — Desapropriações e indenizações	" 39.844,70
V — Reservatório de Santa Clara	" 348.772,20
VI — Impostos	" 40.783,60
VII — Despesas de Administração	" 377.259,85
VIII — Diretoria de Água e Esgoto	" 303.246,90
IX — Serviços Municipais	" 60.396,60

Na época da transferência deste serviço para a Municipalidade de Vitória, os valores inscritos no patrimônio da

Diretoria de Água e Esgotos atingiam a cifra de CR\$ 7.563.422,00.

Cooperativismo

Além dos favores condicionados na lei estadual número 197, de 21 de dezembro de 1936 (isenção de impostos, etc.), o Governo do Estado concedeu às sociedades cooperativas, entre outros, os seguintes favores:

A' SOC. COOP. DE CREDITO RURAL, nos termos da lei estadual número 1.705, um auxilio economica em o valor de	CR\$ 40.000,00
A' SOC. COOP. DE CONSUMO URBANO, um auxilio em conta corrente garantida, na Cia. Exp. Rural Esp. Santo S/A., no valor de	CR\$ 30.000,00
A' SOC. COOP. DE LACTICINIOS, de Cachoeiro do Itapemrim, construiu e instalou uma Usina, dispendendo a quantia de CR\$ 513.893,89; de Alegre, na construção do prédio onde se acha instalada a sua Usina, gastou CR\$ 105.503,30, elevando-se assim os auxilios prestados às sociedades cooperativas deste grupo a	CR\$ 619.397,19
Às SOC. MIXTA AGRARIAS garantiu créditos em c/c — Mov. na Diretoria do Fomento da Produção — que se elevam a	CR\$ 20.037,00
Às SOC. COOP. MIXTAS DE AVICULTORES forneceu materiais (em c/corrente) no valor de	CR\$ 8.521,00
A' SOC. COOP. DOS CITRICULTORES DE SANTA LEOPOLDINA concedeu um auxilio, para a construção de um Paking-House, no valor de	CR\$ 150.000,00

A' SOC. COOP. MIXTA DOS CRIADORES E LAVRADORES DE C/ITAPEMIRIM um auxilio economico no valor de	CR\$ 30.000,00
SOMA	CR\$ 897.955,19

O Governo do Estado dispendeu, portanto, somente com auxílios a essas cooperativas, a apreciavel soma de oitocentos e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros e dezenove centavos (CR\$ 897.955,19).

O movimento bruto das operações realizadas por essas cooperativas (até setembro pp.) elevava-se a CR\$ 11.953.500,08 (onze milhões, novecentos e cinquenta e três mil e quinhentos cruzeiros e oito centavos), referente às 12 cooperativas existentes e reunindo entre si 3.562 associados.

Possuiam, até aquela data, um FUNDO DE RESERVA no valor de CR. 283.812,97 e no último balanço, encerrado em dezembro de 41, distribuíram DIVIDENDO (sobras-liquidas) no valor de CR\$ 49.192,98, e a Cooperativa de Lacticínios de Cachoeiro do Itapemirim já havia arrecadado a importancia de CR\$ 119.715,36, referente á taxa de CR\$ 0,25 por litro de leite que recebera dos associados.

Serviço Telefonico Estadual

O Serviço Telefonico Estadual vem prestando expressiva colaboração ao desenvolvimento das comunicações no Espírito Santo, motivo por que a administração pública procura sempre melhorá-lo e ampliá-lo afim de que ele possa corresponder á sua util finalidade.

No periodo de janeiro de 1931 até á presente data, grandes melhoramentos foram introduzidos no Serviço, salientando-se entre eles: duplicação da linha no trecho Vitória-Cariacica, com a extensão de 14 quilômetros de linha nova; duplicação da linha até Santa Leopoldina, ainda em andamento; construção de um ramal para Itanhenga, com 4 quilômetros; construção de um ramal para a Hospedaria dos Imigrantes, com 2 quilômetros; refórma completa do trecho Santa Terêsa-São João de Petropolis; construção do trecho S. João de Petropolis-Colatina, com a extensão de 24 quilômetros.

Antes de 1931, o serviço estendia-se até Santa Terêsa, sendo após essa data ampliada a ligação até Colatina. Também no trecho entre Figueira de Santa Joana e Afonso Claudio, foram feitos serviços, substituindo-se a posteação de madeira por postes de trilhos velhos, num total de 180 postes. Foi substituida tambem a fiação velha por 12 quilômetros de fios novos.

Em 1935, o Governo deliberou estender a rede do Serviço do Sul do Estado. Daquele ano até essa data foram feitas as seguintes ligações:

Vitória-Araçatiba	30	quilômetros
Araçatiba-Iguape	18,9	"
Iguape-Guarapari	8,5	"
Iguape-Jabaquara	32,8	"
Jabaquara-Anchieta	17,8	"
Jabaquara-Alfredo Chaves	16,5	"
Jabaquara-Icônha	22,9	"
Icônha-Rio Novo	20,7	"
Rio Novo-C. Itapemirim	25,7	"
Rio Novo-Paineiras	14,9	"
Paineiras-Vila Itapemirim	15,6	"
Vila Itapemirim-Barra	3,4	"
Barra Itapemirim-Marataíses	3,8	"
Cachoeiro do Itapemirim-Castelo	38,0	"
TOTAL	269,5	"

Com estas obras, a rede total do Serviço ficou aumentada, passando a ter 570 quilômetros, quando tinha, até então, cerca de 270. As instalações das novas estações são todas modernissimas, de fabricação Siemens, e dispõem de capacidade para instalação de aparelhos particulares, conforme as localidades respectivas.

Por outro lado, grande foi tambem a refórma feita no serviço de comunicações internas das repartições públicas da Capital. Foram instalados aparelhos automáticos em substituição aos aparelhos manuais. Foi adquirida e instalada no Centro de Vitória uma estação Siemens, automática, com capacidade atual para 100 aparelhos e possibilidade de aumen-

to para 1.000. Com essa realização dispendeu o Governo do Estado CR\$ 76.000,00.

A despesa total com os serviços acima enumerados atingiu, no período de janeiro de 1931 a dezembro de 1942 a CR\$ 2.100.959,40, discriminando-se pela seguinte distribuição anual:

1931	CR\$ 66.606,70
1932	" 101.295,70
1933	" 80.038,90
1934	" 78.458,10
1935	" 105.762,60
1936	" 328.268,80
1937	" 388.285,60
1938	" 187.692,90
1939	" 67.425,20
1940	" 192.205,60
1941	" 237.651,00
1942	" 267.268,30

A ligação telefonica com a Capital Federal não foi esquecida. Nesse sentido, foram tomadas varias providencias, tendo o Governo entrado em entendimentos com a Cia. Telefonica Brasileira, estando hoje em poder da Diretoria dessa Cia., no Canadá, para ser estudado, um memorial sobre o assunto.

SERVIÇO GEOGRAFICO

Criado por decreto n. 6.554, de 20 de junho de 1935, com o nome de Instituto de Geografia, Geologia e Hidrologia, tomou o seu nome atual, "Serviço Geografico", em 1939.

Coordenadas Geograficas

Por iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram levantadas as coordenadas geograficas de todas as sédes municipais e mais alguns outros núcleos urbanos. O Estado cedeu para esses serviços os engenheiros necessários.

Mapas municipais

Nos termos do decreto-lei nacional n. 311, de 2 de março de 1938, as Prefeituras do Estado organizaram os mapas dos municípios.

Recolhidos esses mapas, foi feita a sua revisão, com os elementos de que dispunha o Serviço Geografico.

Esses mapas municipais foram apresentados à Exposição Nacional de Cartografia, em 29 de maio de 1940, no Rio de Janeiro.

Mapa do Estado

Com os dados obtidos por intermédio dos mapas municipais, das plantas levantadas pelas diversas comissões de limites inter-estaduais, coordenadas geograficas mandadas levantar em varias epocas e diversos outros elementos merecedores de confiança, foi organizado um mapa geral do Estado, que foi apresentado à Exposição Cartografica do IX Congresso Brasileiro de Geografia, em Florianopolis, em 1940.

Esse mapa sofre atualmente revisão, tendo em vista as novas coordenadas geograficas levantadas pelo Conselho Nacional de Geografia e novos levantamentos topográficos executados, afim de que possa ser publicada uma nova edição da carta do Estado, na escala de 1:500.000.

Limites inter-municipais e inter-distritais

Em cumprimento ainda ao disposto no decreto-lei n. 311 citado, baixou o Governo o decreto-lei estadual n. 9.941, de 11 de novembro de 1938. Em face, porém, dos novos elementos topograficos coligidos pelo levantamento das cartas municipais e sua revisão, verificou-se a necessidade de esclarecer varias ambiguidades e corrigir algumas divisas que os trabalhos cartograficos demonstraram ser inexequíveis. Em consequencia, foi baixado o decreto-lei n. 12.644, de 16 de abril de 1941, alterando a redação da descrição dos limites inter-municipais e inter-distritais.

Nomenclatura das estações ferroviárias

Nos termos do decreto-lei nacional n. 3.599, de 6 de setembro de 1941, foi organizada uma relação completa das estações ferroviárias no território do Estado, com as propostas de alteração dos nomes em duplicata e dos que não correspondem aos lugares onde estão situadas, afim de que o Conselho Nacional de Geografia possa providenciar a eliminação das duplicatas de nomes em todo o território nacional.

Mais tarde essa relação foi completada com as posições quilométricas e altitudes.

Divisão do Estado em regiões naturais para fins práticos

Afim de atender a uma recomendação da Assembléa do Conselho Nacional de Geografia, foi estudada uma divisão do Estado para fins práticos, notadamente os da estatística.

Pelo estudo preliminar feito pela Diretoria de Estatística Fisiográfica do C. N. G. ficaria o Estado dividido nas três zonas seguintes: Norte, Serrana Sul e Litoral Sul. Essa divisão mereceu a aprovação do Diretorio Regional de Geografia, e a resolução final do assunto ficou para ser dada pela Assembléa Geral do C. N. G. em ocasião oportuna.

Entretanto, um estudo mais minucioso conduziu, posteriormente, a conclusão um pouco diferente, sendo encaminhado ao C. N. G. um trabalho em que é proposta a divisão do Estado nas três zonas seguintes: São Mateus, Vitória e Itapemirim.

Limites com o Estado de Minas Gerais

Em 1938, retomou o Governo do Estado as negociações com o Governo de Minas Gerais no sentido de regularizar definitivamente a linha divisória ao Norte do Rio Dôce. Para isso foi constituída uma Comissão Mixta composta dos engenheiros Benedito Quintino dos Santos, representante de Minas Gerais, e Cicero Moraes, representante deste Estado.

Afim de que pudesse a Comissão dar desempenho à sua tarefa, fez-se necessário um levantamento topográfico de toda a zona limítrofe, numa extensão de cerca de 8.000 kms.2. A planta organizada com esse levantamento, aproveitados alguns trabalhos pré-existentes, ultrapassa 10.000 kms.2.

Apesar de todos os esforços, não tinha sido possível chegar a uma solução conciliatória, quando foi baixado o decreto-lei nacional n. 1.202, de 8 de abril de 1939, que, no seu art. 43, determinou que fossem encaminhadas, no prazo de 180 dias, ao Ministério da Justiça, as relações dos limites sujeitos a litígio, para cumprimento no disposto do art. 184 da Constituição.

Em setembro de 1940, foi resolvida a nomeação de uma Comissão do Serviço Geográfico do Exército para dirimir a pendência.

Essa Comissão, pelo aviso n. 3.739, de 2 de outubro de 1940, ficou constituída pelo tenente-coronel Lincoln de Carvalho Caldas e majores Benjamim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e José Fortes Castello Branco.

Essa ilustre Comissão iniciou imediatamente as suas atividades e, no correr dos meses de novembro e dezembro de 1940, percorreu minuciosamente a zona limítrofe, afim de determinar a posição da Serra dos Aimorés, que serve de limite entre as duas unidades federadas.

Procedeu, posteriormente, a exaustivo estudo dos documentos apresentados pelas partes e das suas alegações e deu, afinal, a sua decisão reconhecendo ao Espírito Santo o direito sobre a zona contestada, exceção feita de dois pequenos trechos representando aproximadamente 5% da área total.

Limites com os Estados da Baía e Rio de Janeiro

Os limites com essas unidades não são litigiosos e estão, portanto, definidos nos termos do art. 184 da Constituição.

Falta-lhes, entretanto, a aprovação por ato especial do poder competente, pelo que o Espírito Santo os apresentou ao Ministério da Justiça, pedindo a homologação do sr. Presidente da República.

Outros serviços

Além desses serviços, varios outros, de menor alcance, foram executados no setor geográfico, quasi sempre relacionados com qualquer dos enumerados anteriormente.

PREFEITURA DE VITÓRIA

SITUAÇÃO ECONOMICA

E' a seguinte a situação economica do Município de Vitória, no período de 2 de dezembro de 1937 a 30 de novembro de 1942:

R e c e i t a

A receita, em 1938, estava orçada em CR\$ 2.851.000,00. A arrecadação elevou-se a CR\$ 2.884.597,23.

Em 1939, foi ela orçada em CR\$ 2.919.600,00, atingindo a arrecadação a importancia de CR\$ 3.445.357,20, verificando-se um *superavit* de CR\$ 525.757,20.

Pelo quadro abaixo, poderá V. Exa. verificar o movimento ascendente das arrecadações, num período de oito anos, sendo três anteriores á administração do atual Prefeito:

1935	CR\$ 2.509.123,70
1936	" 2.382.338,78
1937	" 3.443.945,42
1938	" 2.874.597,23
1939	" 3.445.357,20
1940	" 3.947.750,80
1941	" 5.483.509,50
1942 (até 30/11)	" 3.537.955,60

Na receita de 1937, está computada a importancia de CR\$ 750.000,00, produto de um empréstimo realizado pela administração de então e do recebimento antecipado de alugueres do Matadouro Municipal.

Em 1940, a receita orçamentária foi estimada em CR\$ 4.000.000,00, produzindo a arrecadação CR\$ 3.947.750,80, verificando-se um pequeno "deficit" de CR\$ 52.249,20.

Em 1941, as rendas do Município, a despeito da situação anormal, consequente á guerra, continuaram em ascensão.

As arrecadações aumentaram de ano para ano, decorrendo tal fato do crescimento e prosperidade da nossa Capital, sem que para resultado tão satisfatório tivesse havido intervenção de novos tributos ou agravação dos já existentes.

A receita do Município, para o exercício passado, orçada em CR\$ 3.959.500,00, produziu, pela arrecadação, CR\$ 4.269.057,10, superando a previsão em CR\$ 309.557,10.

Em confronto com a do ano anterior, oferece um aumento expressivo de CR\$ 321.305,30.

No corrente ano, a receita orçada na quantia de CR\$ 4.106.000,00, sendo que, até o momento, foi apurada já a quantia de CR\$ 3.537.955,60, vem se realizando, de maneira a cobrir a previsão, satisfatoriamente, deixando margem a possível "superavit", como tem acontecido na maioria dos anos posteriores a 1937, em cujo período foi arrecadada a quantia total de CR\$ 19.289.170,33.

D e s p e s a

No ano de 1938, a despesa estava orçada em CR\$ 2.843.472,00, sendo que a realizada se elevou a CR\$ 3.108.682,91. O pequeno "deficit" verificado foi coberto com depósitos que a Prefeitura possuía em bancos da praça.

Em 1939, a despesa fôra fixada, como a receita, em CR\$ 2.919.600,00.

A despesa efetuada atingiu, porém, a CR\$ 3.593.046,01 tendo ultrapassado a previsão em CR\$ 673.446,01, sendo que esse excedente foi coberto, vantajosamente, pela maior arrecadação da receita, no montante de CR\$ 525.757,20 e pela soma de CR\$ 148.455,12, resultante de saldos em Caixa e em depósito em estabelecimentos bancários na praça.

Por essa forma, não houve "deficit" na comparação da receita com a despesa e, muito ao contrário, um "superavit" de CR\$ 766,31.

No ano de 1940, a despesa foi fixada no mesmo valor que a receita: CR\$ 4.000.000,00.

A despesa ordinária realizada, no exercício em referência, atingiu, apenas, a CR\$ 3.912.076,90, verificando-se, portanto, uma economia de CR\$ 87.923,10.

A despesa geral efetuada, computados os créditos especiais abertos, para solução de compromissos diversos, subiu a CR\$ 4.848.837,10. Não se tendo dispendido toda a importância em que a mesma fôra fixada, resultou daí um saldo de CR\$ 91.259,50.

Em 1941, a despesa fôra fixada, na lei orçamentária, igual à receita, num total de CR\$ 3.959.500,00. A despesa orçamentária efetuada atingiu, todavia, o total de CR\$ 4.426.667,60, maior do que a previsão em CR\$ 467.167,60, produzindo um "deficit" orçamentário de CR\$ 157.610,50. Esse deficit existiu, contudo, apenas teoricamente, porque se a receita extraorçamentária atingiu a soma de CR\$ 1.214.452,40, com uma diferença a maior de CR\$ 403.750,20, sobre a despesa extraorçamentária, que só alcançou a soma de CR\$ 810.702,20, o exercício financeiro de 1941 foi encerrado com um "superavit" visível de CR\$ 246.139,70.

Conforme dissemos, anteriormente, a receita de 1941 montou a CR\$ 5.483.509,50. E como a despesa se registra pelos seguintes números:

Despesa ordinária	CR\$ 4.247.345,90,
Despesa especial	CR\$ 179.321,70, e
Extraorçamentária	CR\$ 810.702,20,

temos o total de CR\$ 5.237.369,80 que, em comparação com a receita, apresenta um saldo de CR\$ 247.139,70, que é o "superavit" verificado.

No decorrer do presente ano, o ritmo tem sido o mesmo. Tanto assim é que, no decorrer de 1942, até 30 de novembro, a despesa se elevou a CR\$ 3.586.303,70.

Dívida Ativa

Em 1938, a dívida ativa do Município elevava-se a CR\$ 2.598.842,66.

No referido ano, para uma estimativa de CR\$ 500.000,00, foi arrecadada a quantia de CR\$ 441.241,29.

Já em 1939, para uma estimativa de CR\$ 500.000,00, apurou-se a quantia de 670.703,60, verificando-se um "superavit" de CR\$ 170.703,60.

Em 1940, a cobrança da dívida ativa atingiu á soma de CR\$ 563.711,90, acusando um volume menor que o de 1939.

A lei orçamentária de 1941 previra uma arrecadação de CR\$ 578.000,00. Ao encerrar-se o exercício, verificou-se que a previsão fôra coberta amplamente, pois foi arrecadada a importancia de CR\$ 909.377,00.

No corrente ano, a arrecadação deste título tinha atingido, até 30 de novembro, a importancia de CR\$ 610.935,90.

Dívida Consolidada

A Dívida Consolidada, em dezembro de 1938, representava-se por apólices de diversas emissões, no total geral de CR\$ 1.119.300,00.

Em 1938, foram resgatadas apólices num total de CR\$ 49.600,00.

Em 1939, foram resgatadas apólices, no valor de CR\$ 35.000,00.

Em 1940, no valor, de CR\$ 35.900,00.

Em 1941, em consequencia de resgate de apólices, a dívida caiu para CR\$ 1.017.800,00 e, atualmente, já é inferior a um milhão de cruzeiros, em virtude de, no decorrer deste ano, serem resgatados títulos no valor de CR\$ 121.456,90, até novembro p. passado.

O ativo

Conforme registráramos, na parte em que tratámos da dívida ativa, esta era em 1938 de CR\$ 2.598.842,66.

Os bens patrimoniais da Prefeitura, ao fechar-se o balanço do primeiro ano da administração do atual Prefeito, estavam avaliados em CR\$ 1.603.332,69, perfazendo, portanto, o total de CR\$ 4.202.175,00.

Pelo balanço de 1939, o ativo elevava-se a CR\$ 4.800.214,72.

Pelo de 1940, verificou-se elevar-se o ativo a CR\$ 13.259.035,45.

O grande aumento observado no patrimonio municipal, em 1940, resultou, em grande parte, da incorporação dos serviços de agua e esgotos, que foram transferidos do Estado para a Prefeitura e cujo acervo fôra então avaliado em CR\$ 7.563.422,00.

Em 1941, no ativo da Prefeitura pelo Balanço Geral levado a efeito, verificou-se ter-se elevado o patrimonio municipal a CR\$ 18.861.377,26.

O passivo

O passivo de identico valor do ativo, ou seja da soma total de CR\$ 18.861.377,26, deduzida a cifra de CR\$ 2.267.062,96, relativos a compromissos do Município, apresenta um Patrimonio liquido de CR\$ 16.594.314,30.

A dívida acima mencionada, mesmo insignificante como nos aparece aqui, ainda merece um comentário redutivo, visto como, além de contar uma parcela de CR\$ 340.000,00, correspondente ao saldo de um título inexpressivo, já registrado em restos a pagar, que dispõe de recurso disponível no saldo do exercício passado, ainda não se lhe comparou o movimento decorrente do ano que se está passando, em consequencia de não se ter efetuado o balanço geral completo do exercício que ainda se encontra por terminar.

Mecanização da Fazenda

Foi contratada com a National Cash Register Co. Dayton, Ohio, U.S.A., a instalação de equipamento mecanico para o serviço fazendário, pela quantia de CR\$ 453.000,00, em algarismos redondos, compromisso esse que não sobrecarregará a Municipalidade, porquanto resgatavel em cinco anos. Esse serviço deverá estar instalado, brevemente.

Reajustamento dos vencimentos do funcionalismo

Pelo decreto-lei n. 757, de 31 de dezembro de 1938, que reorganizou o quadro do funcionalismo municipal e fixou os seus vencimentos para o ano de 1939, foram equiparados os vencimentos dos servidores da Prefeitura aos do Estado.

Reformas administrativas

Pelo decreto-lei n. 924, de 11 de julho de 1941, foi criado o Departamento Municipal de Obras, Viação e Saneamento, ficando ao mesmo subordinadas as seções de Água e Esgôto, de Viação e Obras, de Projetos, Material e Transportes, Limpeza Urbana, Iluminação e Fiscalização e Expendiente e Contrôlo.

Pelo decreto-lei n. 944, de 29 de julho de 1941, foi criado o Departamento Municipal de Estatística.

Foi, também, criada a Biblio-Pinacoteca Municipal, instalada a 2 de dezembro de 1941, cujo movimento é verdadeiramente extraordinário.

Remodelação da Cidade

Um dos principais aspectos da obra levada a efeito em Vitória, surge-nos, de pronto, á vista, no da remodelação da Cidade. As desapropriações, para esse fim, elevaram-se a CR\$ 2.100.074,54.

Ressurgiu, em consequencia, a Rua Jeronimo Monteiro, que é hoje uma ampla Avenida, da mesma largura que a Capichaba, na qual vão sendo construídos prédios de cinco e mais pavimentos, desenvolvendo-se assim muito a Cidade.

Surgiu a Praça Domingos Martins, onde se encontram os imponentes edificios da Casa de Saude Governador Bley e da Catedral do Bispado, estando na mesma sendo construída uma fonte luminosa.

Feias e antiquadas artérias, como a Ladeira Professor Baltasar, vão se tornando em ruas bonitas e amplas. Bairros inteiros veem surgindo, como o do S. Francisco, já repleto de belas e confortáveis residencias, e dotado de todos os requisitos que exigem o urbanismo moderno.

Serviço de renumeração e emplacamento

Foi feito novo serviço de numeração e emplacamento, tendo sido adotado o critério linear, atualmente generalizado em todas as cidades modernas. A orientação do tráfego foi também assinalada, afim de melhorar o respectivo serviço.

Com o serviço de emplacamento e renumeração a Prefeitura dispendeu a quantia de CR\$ 83.128,96.

Serviço de água

Esse serviço anteriormente subordinado á extinta Secretaria de Agricultura, Terras e Obras do Estado, passou para a Prefeitura e, em 1941, pelo decreto n. 924, de 11 de julho, ficou subordinado ao Departamento Municipal de Obras, Viação e Saneamento.

Foi concluído o novo e grande reservatório de Santa Clara que, desde setembro do ano passado, vem funcionando normalmente. Com essa obra e mais a "casa de manobras", a Prefeitura gastou a quantia de CR\$ 517.052,40.

O volume total de concreto armado da lage de cobertura do novo Reservatório é de 160 metros cúbicos.

Pela primeira vez no Espírito Santo, applicou-se, nessa obra, o tipo de lage sem vigas (flat-slab) e a dosagem racional de concreto.

Remoção das adutoras de 10"

As adutoras de aço existentes, de 10", assentadas durante os governos Jeronimo Monteiro e Florentino Avidos, estavam com sua capacidade de transporte reduzida a quasi metade, tornando-se imprescindível a sua desobstrução.

Foi ela retirada, feita a sua limpeza e reassentada junto á adutora de 20", ficando ambas sob uma única fiscalização. Essa adutora renovada abastece os municípios de Cariacica, Vila Velha e mais localidades do Continente.

O serviço está concluído e a adutora, com 12.500 metros de extensão, em funcionamento normal. A retirada da outra adutora de 10" prosseguiu sem interrupção. Os tubos, retirados, depois de limpos, foram applicados na construção

das sub-adutoras de Praia Comprida e Vila Velha. Foi ainda levada a efeito a construção de 5.200 metros de linha de 10", sendo 3.500 metros de uma adutora de emergência, para a captação das sóbras de Pau Amarelo e 1.700 metros de uma sub-adutora para o bairro de Santo Antonio.

O valor total desses serviços, excluídas as sub-adutoras de Vila Velha e Praia Comprida, se elevou a CR\$ 1.046.335,70.

Foram levados a efeito serviços de remoção de linhas adutoras, tendo sido retirados 12.700 metros de antiga adutora de 10", assentando-se ainda 200 metros de tabulação de 10", complementar, em Itacibá, para evitar uma curva de ligação provisória.

Foi construída uma derivação para Cariacica, gastando-se com esse serviço CR\$ 31.057,80.

Foi construída uma sub-adutora para Santo Antonio, gastando-se CR\$ 13.993,10.

Foi construída uma outra para o bairro da Praia Comprida, gastando-se com ela CR\$ 344.595,50.

Foi construída uma sub-adutora para a Cidade Alta, gastando-se CR\$ 51.059,90.

O vizinho município do Espírito Santo é servido pelo mesmo serviço de água da Capital, tendo-se feitos novos empreendimentos, nesse setor, gastando-se CR\$ 302.931,20.

As despesas totais, incluindo os serviços normais de conservação, e os particulares, levados a efeito a bem do público em geral, se expressam pelos seguintes números:

1938	CR\$	558.602,30
1939	"	605.894,00
1940	"	857.565,10
1941	"	1.607.642,81
1942 (até set.)	"	371.881,40, cujo total geral se eleva a CR\$ 4.001.585,60.

Iluminação Pública

Foram, nesta administração, levados a efeito serviços de iluminação pública: no Parque Moscoso, um dos parques mais belos do Brasil; na Rua Caramurú, Cais de S. Francis-

co, no Viaduto Caramurú, construído em 1925, apesar da sua beleza arquitetônica, permaneceu sem iluminação, tendo sido esse serviço realizado na atual Administração; na Praça 8 de Setembro, Avenidas Getúlio Vargas, Governador Bley, Praça Costa Pereira, Avenida República, Praça Municipal, Rua Coutinho Mascarenhas, Escadaria do Palácio, rua Nestor Gomes, tendo o Governo Municipal aumentado o número de lâmpadas em série de quase todos os logradouros da Cidade.

A circunstância de estarmos em guerra impõe a obrigação da diminuição da iluminação da Cidade, por ser Vitória cidade litorânea. Entretanto, logo termine o conflito, Vitória exsurgirá às vistas mais exigentes, quer do terrantês como do turista, como uma das metrópoles mais iluminadas do Brasil.

Arborização e reflorestamento

No período administrativo, a que nos referimos, foram plantadas, em vários logradouros públicos, 2.461 árvores e replantadas 787.

Acompanhando o ritmo do serviço de arborização, foram realizados os serviços de reflorestamento, com o intuito de conservar as matas que formam o fundo da Cidade.

Somente no ano passado, foram plantados 64.798 grãos de flamboyants, 6.060 de acácia amarela, 15.498 de acácia roxa, 300 de tamarindo, 5.000 de ipês, num total de 91.654 grãos, tendo sido plantadas, em mudas, 100 flamboyants e 100 acácias roxas.

Horto Municipal

Em terrenos doados pelo Estado, em Maruípe, antigo Horto do Estado, que foi reorganizado, está instalado o novo Horto do Município, onde existem cerca de 50.000 pés de árvores diversas, bem cuidadas e sob a assistência de um técnico especializado.

Orquidário

Foi fundado o Orquidário, no Parque Moscoso, onde existem 2.482 espécies diferentes de orquídeas nacionais e estrangeiras, no valor total de CR\$ 35.022,00.

Divisão territorial

Em consequencia das determinações do decreto-lei federal n. 311, de 2 de março de 1938, posta em execução no território do Estado pelo decreto-lei estadual n. 9.222, de 31 de março de 1938, o Município, pelos decretos-leis ns. 720 e 826, deu nova delimitação aos seus três distritos, estabelecendo definitivamente a sua área respectiva.

A Planta do Município

O levantamento da Planta do Município, observando-se os elementos exigidos pelo Conselho Nacional de Geografia, foi levado a efeito, gastando a Prefeitura em tal serviço CR\$ 25.000,00.

Maquette da Cidade

Foi confeccionada a “maquette” da cidade e da ilha de Vitória, na escala de 1:5.000, compreendendo também a parte do continente que fica fronteira à Cidade.

Além da bela feição artística, que a mesma apresenta, servirá tal obra para fixar no tempo uma das etapas do progresso urbano da Capital do Espírito Santo.

Estrada de Contorno

Trata-se de uma estrada, que circunda toda a ilha de Vitória, iniciada em abril de 1939 e que veio ligar a Cidade ao “hinterland” do município, com 16 kms. de extensão, 8 ms. de largura, rampas máximas de 8%, curvas mínimas nunca inferiores a 50 ms., que é um futuro elemento de progresso economico da Capital do Espírito Santo, pelos fins a que se destina que são os de servir ao transporte de mercadorias do interior municipal ao núcleo central, que é a séde, e cujos trabalhos custaram á Prefeitura a quantia de CR\$ 681.265,50.

Serviço fotográfico

Foi criado, subordinado ao Departamento Municipal de Estatística, e vem funcionando normalmente. Possui já

1.500 negativos, todos fichados, servindo para documentação das obras realizadas pelo governo em nossa Capital.

Extinção de formigas

Foram extintas, nesta Administração, os seguintes formigueiros:

1938	89, gastando-se	CR\$ 1.711,80
1939	176, gastando-se	CR\$ 913,91.
1940	2.018, gastando-se	CR\$ 25.144,20
1941	1.857, gastando-se	CR\$ 27.382,50
1942	2.929, gastando-se	CR\$ 37.666,50

Relógio público

Foi colocado na Praça 8 de Setembro o relógio público municipal sobre um torre de 16 metros de altura, gastando-se nesse serviço a quantia de CR\$ 34.920,00.

Chafariz da Capichaba

Foi reconstituído esse antigo monumento histórico da Cidade, gastando-se CR\$ 6.393,30.

Calçamentos

O serviço de calçamento elevou-se a 45.557,82 ms.2, acompanhando-se neste particular o ritmo de progresso da Cidade.

Desapropriações no corrente ano

Conforme referimos atrás, o montante das desapropriações atingira a CR\$ 2.100.074,54, sendo de juntar-se a esta importancia a quantia de CR\$ 233.134,90, perfazendo, portanto, o total geral de CR\$ 2.333.209,45.

Vilas Operárias

Seguindo a política de assistencia social do Presidente Getulio Vargas, doamos, pelo decreto-lei n. 879, de 4 de no-

vembro de 1940, os terrenos do lugar "Constantino" ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. Esses terrenos medem 17.837 ms. e 50cm.2 e está dividido em 55 lotes, de conformidade com a planta organizada pela seção de Projéto do D.M.O.V.S.

Pelo decreto-lei n. 905, de 19 de abril de 1941, doamos ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, os terrenos situados na Ilha Monte Belo, entre os bairros Jucutuquara e Praia Comprida, com 31 lotes e área total de 14.387,77m2.

Planos urbanísticos

Tendo sido doada á Municipalidade uma área de terreno, em Maruípe, pelo Governo do Estado, com mais de 2.000.000 de metros quadrados, foi a mesma dividida em 1.800 lotes, os quais estão sendo distribuídos a título precário a famílias desprovidas de recursos, para construir as suas residências.

A seção de projéto, que vem traçando os serviços de desenho e cadastro para esses melhoramentos, na Praia Comprida, Santo Antonio, Horto Municipal antigo, Maruípe, se tem havido da maneira a mais louvável. Para facilitar a execução desses planos urbanísticos, existia um ponto que lhe acarretava os maiores entraves, quais sejam as favelas disseminadas principalmente nos morros da Piedade, Fonte Grande e Moscoso. Procurando dar uma solução a esse problema, adquirimos a área quasi total do morro da Piedade, pertencente a d. Egle Nicoletti Madeira, afim de que possamos processar as desapropriações normalmente sem a interferência de terceiros.

Ainda em torno deste problema, temos, como obras necessárias, o aterro dos mangues existentes em Jucutuquara e Praia Comprida, de modo a conquistar ao mar mais uma vasta extensão de terrenos planos, que serão loteados, proporcionando mais espaço a construções, pois a cidade tem tomado um impulso notável e, notadamente, com o porto, está destinada á industrialização dentro de pouco tempo.

OUTRAS OBRAS

Construção de passeios

No ano de 1938, foram construídos passeios em diversos logradouros, numa área total de 349.57m2, no valor de CR\$ 5.939,01. No mesmo ano foram reformados e conservados passeios em ruas diversas, com a metragem total de 211,60 m2, no valor total de CR\$ 4.677,70.

Em 1939, foram construídos e reconstruídos passeios, em logradouros públicos, com a metragem total de 2.704,21 m2, no valor de CR\$ 35.678,57.

No ano de 1940, foram construídos passeios, num total de 179,48 m2, no valor de CR\$ 4.936,50. Igualmente foram reconstruídos, no mesmo exercício, 2.023,39 m2, no valor de CR\$ 31.161,80.

Em 1941, foram construídos e reconstruídos passeios num total de 718,56 ms.2, no valor de CR\$ 13.956,30.

Em 1942, foram construídos e reconstruídos passeios num total de 2.010,83, no valor de CR\$ 29.402,90.

Meios-fios

Nesta Administração, foram construídos meios-fios em diversos logradouros públicos, gastando-se CR\$ 26.429,00.

Trampolim na Praia Comprida e várias outras obras

Na Praia Comprida, o balneário mais procurado pela população citadina, foi construído um trampolim, gastando-se CR\$ 9.959,00.

Foram feitos assentamentos de bancos em jardins, na Praça Costa Pereira, Parque Moscoso, Praça da Bandeira e Asdrubal Soares, que custaram á Prefeitura CR\$ 6.487,06.

Vitória, em virtude dos seus mangues, exige aterros em quantidade. Assim é que, exceção de 1942, foram gastos com esse serviço, CR\$ 150.588,15.

Com o serviço de conserva de drenagens, bem como de serviços novos de drenagens, foram gastos CR\$ 162.169,56.

Com o serviço de limpeza pública, entre material retirado dos logradouros públicos, capina das ruas não calçadas, varreção de ruas e serviço de retirada do lixo domiciliário, a Prefeitura gastou a quantia de CR\$ 1.003.524,30.

Foram, também, construídos diversos muros de arri-mos, nos serviços de remodelação da Cidade e em residências, para proteção, em virtude de fraqueza do respectivo terreno. Tais serviços são realizados em virtude da topografia da Cidade, que apresenta um terreno acidentado e para que a urbanização se processe dentro de um ritmo perfeito, são necessárias obras como as que aqui relacionamos.

Foram igualmente reformados vários prédios do patrimônio municipal, como o edifício da Prefeitura e os mercados da Avenida Capichaba e Vila Rubim.

Foram construídas escadarias e reformadas outras, montando as despesas em CR\$ 80.173,30.

Foi transferido o monumento comemorativo da Colonização do Território Espírito-Santense da Praça 8 de Setembro para a Praça do Trabalho e, desta, para a Praça Municipal, o Monumento do Trabalho, gastando-se a quantia de CR\$ 26.300,00.

Com obras novas, levadas a efeito até outubro de 1942, gastaram-se CR\$ 528.726,40.

Eis uma síntese dos trabalhos realizados na Prefeitura Municipal de Vitória, de dezembro de 1937, até fins de novembro de 1942, de acordo com o relatório, do período 2-12-1937 — 2-12-1942.